

2018



maia
CÂMARA MUNICIPAL

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
RELATÓRIO DE GESTÃO SEMESTRAL**

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
António Domingos da Silva Tiago

VEREADOR
José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADORA
Emília de Fátima Moreira dos Santos

VEREADORA
Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

VEREADORA
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADOR
José António Andrade Ferreira

VEREADOR
Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADOR
Jaime Manuel da Silva Pinho

VEREADOR
Paulo Fernando Sousa Ramalho

VEREADORA
Paula Cristina Romão Pereira

VEREADORA
Marta Moreira de Sá Peneda

8

1

2018



maia
CÂMARA MUNICIPAL



RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

2018



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ÍNDICE

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	7
ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	11
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL	13
MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS	15
ALTERAÇÕES E REVISÕES.....	15
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	19
EXECUÇÃO DA RECEITA.....	20
EXECUÇÃO DA DESPESA	23
Aquisição de Bens e Serviços	27
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM.....	30
Fluxos de Caixa.....	30
Contas de Ordem	32
ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO.....	35
ENQUADRAMENTO	37
ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU	38
DÍVIDA TOTAL.....	38
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	40
SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	44
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA.....	47
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	50
ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU.....	53
LIMITE DA DIVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL.....	55
ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS.....	56
APURAMENTO DA DIVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL	60
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	67
BALANÇO	71
ATIVO.....	74
Imobilizado	74

Circulante	78
Acréscimos e Diferimentos Ativos	80
PASSIVO.....	81
Dívidas a Terceiros.....	83
Acréscimos e Diferimentos Passivos.....	86
FUNDOS PRÓPRIOS	86
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	89
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	99
RELATÓRIO SÍNTESE DA SROC	105

2018



maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Em observância ao disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 77.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, compete ao auditor externo que procede à revisão legal das contas remeter semestralmente ao Órgão Deliberativo do Município informação sobre a respetiva situação económico-financeira.

O presente relatório de gestão semestral encerra, no essencial, e sem que contenha a profundidade e extensão da informação financeira prestada no final de cada exercício económico, uma apreciação síntese da execução orçamental e da situação económica e financeira do Município à data de 30 de junho de 2018.

A necessária sistematização dos diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico, justifica que este documento apresente a seguinte estrutura:

- No primeiro capítulo, desenvolve-se uma avaliação de natureza orçamental, centrada na execução global do orçamento, suas alterações e revisões, assim como nos fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma breve abordagem à Receita e Despesa Municipais;
- No segundo capítulo, inclui-se uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública e da organização;
- Por último, insere-se uma análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Finaliza-se a apreciação das contas com o Relatório Síntese de Conclusões Individual à Situação Económico Financeira emitido pelo auditor externo que procede à revisão legal das contas.

2018



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ORÇAMENTAL

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Tendo por objetivo avaliar a capacidade financeira do município em executar o orçamento proposto desenvolve-se de seguida uma breve comparação entre orçamento inicial, final e o executado, registando-se que a análise comparativa dos níveis de execução durante este primeiro semestre de 2018 é realizada com base nos dados produzidos em período homólogo, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança efetiva e a taxa de execução da despesa às obrigações efetivamente pagas bem como à despesa realizada.

Como nota preambular regista-se que, uma vez que não existe um orçamento semestral durante o período em análise não é possível alcançar, na quase totalidade das rubricas, taxas de execução de 100%, podendo no limite ser desejável atingir índices de 50% na maioria das rubricas que estão associadas a atividades municipais que apresentam um comportamento regular e sistemático ao longo do exercício económico, sendo disso exemplo a maior parte da atividade operacional do município que apresenta grande periodicidade.

ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL

Quadro 1

ORÇAMENTO DO ANO DE 2018						
1º. SEMESTRE DE 2018						
	Previsão		Desvio	Execução		Taxa de Execução %
	Inicial	Final		Valor	Desvio	
Receitas Correntes	63.840.258	63.840.258	0	27.847.204	-35.993.054	43,62%
Receitas de Capital	16.157.492	6.462.767	-9.694.725	936.093	-5.526.674	14,48%
Outras Receitas	100	100	0	29.498	29.398	29497,50%
Saldo da gerência anterior	0	15.495.844	15.495.844	15.495.844	0	100,00%
Total	79.997.850	85.798.969	5.801.119	44.308.638	-41.490.331	51,64%
Despesas Correntes	48.352.759	51.712.234	3.359.475	19.372.258	-32.339.976	37,46%
Despesas de Capital	31.645.091	34.086.735	2.441.644	6.187.053	-27.899.682	18,15%
Total	79.997.850	85.798.969	5.801.119	25.559.311	-60.239.658	29,79%

Un: Euros

O orçamento inicial do município para o exercício de 2018 foi aprovado pelo valor de 79.977.850 €, tendo-se estimado para as receitas correntes 63.840.258 € e para as despesas correntes a dotação inicial de 48.352.759 €.

Para as rubricas de capital, o orçamento inicial das despesas foi fixado em 31.645.091 € e o da receita em 16.157.492€, o que de igual modo determina que se estimou que parte das despesas de investimento fosse financiada por receitas de carácter corrente, previsão de financiamento que se tem efetivamente verificado, como atestam os documentos de prestações de contas das anteriores gerências.

Aprovado o orçamento inicial nestes termos, na sequência das dezoito modificações realizadas ao orçamento, consolidadas em dezasseis Alterações e duas Revisões, que no seu conjunto determinaram um acréscimo de (+) 5.801.119 € no orçamento inicial, no fecho do primeiro semestre de 2018 a dotação final do Orçamento Municipal posicionou-se em 85.798.969 €.

Implícito a este aumento da dotação global do Orçamento Municipal em (+) 5.801.119 €, por contrapartida da integração de parte do saldo da gerência anterior, está sobretudo a reafecção de “dotação não definida” para “dotação definida” de vários projetos financiados no âmbito do PEDU, os quais estavam pendentes da aprovação das candidaturas, bem como reforço de projetos cujos processos de contratação pública tem impacto financeiro no corrente ano de 2018.

No que respeita ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental consagrada no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refira-se, desde logo, por um lado, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da mencionada regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento, da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental.

Por outro lado, que o controlo e a demonstração do cumprimento da referida regra não decorre, atendendo aos seus pressupostos, diretamente dos documentos consagrados no do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais ao nível da contabilidade orçamental, como acontecia outrora.

Importa, por fim, realçar que esta norma revoga, ainda que tacitamente, o princípio do equilíbrio orçamental consagrado no ponto 3.1.1., al. e), do POCAL.

Assim, atendendo às fases subjacentes a cada ciclo orçamental, para efeitos de demonstração do cumprimento desta regra apresenta-se o quadro infra.

Quadro 2

PRINCIPIO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL				
1.º Semestre de 2018				
		Dotação inicial	Dotação final	Execução orçamental
(1)	Receita Corrente	63.840.258	63.840.258	27.847.204
(2)	Despesa Corrente	48.352.759	51.712.234	19.372.258
(3)=(1)-(2)	Poupança corrente	15.487.499	12.128.024	8.474.946
(4)	Amortizações empréstimos de MLP	10.937.130	10.937.130	6.948.690
		a)	a)	
(5)=(3)-(4)		4.550.369	1.190.894	1.526.256

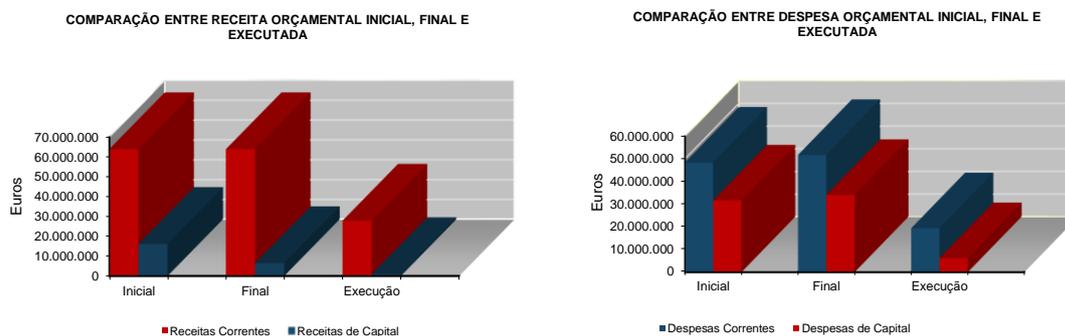
Un:Euros

a) inclui montante previsional de amortização média de 3.988.440,24 € relativo ao empréstimo contratado para a dissolução do FEIIF Maia Golfe e ainda não utilizado

A observação do Quadro 2 permite concluir que nas três fases do ciclo orçamental o município cumpriu integralmente o princípio do equilíbrio orçamental, verificando-se uma cobertura das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo pela poupança corrente, culminando, em matéria de execução orçamental, com a libertação de 1.526.256 €.

Por conta da dotação final orçada, o total da despesa executada ascende a 19.372.258 € e o total da receita cobrada a 27.847.204 €, o que reflete taxas de execução de 37,46% e 43,62%, respetivamente.

Gráfico 1



MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

ALTERAÇÕES E REVISÕES

Como é sabido, faz parte integrante do normal processo de execução orçamental reforçar e ou anular a dotação das rubricas tendo em vista ajustar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão.

Interessa, por isso, proceder à apreciação detalhada dos ajustamentos desta natureza que se realizaram durante o ciclo em apreço por via dezasseis Alterações e duas Revisões, cujas tipologias se identificam no quadro resumo que se insere.

Quadro 3

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
1.º SEMESTRE DO ANO 2018		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	16	2
Plano Plurianual de Investimentos	11	1
Plano de Atividades Mais Relevantes	13	2
Orçamento da Receita	2	1

Un: Número

Centrando a nossa análise na forma como se desenvolveram as dotações orçamentais, face aos consecutivos ajustamentos efetuados nos diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita, sistematizados nos quadros seguintes que agregam as inscrições/reforços e as diminuições/anulações efetuadas ao valor inicial do orçamento, é possível retirar as conclusões a seguir enunciadas.

Quadro 4

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
1.º SEMESTRE DE 2018								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	48.352.759	60,44%	5.729.119	2.369.644	51.712.234	60,27%	3.359.475	6,95%
01 Despesas com o pessoal	20.295.940	25,37%	424.251	424.251	20.295.940	23,66%	0	0,00%
02 Aquisição de Bens e Serviços	20.055.846	25,07%	2.536.656	850.901	21.741.601	25,34%	1.685.755	8,41%
03 Juros e Outros Encargos	254.357	0,32%	0	2.000	252.357	0,29%	-2.000	-0,79%
04 Transferências Correntes	4.101.050	5,13%	86.852	82.572	4.105.330	4,78%	4.280	0,10%
05 Subsídios	3.257.866	4,07%	1.347.050	999.610	3.605.306	4,20%	347.440	10,66%
06 Outras Despesas Correntes	387.700	0,48%	1.334.310	10.310	1.711.700	2,00%	1.324.000	34,150%
Despesas Capital	31.645.091	39,56%	5.700.417	3.258.773	34.086.735	39,73%	2.441.644	7,72%
07 Aquisição de Bens de Investimento	19.356.735	24,20%	4.485.862	3.069.018	20.773.579	24,21%	1.416.844	7,32%
08 Transferências de capital	2.278.000	2,85%	674.555	0	2.952.555	3,44%	674.555	29,61%
09 Ativos Financeiros	452.186	0,57%	540.000	189.755	802.431	0,94%	350.245	77,46%
10 Passivos Financeiros	9.558.170	11,95%	0	0	9.558.170	11,14%	0	0,00%
TOTAL	79.997.850	100,00%	11.429.536	5.628.417	85.798.969	100,00%	5.801.119	7,25%

Un: Euros

Em resultado das dezasseis alterações e duas revisões realizadas ao orçamento da despesa registaram-se reforços no valor global de 11.429.536 €, traduzidos da seguinte forma:

- 5.801.119 €, originaram um aumento na dotação global do orçamento da despesa, que teve como contrapartida o aumento da dotação global do orçamento da receita em resultado da integração do saldo da gerência anterior, oportunamente aprovado pelo órgão deliberativo;
- 5.628.417 €, tiveram como única contrapartida a diminuição de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas, não dando origem a qualquer alteração na dotação global do orçamento.

A modificação positiva de maior significado foi no âmbito das Despesas Correntes, na componente das “Aquisição de Bens e Serviços”, com um aumento de 1.685.755 €, tendo por finalidade:

- A criação do projeto 2018/A/55 – “Comemoração de 500 anos do Foral da Maia”, no montante de 50.000,00€;

- O reforço de vários projetos iniciados ou a iniciar, incluindo os inscritos com dotação não definida, com impacto financeiro no exercício de 2018;
- O ajustamento orçamental indexado a projetos cofinanciados, por força da necessidade de recalendarização da respetiva despesa;

Logo a seguir posiciona-se o reforço assinalado no grupo das “Despesas de Capital” na área de “Aquisições de Bens de Investimento”, com um aumento de (+) 1.416.844 €, justificado sobretudo pelas seguintes razões:

- A) A criação de dois novos projetos:
- Projeto N.º 51/II/2018, denominado “*Programa de Infraestruturas com vista à "Digitalização" do Território Municipal*”, inscrito no “*Objetivo/Programa 3.5.3. – “Novas Tecnologias”*”, a dotar com o valor de **200.000 €**;
 - Projeto N.º 52/II/2018, denominado “*Intervenções de modernização do Fórum da Maia*”, inscrito no “*Objetivo/Programa 2.5.1.1. – “Construção, Ampliação e Adaptação de Edifícios”*”, a dotar com o valor de **50.000 €**;
- B) O reforço de projetos iniciados ou a iniciar, incluindo os inscritos com dotação não definida, com impacto financeiro no exercício de 2018;
- C) O ajustamento orçamental indexado a projetos cofinanciados, por força da necessidade de recalendarização da respetiva despesa;

Segue-se a modificação positiva, no montante de 1.324.000 €, nas “Outras despesas Correntes”, necessidade decorrente de imposições legais levadas ao nosso conhecimento no decurso do ano, impossíveis de prever aquando da elaboração do Orçamento inicial, como sejam as restituições de impostos e taxas e encargos de sentença de tribunal.

Ainda no grupo das despesas de capital, verifica-se uma variação positiva de (+) 674.555 € nas “*Transferências de Capital*” que foi determinada pela necessidade de reforçar as classificações económicas 08.07.01 – Instituições sem Fins Lucrativos e 08.05.01.01 – “Freguesias” a fim de permitir a atribuição de subsídios no âmbito do investimento.

Apreciação similar em matéria de modificação positiva remete para o reforço de (+) 350.245 € na rubrica de “Ativos Financeiros”, resultante da reafectação de “dotação não definida” para “dotação definida” do projeto 314/A/2002, tendo em vista salvaguardar a proposta de aumento de capital da empresa “Espaço Municipal, EM, S.A”.

Segue-se, a **modificação** positiva que ocorreu nas despesas correntes, com especial relevo para a rubrica “*Subsídios*”, no montante de (+) 347.440 €, por último e com menor materialidade o reforço na rubrica “*Transferências Correntes*”, atingindo apenas a variação de (+) 4.280 €.

Com menor materialidade regista-se a anulação na rubrica “*Juros e Outros Encargos*” com pouca expressividade no orçamento global, atingindo apenas uma variação de (-) 2.000 €.

Todos estes reforços contribuíram de forma direta para o aumento da dotação global do orçamento de (+) 5.801.119 €.

Quanto às despesas de capital, para além das possíveis implicações que as diferentes inscrições/ reforços e as diminuições/anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e ou Plano de Atividades Mais Relevantes, determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naqueles documentos.

Na alçada do Plano Plurianual de Investimentos concretizaram-se onze alterações e uma revisão, as quais provocaram um impacto nas dotações globais, no montante de (+) 5.801.119 €, em consequência das razões anteriormente expostas.

Ao Plano das Atividades Mais Relevantes realizaram-se treze alterações que tiveram como único objetivo reajustamentos de natureza diversa na despesa associada a vários projetos, e duas revisões com impacto no valor global do orçamento.

Quadro 5

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA								
1º SEMESTRE DE 2018								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	63.840.258	79,80%	0	0	63.840.258	74,41%	0	0,00%
01 Impostos Diretos	39.698.900	49,62%	0	0	39.698.900	46,27%	0	0,00%
02 Impostos Indiretos	2.134.100	2,67%	0	0	2.134.100	2,49%	0	0,00%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	779.000	0,97%	0	0	779.000	0,91%	0	0,00%
05 Rendimentos de Propriedade	2.798.600	3,50%	0	0	2.798.600	3,26%	0	0,00%
06 Transferências Correntes	14.874.858	18,59%	0	0	14.874.858	17,34%	0	0,00%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	3.375.500	4,22%	0	0	3.375.500	3,93%	0	0,00%
08 Outras Receitas Correntes	179.300	0,22%	0	0	179.300	0,21%	0	0,00%
Receitas Capital	16.157.492	20,20%	0	9.694.725	6.462.767	7,53%	-9.694.725	-60,00%
09 Venda de Bens de Investimento	8.103.700	10,13%	0	8.069.100	34.600	0,04%	-8.069.100	-99,57%
10 Transferência de Capital	7.849.392	9,81%	0	1.625.625	6.223.767	7,25%	-1.625.625	-20,71%
11 Ativos Financeiros	61.500	0,08%	0	0	61.500	0,07%	0	0,00%
12 Passivos Financeiros	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0	-
13 Outras Receitas de Capital	142.900	0,18%	0	0	142.900	0,17%	0	0,00%
Outras Receitas	100	0,00%	15.495.844	0	15.495.944	18,06%	15.495.844	15495844,11%
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	100	0,00%	0	0	100	0,00%	0	0,00%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	0,00%	15.495.844	0	15.495.844	18,06%	15.495.844	-
TOTAL	79.997.850	100,00%	15.495.844	9.694.725	85.798.969	100,00%	5.801.119	7,25%

Un:Euros

Em matéria de Orçamento da Receita foram executadas duas alterações e uma revisão, que conjuntamente implicaram um aumento da dotação global do orçamento de 5.801.119 €, fundamentadas nos seguintes termos:

- A primeira alteração a ser elaborada teve como finalidade o ajustamento de receita orçamental indexada a projetos cofinanciados, no âmbito da recalendarização da despesa associada aos projetos financiados inscritos no Plano Plurianual de Investimentos referentes à “Requalificação e Modernização das Escolas EB 2,3 de Gonçalo Mendes da Maia e Gueifães”, por contrapartida da diminuição das dotações orçamentais previstas no Plano Plurianual Investimento para 2018, nos Projetos N.ºs: 21/2017 e 23/2017, respetivamente, dada a natureza consignada da receita em causa, consequente da respetiva recalendarização financeira.

Para o efeito, o montante global do orçamento da receita foi diminuído em (-) 1.105.000,00 €, na rubrica da receita “**10.03.07 – Estado – Participação comunitária em projetos cofinanciados**”.

- A segunda a ser elaborada, tem como finalidade o ajustamento de receita orçamental indexada a projetos cofinanciados, no âmbito da recalendarização da despesa associada ao projeto financiado inscrito no Plano Plurianal de Investimentos referentes à “Requalificação e Modernização da Escola EB 2,3S do Doutor José Vieira de Carvalho, na Freguesia de Moreira – Acordo de Colaboração com o Poder Central”, por contrapartida da diminuição das dotações orçamentais previstas no Plano Plurianual Investimento para 2018, no Projeto N.º: 22/2017, dada a natureza consignada da receita em causa, conseqüente da respetiva recalendarização financeira.

Para o efeito, o montante global do orçamento da receita foi diminuído em (-) 520.625,00 €, na rubrica da receita “**10.03.07 – Estado – Participação comunitária em projetos cofinanciados**”.

- No que toca a revisão, teve por finalidade:

A integração do saldo da gerência anterior no montante de 15.495.844,11 €, com a seguinte aplicação:

- 8.069.100,00 €, com contrapartida na diminuição da rubrica “09 - Venda de Bens de Investimento”, que se encontrava excessivamente dotada.

- 7.426.744,11 €, para aumento global do Orçamento da Receita, como contrapartida para o aumento global do Orçamento da Despesa, em igual montante.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Quadro 6

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL								
	1.º SEMESTRE 2017				1.º SEMESTRE 2018			
	Previsão Final	Execução	Desvio	Taxa Execução %	Previsão Final	Execução	Desvio	Taxa Execução %
Receitas Correntes	61020.032	27.871.046	-33.148.986	45,7%	63.840.258	27.847.204	-35.993.054	43,6%
Receitas de Capital	2.323.442	517.785	-1.805.657	22,3%	6.462.767	936.093	-5.526.674	14,5%
Outras Receitas	100	5.598	5.498	5598,3%	100	29.498	29.398	29497,5%
Saldo da gerência anterior	16.405.049	16.405.049	0	100,0%	15.495.844	15.495.844	0	100,0%
Total	79.748.622	44.799.477	-34.949.145	56,2%	85.798.969	44.308.638	-41.490.331	51,6%
Despesas Correntes	48.908.137	19.317.770	-29.590.367	39,5%	51.712.234	19.372.258	-32.339.976	37,5%
Despesas de Capital	30.840.486	7.723.906	-23.116.580	25,0%	34.086.735	6.187.053	-27.899.682	18,2%
Total	79.748.622	27.041.676	-52.706.947	33,9%	85.798.969	25.559.311	-60.239.658	29,8%

Un: Euros

Avaliando os dados constantes no Quadro 6 e uma vez excluído o saldo da gerência anterior, verifica-se que, comparativamente com o período homólogo, os valores da execução orçamental da receita aumentam, em resultado do aumento das receitas de capital e das outras receitas, contrariamente ao constatado nas receitas correntes que diminuiram ligeiramente. Com a incorporação do saldo da gerência anterior, os níveis da execução orçamental da receita diminuem na sua globalidade.

No que se refere à execução orçamental da despesa, os valores totais também diminuiram por força do comportamento diferenciado das suas duas componentes, que aumentam em matéria de despesas correntes, em contraposição com a diminuição dos níveis de execução das despesas de capital.

EXECUÇÃO DA RECEITA

Quadro 7

Estrutura Geral da Receita						
Descrição	1.º Semestre 2017		1.º Semestre 2018		Variação da Cobrança 2017/2018	
	Execução (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	Taxa de Execução (c)/(b)	Valor (c)-(a)	Variação [(c)-(a)]/a
Receitas Correntes:	27.871.046	63.840.258	27.847.204	43,6%	-23.842	-0,1%
Impostos Diretos	14.559.221	39.698.900	16.622.537	41,9%	2.063.316	14,2%
Imposto Municipal s/ Imóveis	9.781.712	21.430.700	9.665.223	45,1%	-116.490	-1,2%
Imposto Único de Circulação	1.786.700	3.211.700	1.821.816	56,7%	35.117	2,0%
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	2.619.195	7.796.300	4.665.133	59,8%	2.045.988	78,1%
Derrama	322.447	7.219.500	452.436	6,3%	129.989	40,3%
Impostos Abolidos	49.167	29.700	17.879	60,2%	-31.288	-63,6%
Impostos diretos diversos	0	11.000	0	0,0%	0	0,0%
Impostos Indirectos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.624.189	2.913.100	1.079.186	37,0%	-1.545.004	-58,9%
Mercados e Feiras	7.762	22.400	7.574	33,8%	-188	-2,4%
Loteamento e Obras	473.955	1.142.700	663.641	58,1%	189.686	40,0%
Ocupação da Via Pública	724.325	1.104.000	186.160	16,9%	-538.165	-74,3%
Publicidade	84.906	117.900	8.989	7,6%	-75.917	-89,4%
Caça, uso e porte de arma	0	100	0	0,0%	0	0,0%
Multas e Outras Penalidades	1.231.971	297.100	129.277	43,5%	-1.102.694	-89,5%
Outros	101.271	228.900	83.545	36,5%	-17.726	-17,5%
Rendimentos de Propriedade	1.513.059	2.798.600	1.372.611	49,0%	-140.448	-9,3%
Transferências Correntes	7.418.196	14.874.858	6.950.024	46,7%	-468.172	-6,3%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	1.693.428	3.375.500	1.756.704	52,0%	63.276	3,7%
Outras Receitas Correntes	62.952	179.300	66.142	36,9%	3.190	5,1%
Receitas de Capital:	517.785	6.462.767	936.093	14,5%	418.308	80,8%
Venda de Bens de Investimento	0	34.600	7.038	20,3%	7.038	20,3%
Transferências de Capital	242.953	6.223.767	927.390	14,9%	684.437	281,7%
Activos Financeiros	1665	61500	1665	2,7%	0	0,0%
Passivos Financeiros	0	0	0	0,0%	0	0,0%
Outras Receitas de Capital	273.167	142.900	0	0,0%	-273.167	-100,0%
Outras Receitas (Rep. não abatidas nos pag.)	5.598	100	29.498	29497,5%	23.899	426,9%
Total das Receitas	28.394.429	70.303.125	28.812.794	41,0%	418.365	1,5%
Saldo da Gerência Anterior	16.405.049	15.495.844	15.495.844			
Total da Receita com saldo da Gerência Anterior	44.799.477	85.798.969	44.308.638	51,6%	-490.839	-1,1%

Un. Euro

Da apreciação dos dados constantes do Quadro 7 conclui-se que no final do primeiro semestre de 2018 o total da receita cobrada bruta, excluído que seja o saldo da gerência anterior, atingiu o valor de 28.812.794 €, pautando-se por um incremento de cerca de (+) 1,5%, (+) 418.365 € face a igual período do ano transato.

Tal comportamento é explicado pela dinâmica das receitas de capital que “*per si*” ao somarem 936.093 € são responsáveis pelo aumento de (+) 418.308 €, ainda que continuem a ser as receitas correntes que assumem o maior peso com o total de 27.847.204 €, pese embora tenham reduzido (-) 23.842 €.

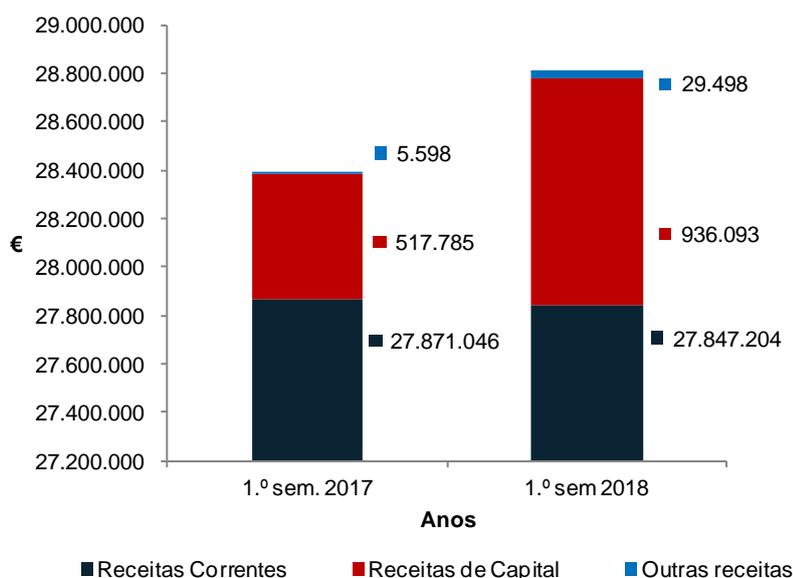
Assim, a exemplo de anos anteriores, as *Receitas Correntes* continuam a assumir primordial importância na execução orçamental ao representarem 97% do total arrecadado e apresentarem uma taxa de execução de cerca de 44%.

As *Outras Receitas* atingem o valor de 29.498 € imputável na íntegra a reposições abatidas nos pagamentos.

A figura seguinte permite uma visualização gráfica da execução orçamental da receita comparando períodos homólogos.

Gráfico 2

EVOLUÇÃO DA RECEITA



No cômputo global da receita corrente cobrada destaca-se com particular relevo a cobrança de Impostos Diretos no montante de 16.622.537 € que apresentam um aumento de (+) 2.063.316 € em relação a período homólogo, que apesar de ser acompanhando por igual tendência nas rubricas de *Vendas de Bens e Prestação de Serviços*, (+) 63.276 €, e de *Outras Receitas Correntes*, (+) 3.190 €, acaba por ser absorvido pela redução assinalada nas demais componentes que integram aquele agregado, designadamente: os *Impostos Indiretos, Taxas Multas e Outras Penalidades*, (-) 1.545.004 €, as *Transferências Correntes*, (-) 468.172 €, e os *Rendimentos de Propriedade*, (-) 140.448 €, que conjuntamente determinam a ligeira prestação negativa da receita corrente.

A variação ocorrida na rubrica *Impostos Indiretos, Taxas Multas e Outras Penalidades*, encontra-se essencialmente justificada por dois motivos:

- A quebra de (-) 1.102.694 na componente de *Multas e Outras Penalidades* relacionada com à arrecadação extraordinária em 2017 da regularização de juros de mora de IMI e IMT de anos anteriores, levada a cabo pela Autoridade Tributária (AT);
- A diminuição da receita de *Ocupação da Via Pública* (-) 538.202 € e da *Publicidade* (-) 75.917 € cuja liquidação só ocorrerá no 2.º semestre, devido a alterações levadas a efeito no layout da fatura e aos constrangimentos informáticos relacionados com o seu desenvolvimento e implementação.

Já as *Transferências Correntes* protagonizaram um decréscimo de (-) 468.172 €, que ficou a dever-se essencialmente ao desfasamento temporal da liquidação das transferências provenientes dos protocolos dos *Programas de Enriquecimento Curricular, do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares do 1.º ciclo, Acordo de Cooperação do Pré- Escolar Auxiliares da Ação Educativa e da Componente Social de Apoio à Família*.

Assiste-se simultaneamente a uma diminuição do *Fundo de Equilíbrio Financeiro* em cerca de (-) 200.000 €, tendo estas reduções sido atenuadas pelo incremento das transferências relativas à *Participação no IRS* cerca de (+) 320.000 €.

Os *Rendimentos de Propriedade*, que no 1.º semestre de 2018 totalizam 1.372.611 €, assinalam um decréscimo de (-) 140.448 €, em consequência da diminuição dos juros provenientes das aplicações financeiras em instituições bancárias e da diminuição dos montantes arrecadados por conta da participação em entidades externas ao município.

Relativamente aos Impostos Diretos, e como já foi referido anteriormente apresentam um aumento de (+) 2.063.316 €, em relação a período homólogo, assumindo importância capital ao avocarem cerca de 58% da totalidade da receita cobrada. O IMI é reiteradamente a maior fonte geradora de receita própria do município, ascendendo a 9.665.223 €, ainda que tenha protagonizado um ligeiro decréscimo de (-) 116.490 €, seguido do IMT, com uma orientação francamente positiva, (+) 2.045.988 €, o que significa, de acordo com a própria natureza deste imposto, que existe um ambiente favorável no setor da construção e no mercado imobiliário.

Não obstante a clara supremacia do IMI e do IMT, não se pode desconsiderar as remanescentes rubricas, designadamente o Imposto Único de Circulação, 1.821.816 €, com um acréscimo de (+) 35.117 €, a Derrama, 452.436, (+) 129.989 €. Por conta dos impostos abolidos apenas se arrecadaram 17.879 €, integralmente imputados ao Imposto Municipal de Sisa.

A *Venda de Bens e Prestação de Serviços* ascendeu a 1.756.704 €, observando-se uma variação positiva de (+) 63.276 €.

As *Outras Receitas Correntes*, não influenciaram o total de receita e sofreram um aumento de (+) 3.190 €.

Quanto às receitas de capital, sistematicamente caracterizam-se por baixas taxas de execução (14,5%) e fraca expressividade no cômputo geral da receita (3%).

Assim, no período em apreço o acréscimo de (+) 418.308 € resultou essencialmente do comportamento das *Transferências de Capital*, cuja variação ascendeu a (+) 684.437 €, facto que se ficou a dever ao aumento das transferências do Estado no âmbito da participação comunitária em projetos cofinanciados.

As *Vendas de Bens de Investimento* ascenderam a 7.038 € e reportam-se a venda de duas parcelas terrenos.

Os *Ativos Financeiros* mantiveram-se nos 1.665 € e resultam do reembolso do Programa MaiaFinicia.

No que concerne à execução orçamental, apenas de referir que a mesma atingiu na primeira metade de 2018 cerca de 41%, fundamentalmente influenciada pela receita de natureza corrente, valor ligeiramente inferior ao registado em período homólogo.

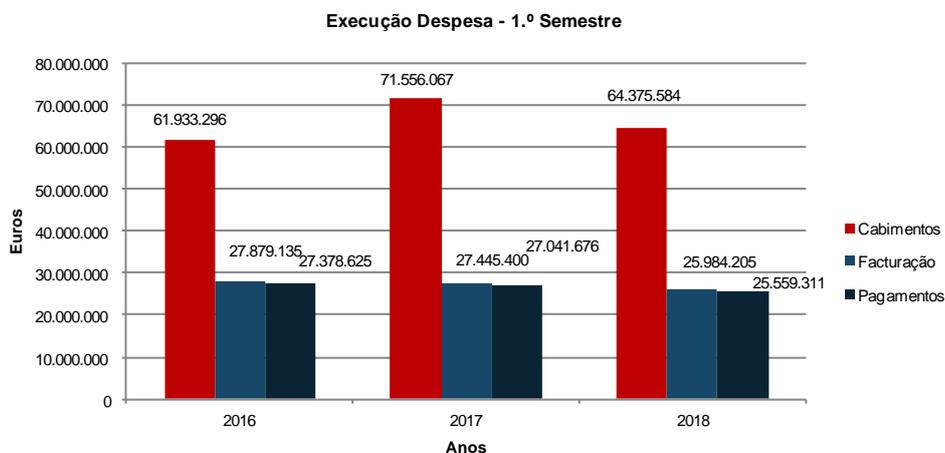
EXECUÇÃO DA DESPESA

Quadro 8

EXECUÇÃO DA DESPESA													
1.º semestre													
	Dotações Corrigidas 2018	Cabimentos		Tx cresc 2017-2018	Faturação		Tx cresc 2017-2018	Pagamentos		Tx cresc 2017-2018	Tx Execução 2018		
		2017	2018		2017	2018		2017	2018		Cabimentos/ Dotações	Pagamentos/ Cabimentos	Pagamentos / Facturação
Pessoal	20.295.940	18.862.033	19.748.818	4,7%	9.531.945	9.276.847	-2,7%	9.531.945	9.276.847	-2,7%	97,3%	47,0%	100,0%
Aquisição de Bens e Serviços	21.741.601	16.448.868	16.995.002	3,3%	7.899.368	7.203.617	-8,8%	7.811.639	7.021.525	-10,1%	78,2%	41,3%	97,5%
Juros e Outros Encargos	252.357	276.247	181.769	-34,2%	70.653	47.345	-33,0%	70.653	47.345	-33,0%	72,0%	26,0%	100,0%
Transferências Correntes	4.105.330	2.992.827	3.403.736	13,7%	1.498.027	1.717.047	14,6%	1.493.598	1.717.047	15,0%	82,9%	50,4%	100,0%
Subsídios	3.605.306	5.417.432	3.242.465	-40,1%	70.284	870.551	1138,6%	70.284	870.551	1138,6%	89,9%	26,8%	100,0%
Outras Despesas Correntes	1.711.700	831.455	997.746	20,0%	415.362	514.655	23,9%	339.650	438.943	29,2%	58,3%	44,0%	85,3%
Total despesas correntes	51.712.234	44.828.861	44.569.535	-0,6%	19.485.640	19.630.062	0,7%	19.317.770	19.372.258	0,3%	86,2%	43,5%	98,7%
Aquisição de Bens de Capital	20.773.579	18.185.434	12.022.361	-33,9%	3.938.072	2.677.711	-32,0%	3.915.810	2.670.816	-31,8%	57,9%	22,2%	99,7%
Transferências de Capital	2.952.555	2.486.824	1.738.569	-30,1%	817.067	573.674	-29,8%	817.067	573.674	-29,8%	58,9%	33,0%	100,0%
Activos Financeiros	802.431	487.186	475.390	-2,4%	427.186	320.390	-25,0%	213.593	160.195	-25,0%	59,2%	33,7%	50,0%
Passivos financeiros	9.558.170	5.567.762	5.569.729	0,04%	2.777.437	2.782.369	0,2%	2.777.437	2.782.369	0,2%	58,3%	50,0%	100,0%
Outras Despesas de Capital	0	0	0		0	0		0	0				
Total despesas capital	34.086.735	26.727.206	19.806.049	-25,9%	7.959.761	6.354.143	-20,2%	7.723.906	6.187.053	-19,9%	58,1%	31,2%	97,4%
TOTAL	85.798.969	71.556.067	64.375.584	-10,0%	27.445.400	25.984.205	-5,3%	27.041.676	25.559.311	-5,5%	75,0%	39,7%	98,4%

Un: Euros

Gráfico 3



Da observação dos dados constantes no Quadro 8, verifica-se no final deste semestre, em relação ao período homólogo, uma diminuição de (-) 10% no total dos cabimentos, acompanhado de um decréscimo da faturação total e dos pagamentos na ordem dos (-) 5%.

Ao nível dos cabimentos, a diminuição de (-) 7.180.483 €, resulta principalmente da variação ocorrida na rubrica de *Aquisição de Bens de Capital*, com (-) 6.163.073, seguindo-se o decréscimo verificado na componente dos *Subsídios*, com (-) 2.174.967 €. Com menor materialidade, regista-se a diminuição das *Transferências de Capital*, com (-) 748.255 €, dos *Juros e Outros Encargos* e *Ativos Financeiros* que totalizam (-) 106.275 €.

Em sentido oposto, verificam-se acréscimos nas rubricas de *Pessoal*, (+) 886.786 €, na *Aquisição de Bens e Serviços*, (+) 546.133 €, nas *Transferências Correntes*, (+) 410.909 €, nas *Outras Despesas Correntes*, (+) 166.291 € e com um crescimento residual os *Passivos Financeiros*, (+) 1.967 €.

Relativamente à despesa total faturada, esta ascendeu a 25.984.205 €, dos quais 637.064 € respeitam a despesa transitada do ano anterior e 25.347.141 € à nova faturação de 2018, evidenciando o período em análise um decréscimo global de (-) 1.461.195 €, (-) 5,3%, face ao período homólogo.

Concorre para esta diminuição o comportamento verificado no agregado das despesas de capital, com uma descida de (-) 20,2%, sendo a rubrica de *Aquisição de Bens de Capital* a que contribuiu de forma decisiva para o desempenho global desse agrupamento, com uma variação de (-) 1.260.361, seguindo-se as *Transferências de Capital* com um decréscimo de (-) 243.393 € e a redução dos *Ativos Financeiros* com (-) 106.797€.

Neste agregado da despesa de capital, constata-se somente a variação positiva na rubrica dos *Passivos Financeiros*, com (+) 4.933 €.

Do lado das despesas de natureza corrente, observa-se um acréscimo na faturação de (+) 0,7%, devido ao aumento das rubricas dos *Subsídios*, *Transferências Correntes* e *Outras Despesas Correntes* que no seu conjunto totalizam (+) 1.118.580 €, revelando-se neste agrupamento uma variação negativa de (-) 695.751 € na componente de *Aquisição de Bens e Serviços*, seguindo-se as rubricas do *Pessoal* com (-) 255.098 € e dos *Juros e Outros Encargos*, com (-) 23.308 €.

Em matéria de despesa paga, no montante de 25.559.311 €, apresenta-se uma descida de (-) 5,5%, comparativamente com o período homólogo, revelando no entanto uma excelente taxa de execução de pagamentos em relação à faturação, ao atingir neste período 98%.

Assinala-se que o total que se encontra por pagar se reporta a faturação emitida em datas próximas do final do mês de junho, encontrando-se uma grande parte em conferência e, por maioria de razão, não vencida, pelo que, a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo.

Atendendo à sua importância, efetua-se de seguida uma apreciação detalhada à nova despesa faturada, isto é, à faturação com origem no exercício de 2018.

Quadro 9

EVOLUÇÃO DA DESPESA FATURADA							
1.º Semestre							
	2017		2018		Variação da Nova Faturação 2017/2018		
	Transitada de 2016	Nova faturação junho	Transitada de 2017	Nova faturação junho	Valor	Taxa Crescimento	
Pessoal	63.462	9.468.483	0	9.276.847	-191.636	-2,0%	
Aquisição de Bens e Serviços	166.655	7.732.713	428.965	6.774.652	-958.060	-12,4%	
Juros e Outros Encargos	0	70.653	0	47.345	-23.308	-33,0%	
Transferências Correntes	0	1.498.027	0	1.717.047	219.020	14,6%	
Subsídios	0	70.284	0	870.551	800.266	1138,6%	
Outras Despesas Correntes	75.712	339.650	75.712	438.943	99.293	29,2%	
Total despesas correntes	305.829	19.179.810	504.677	19.125.385	-54.425	-0,3%	
Aquisição de Bens de Capital	27.101	3.910.970	132.388	2.545.323	-1.365.647	-34,9%	
Transferências de Capital	0	817.067	0	573.674	-243.393	-29,8%	
Activos Financeiros	0	427.186	0	320.390	-106.797	-25,0%	
Passivos financeiros	0	2.777.437	0	2.782.369	4.933	0,2%	
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0		
Total despesas capital	27.101	7.932.660	132.388	6.221.756	-1.710.904	-21,6%	
TOTAL	332.930	27.112.470	637.064	25.347.141	-1.765.329	-6,5%	

Un: Euros

A nova faturação no primeiro semestre de 2018 totalizou 25.347.141 €, sendo visível uma diminuição global da despesa de (-) 6,5%, (-) 1.765.329 € face ao período homólogo, explicada maioritariamente pela redução da faturação das despesas de capital em (-) 1.710.904 € a par do decréscimo das despesas de natureza corrente em (-) 54.425 €.

Para a diminuição das despesas de capital contribui de forma decisiva a componente da *Aquisição de Bens de Capital*, (-) 1.365.647 €, seguindo-se a das *Transferências de Capital*, (-) 243.393 €, e dos *Ativos Financeiros* com (-) 106.797 €. Em sentido contrário, com um crescimento meramente residual surge a rubrica dos *Passivos Financeiros* com (+) 4.933 €.

O decréscimo assinalado na despesa com a *Aquisição de Bens de Capital*, resultou de um menor volume de investimento que no primeiro semestre do ano transato foi fortemente influenciado pelo desfecho da

operação de aquisição dos terrenos para a construção de um complexo desportivo na freguesia de Vila Nova da Telha.

No que se refere às despesas correntes, a redução evidenciada é explicada pelo decréscimo da rubrica de *Aquisição de Bens e Serviços*, com (-) 958.060 €, cuja análise será realizada posteriormente de forma detalhada, seguindo-se a variação das despesas com *Pessoal*, com (-) 191.636 €, muito influenciada pela alteração da metodologia de processamento do subsídio de Natal que no exercício em curso será pago na íntegra no mês de novembro aos trabalhadores do Município, terminando desta forma o pagamento em regime de duodécimos que tinha ocorrido no ano de 2017 e com menos peso, temos a rubrica dos *Juros e Outros Encargos*, com (-) 23.308 €.

Inversamente, verificam-se aumentos nos *Subsídios*, com (+) 800.266 €, nas *Transferências Correntes* e nas *Outras Despesas Correntes*, que conjuntamente totalizam (+) 318.314 €.

Quanto à variação constatada na rubrica dos *Subsídios*, está relacionada com o novo contrato de gestão delegada celebrado entre o Município da Maia e a empresa municipal Maiambiente, estando este novo contrato relacionado com a passagem das despesas inerentes ao tratamento de resíduos sólidos, que até então eram cobradas pela Lipor, para a empresa municipal Maiambiente. Contribui também para esta variação, o contrato interadministrativo estabelecido com os STCP no final de 2017.

Relativamente ao acréscimo apurado nas *Transferências Correntes*, decorre essencialmente de divergências no timing de faturação dos subsídios concedidos para a época desportiva 2017/2018 e de outros subsídios concedidos no âmbito de protocolos de acordo celebrados com associações desportivas.

O aumento na rubrica das *Outras Despesas Correntes*, a qual agrega um conjunto diversificado de despesas, decorre de um maior volume de Encargos com Sentenças de Tribunais.

No agregado das despesas correntes, a materialidade assumida pela *Aquisição de Bens e Serviços* no cômputo global da nova despesa faturada, justifica uma análise autónoma das suas duas componentes, *Bens e Serviços*.

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS
Quadro 10

EVOLUÇÃO DA DESPESA FATURADA				
AQUISIÇÃO DE BENS				
1.º Semestre				
	2017	2018	Variação 2017/2018	
	Nova faturação	Nova faturação	Valor	%
Matérias-primas e subsidiárias	76.883	54.039	-22.844	-29,7%
Combustíveis e lubrificantes				
Gasolina	6.298	15.101	8.803	139,8%
Gasóleo	97.017	106.539	9.522	9,8%
Outros	10.818	15.239	4.421	40,9%
Munições, explosivos e artificios	0	0	0	
Limpeza e higiene	10.391	16.160	5.768	55,5%
Alimentação - Refeições confeccionadas	750.017	801.986	51.969	6,9%
Alimentação - Géneros para confeccionar	1.645	3.560	1.915	116,4%
Vestuário e artigos pessoais	20.325	2.075	-18.250	-89,8%
Material de escritório	27.243	21.588	-5.655	-20,8%
Produtos químicos e farmacêuticos	19.994	11.458	-8.536	-42,7%
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	0	
Material de consumo clínico	94	5.911	5.817	6156,6%
Material de transporte - Peças	8.933	3.484	-5.449	-61,0%
Material de consumo hoteleiro	15	1.411	1.296	1125,8%
Outro material - Peças	2.597	760	-1.837	-70,7%
Prémios, condecorações e ofertas	35.743	8.022	-27.721	-77,6%
Mercadorias para venda				
Outros	0	0	0	
Ferramentas e utensílios	10.302	2.357	-7.945	-77,1%
Livros e documentação técnica	907	605	-302	-33,3%
Artigos honoríficos e de decoração	0	0	0	
Material de educação, cultura e recreio	20.333	20.356	22	0,1%
Outros bens	92.289	97.807	5.518	6,0%
TOTAL	1.191.945	1.188.458	-3.487	-0,3%

Un: Euros

No período semestral em análise a despesa faturada com a *Aquisição de Bens* apresenta uma diminuição de (-) 3.487 €, que corresponde a uma variação percentual de (-) 0,3%. Tal resultado advém essencialmente do comportamento de algumas rubricas, destacando-se a de *Prémios Condecorações e Ofertas*, que apresentou um decréscimo de (-) 27.721 €, explicado pela diminuição da aquisição de produtos para ofertas institucionais, a de *Matérias-primas e subsidiárias* com uma diminuição de (-) 22.844 €, sobretudo devido a poupanças decorrentes da realização de contratos de fornecimento contínuo, e a de *Vestuário e Artigos Pessoais*, com uma variação de (-) 18.250 €, que se deve à

diminuição de aquisição de artigos de vestuário de trabalho, calçado, fardamentos, para os funcionários operacionais do Município, sendo a aquisição deste tipo de artigos realizada quando necessário.

A contribuir igualmente para o cenário de decréscimo deste agrupamento de despesa, embora com menor expressividade surgem as rubricas de *Produtos Químicos e Farmacêuticos, Ferramentas e Utensílios, Material de Escritório e Material de Transporte*, que conjuntamente perfazem o montante de (-) 27.585 €.

Em contraciclo neste agregado económico destaca-se a rubrica de *Alimentação – Refeições Confeccionadas*, com (+) 51.969 €, onde se inclui o fornecimento de refeições nas Escolas do Ensino Básico e Pré-Escolar da rede pública do Concelho da Maia, cuja variação está indexada ao aumento do preço da refeição em 2018, seguindo-se os *Combustíveis e Lubrificantes, Material de Consumo Clínico, Limpeza e Higiene e Outros Bens*, que na sua globalidade contribuem com (+) 39.849 €.

Quadro 11

EVOLUÇÃO DA DESPESA FATURADA				
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
1.º Semestre				
	2017	2018	Variação 2017/2018	
	Nova faturação	Nova faturação	Valor	%
Encargos de instalações	1265.413	1206.414	-58.999	-4,7%
Limpeza e higiene	100.379	105.418	5.040	5,0%
Conservação de bens	85.615	116.739	31.124	36,4%
Locação de edifícios	0	0	0	
Locação de material de informática	0	0	0	
Locação de outros bens	258.495	238.914	-19.581	-7,6%
Comunicações	120.364	120.527	163	0,1%
Transportes	144.456	108.399	-36.057	-25,0%
Representação dos serviços	8.251	2.872	-5.379	-65,2%
Seguros	79.517	164.631	85.114	107,0%
Deslocações e estadas	12.089	13.518	1.429	11,8%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	155.468	109.954	-45.514	-29,3%
Formação	4.734	10.907	6.173	130,4%
Seminários, exposições e similares	16.209	35.213	19.004	117,2%
Publicidade	54.024	67.923	13.899	25,7%
Vigilância e segurança	361.527	413.735	52.208	14,4%
Assistência técnica	266.219	264.422	-1.798	-0,7%
Outros trabalhos especializados	1526.048	710.176	-815.872	-53,5%
Utilização de infra-estruturas de transportes	0	0	0	
Serviços de saúde	12.090	14.105	2.015	16,7%
Outros serviços especializados	0	0	0	
Encargos de cobrança de receitas	379.926	402.712	22.787	6,0%
Outros serviços				
Iluminação pública	1592.537	1331.614	-260.923	-16,4%
Outros serviços	97.407	148.001	50.594	51,9%
TOTAL	6.540.768	5.586.195	-954.573	-14,6%

Un: Euros

A despesa faturada com a Aquisição de Serviços apresenta no período em análise um decréscimo significativo de (-) 954.573 €, (-) 14,6%, destacando-se a diminuição registada nas rubricas de *Outros Trabalhos Especializados* com (-) 815.872 € e da *Iluminação Pública* com (-) 260.923 €.

A variação sinalizada nos *Outros Trabalhos Especializados* está relacionada com a passagem para a empresa municipal Maiambiente, das despesas inerentes ao tratamento de resíduos sólidos cobrados pela Lipor, que até ao primeiro semestre de 2017 saiam por esta rubrica.

A diminuição da faturação da *Iluminação Pública* é explicada pela redução anual da tarifa decorrente da passagem dos contratos existentes para o mercado liberalizado.

Acrescem ainda os decréscimos da faturação dos itens de *Encargos de Instalações*, (-) 58.999 €, *Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria*, (-) 45.514 € e *Transportes*, (-) 36.057 €.

Não comprometendo a tendência decrescente deste agregado económico, evidenciam-se os acréscimos das rubricas de *Seguros, Vigilância e Segurança, Outros Serviços, Conservação de Bens, Encargos de Cobrança de Receita, Seminários Exposições e Similares* e *Publicidade*, que conjuntamente perfazem o montante de (+) 274.730 €.

Na rubrica dos *Seguros*, a variação constatada deve-se à entrada em vigor do concurso público, com publicitação internacional para aquisição de serviços na área de seguros, que originou que os seguros respeitantes ao 2.º semestre, fossem já refletidos orçamentalmente no 1.º semestre de 2018.

O incremento apurado na faturação da rubrica de *Vigilância e Segurança* decorre essencialmente da aquisição de serviços de vigilância para a Quinta dos Cónegos e para a Fundação Gramaxo.

Importa sinalizar que a contratação de serviços em 2018 observa o disposto no artigo 61.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018 (Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro).

FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

Na sequência de uma recomendação do Tribunal de Contas, pese embora o que está instituído no ponto 7.6 do POCAL, o movimento das cauções quando em dinheiro, está inserido no “Mapa de Fluxos de Caixa”, por estas serem objeto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial e estarem devidamente refletidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

De acordo com o exposto, no “Mapa das Contas de Ordem” só estão refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante titulada por um documento.

FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa traduz os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício estando associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), neste documento são mostrados os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

Importa referir, que as operações de tesouraria e as cauções em dinheiro são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais, que os serviços autárquicos realizam para terceiros, sendo exclusivamente objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O Quadro 12 exhibe os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos no 1º semestre de 2018.

Quadro 12

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				
1.º Semestre de 2018				
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo da gerência anterior		19 731 583	Despesas Orçamentais	25 559 311
Execução Orçamental	15 495 844		Correntes	19 372 258
Operações de Tesouraria	291 650		Capital	6 187 053
Cauções em dinheiro	3 944 088			
Receitas Orçamentais		28 812 794	Dotações não Orçamentais	1 788 983
Correntes	27 847 204		Operações de Tesouraria	1 570 947
Capital	936 093		Cauções em dinheiro	218 035
Outras	29 498			
Dotações não orçamentais		1 873 241	Saldo para a gerência seguinte	23 069 324
Operações de Tesouraria	1 740 085		Execução Orçamental	18 749 327
Cauções em dinheiro	133 156		Operações de Tesouraria	460 787
			Cauções em dinheiro	3 859 210
Total		50 417 617	Total	50 417 617

Un: Euros

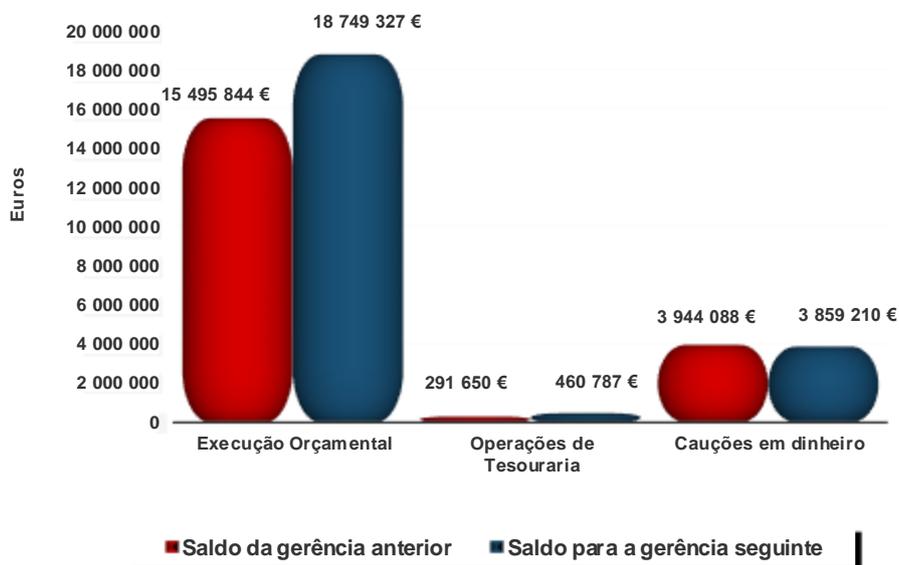
O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante o 1º semestre de 2018 demonstra que, do total de recebimentos executados no montante de 30.686.035 €, são provenientes de receitas orçamentais 28.812.794 € e de dotações não orçamentais 1.873.241 €, dos quais 1.740.085 € provêm de operações de tesouraria e 133.156 € de cauções em dinheiro.

Já no que se refere ao total de pagamentos executados no montante de 27.348.294 €, correspondem a pagamentos de natureza orçamental 25.559.311 €, sendo os restantes 1.788.983 € de natureza não orçamental, dos quais 1.570.947 € são provenientes de operações de tesouraria e 218.035 € de cauções em dinheiro.

Como saldo a transitar para o 2º semestre de 2018, em resultado do balanceamento entre recebimentos e pagamentos, figuram 23.069.324 €, refletindo um aumento de (+) 3.337.741 € comparativamente ao transitado da gerência anterior.

Gráfico 4

COMPARAÇÃO ENTRE O SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR E O SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE NO RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA
1.º SEMESTRE DE 2018



CONTAS DE ORDEM

Os factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia são contabilizados através das contas de ordem, representando possibilidades de futuras alterações ao mesmo. É importante, mencionar, que nas contas de ordem só devem estar refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante titulada por um documento. As cauções em dinheiro não estão incluídas no quadro 2, estão sim, incluídas no mapa de fluxos de caixa.

Conclui-se, portanto, que o saldo final a favor da autarquia é de 23.330.908 €, e a favor de terceiros 19.084.008 €.

2018



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

ENQUADRAMENTO

O presente capítulo dedicado à matéria do endividamento autárquico encontra-se estruturado em duas partes que se complementam: endividamento “*Stricto Sensu*” versus “*Lato Sensu*”

- **Endividamento - *Stricto Sensu***

Direcionado para uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do Município, excluindo as influências do sector empresarial local, das associações dos municípios e de igual modo dos serviços municipalizados, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento, como tem sido prática corrente dos últimos anos.

Num primeiro momento é realizada uma abordagem generalizada à evolução da dívida global, a que se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

Permanece ainda com particular relevância no contexto global da gestão da dívida, o controlo da dívida de curto prazo e dos pagamentos em atraso, por força da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), e das imposições constantes na Lei do Orçamento de Estado para 2017, bem como das respetivas normas de execução orçamental.

- **Endividamento - *Lato Sensu***

Conceito orientado para o apuramento do endividamento numa ótica de grupo municipal, de acordo com o previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), que é o da dívida total de operações orçamentais do município incluindo os efeitos do endividamento das entidades por si participadas, na proporção da sua participação, atentos determinados requisitos.

Estão aqui abrangidas todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o Município participa ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

Em síntese, quantifica-se o montante da dívida total de operações orçamentais do Município da Maia – Grupo Municipal – e avalia-se o seu posicionamento face aos limites legalmente impostos.

ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU

Sem prejuízo da estrutura da dívida apresentada no balanço, que atende ao grau de exigibilidade para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, neste capítulo atendeu-se à sua natureza, isto é, considerou-se como dívida de médio e longo prazo aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

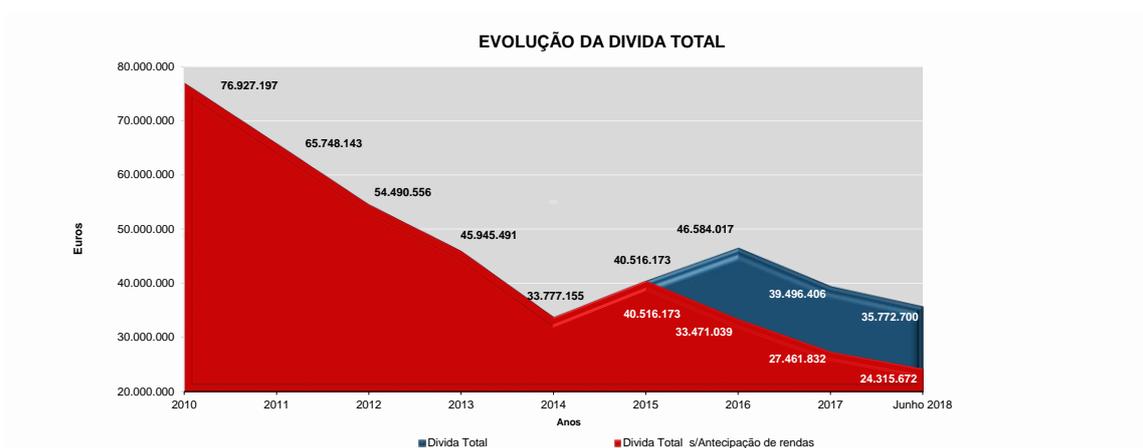
DÍVIDA TOTAL

Quadro 14

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL									Variação	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Junho 2018	Jun18/2017	Jun18/2010
Dívida de Natureza Orçamental	76.927.197	65.748.143	54.490.556	45.945.491	33.777.155	40.516.173	33.471.039	27.461.832	24.315.672	-3.146.160	-52.611.524
Dívida de Médio e Longo Prazo	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	29.716.463	36.755.669	29.548.408	23.510.996	19.500.468	-4.010.528	-40.741.028
Dívida de Curto Prazo	16.685.700	13.180.487	9.603.273	8.764.522	4.060.692	3.760.504	3.922.631	3.950.836	4.815.204	864.368	-11.870.496
Dívida de Natureza Não Orçamental	0	0	0	0	0	0	13.112.978	12.034.573	11.457.028	-577.546	11.457.028
Dívida de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	0	0	0	0	0	0	13.112.978	12.034.573	11.457.028	-577.546	11.457.028
Dívida Total	76.927.197	65.748.143	54.490.556	45.945.491	33.777.155	40.516.173	46.584.017	39.496.406	35.772.700	-3.723.706	-41.154.497
Taxa de crescimento da dívida											
Natureza Orçamental	-10,1%	-14,5%	-17,1%	-15,7%	-26,5%	20,0%	15,0%	-15,2%	-9,4%		-53,5%
Médio e longo prazo	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	-20,1%	23,7%	-19,6%	-20,4%	-17,1%		-67,6%
Curto prazo	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-53,7%	-7,4%	4,3%	0,7%	21,9%		-71,1%
Natureza Não Orçamental											
Antecipação de Rendas								-8,2%	-4,8%		

Un: Euros

Gráfico 5



Introduz-se a presente temática com uma referência sumária à alteração do registo contabilístico da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004 – reconduzido para o domínio dos empréstimos bancários de médio e longo prazo a partir do exercício de 2016 –, na sequência

do acolhimento da recomendação do Tribunal de Contas, facto amplamente divulgado nos dois últimos Relatório de Gestão do transato ano.

Apresenta-se assim a partir de 2016 uma alteração substancial ao conteúdo da dívida total de operações orçamentais do município, mormente em relação à utilizada até ao final da gerência de 2015, o que fragiliza qualquer análise comparativa que se pretenda coerente, justificando assim uma análise à dívida estruturada em duas partes distintas: numa primeira fase centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial, a que se segue uma avaliação agregando a dívida de natureza não orçamental procedente desta operação de antecipação de rendas.

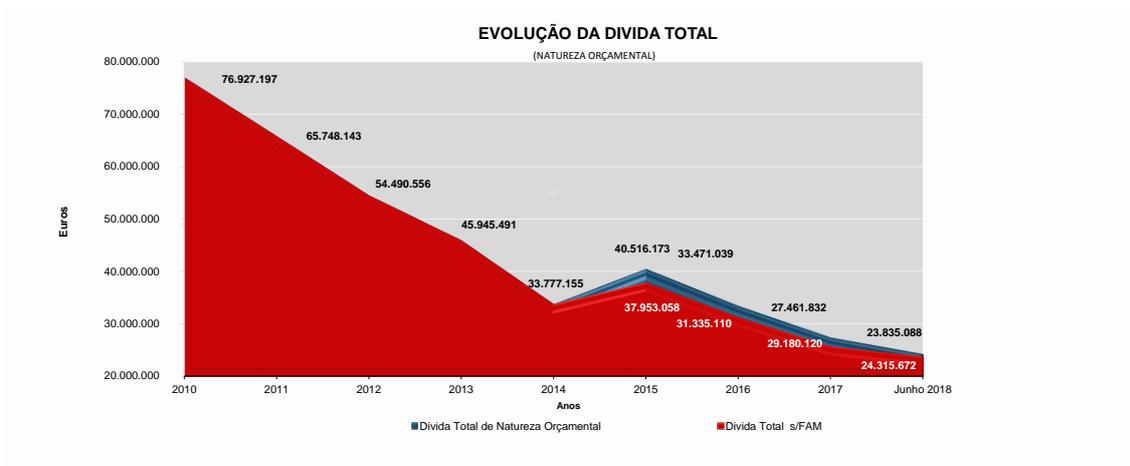
Circunscrevendo a análise à evolução da dívida do município de natureza orçamental, confirma-se que o nível de endividamento do município têm vindo a diminuir de forma consistente ao longo dos anos, apenas interrompido em 2015, alicerçado num ritmo de reduções anuais, a rondar, quase sempre, entre oito a doze milhões de euros, somas expressivas num contexto de apertada gestão de disponibilidades, considerando a conjuntura macroeconómica dos últimos anos, que originou quebras de receita expressivas.

Permanece igual tendência no fecho do semestre de 2018, com a dívida individual do município de natureza orçamental a totalizar 24.315.672 €, menos (-) 3.146.160 € que no fim da gerência de 2017, evidenciando assim um decréscimo de (-) 11,5%, explicado pelo comportamento da dívida de médio e longo prazo, que reduz (-) 4.010.528 €, em contraposição com o aumento de (+) 864.368 € na dívida de curto prazo.

Do total da dívida orçamental do município reportada a 30 de junho de 2018, são de natureza de médio e longo prazo 19.500.468 €, e apenas de curto prazo 4.815.204 €, quantitativos que, face aos valores apurados no final do ano antecedente, evidenciam uma redução de (-) 17,1% e um aumento de (+) 21,9%, respetivamente.

Demonstra-se assim que no período compreendido entre 2010 e 2018, em contexto de grande austeridade, o endividamento do município de natureza orçamental reduziu cerca de (-) 68% (de 76.927.197 € para 24.315.672 €), o que denota que, em devido tempo, o município soube adequar o seu orçamento à realidade que se antevia, designadamente, promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas, como bem espelha o gráfico infra.

Gráfico 6



Materializando na análise o passivo de médio e longo prazo de natureza não orçamental proveniente da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social, em cumprimento da recomendação do Tribunal de Contas, pese embora o agravamento registado em 2016, a dívida total do município à data de 30 de junho de 2018, posiciona-se em 35.772.700 €, menos (-) 3.723.706 € que no final da gerência de 2017, retomando assim a tendência de decréscimo habitual.

DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Permanecendo como prerrogativa das sucessivas Leis do Orçamento de Estado publicadas desde 2015 que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Atendendo ainda que por via das alterações preconizadas pelas Leis do Orçamento de Estado (2016 a 2018) à legislação em vigor, designadamente ao artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para efeitos do apuramento da dívida total são excluídos determinados tipos de empréstimos em função da sua natureza.

Estrutura-se a informação da dívida de médio e longo prazo, diferenciando-se os empréstimos consoante a sua natureza em função do fim a que se destinam, reprimando no decurso da análise a terminologia outrora aplicável neste tipo de relato quanto à sua diferenciação em “releva” ou “não releva” para a capacidade de endividamento municipal.

Quadro 15

ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO										Varição
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Junho 2018	Jun18/2017
Dívida de Natureza Orçamental	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	29.716.463	36.755.669	29.548.408	23.510.996	19.500.468	-4.010.528
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	58.919.838	51.457.464	43.988.556	36.493.707	29.240.666	33.928.222	27.359.613	21.802.253	19.019.884	-2.782.369
Empréstimos de MLP destinados a fins diversos	38.704.490	32.396.882	26.089.274	19.781.666	13.724.968	19.619.182	14.268.950	9.940.941	7.776.937	-2.164.004
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	16.483.623	13.698.097	10.912.570	8.127.044	5.341.517	4.006.138	2.670.759	1.335.379	667.690	-667.690
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	11.933.530	9.916.912	7.900.295	5.883.677	3.867.060	2.900.295	1.933.530	966.765	483.382	-483.382
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	0	0	0	0	0	9.200.000	7.155.556	6.133.333	5.622.222	-511.111
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	10.287.337	8.781.873	7.276.409	5.770.945	4.516.392	3.512.749	2.509.107	1.505.464	1.003.643	-501.821
Estado	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213	4.516.392	3.512.749	2.509.107	1.505.464	1.003.643	-501.821
Empréstimos de MLP destinados à Habitação Social	20.215.348	19.060.581	17.899.282	16.712.041	15.515.698	14.309.041	13.090.663	11.861.312	11.242.947	-618.365
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	6.179.270	5.890.383	5.595.764	5.295.123	4.989.368	4.678.024	4.359.463	4.033.301	3.867.243	-166.057
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	3.974.635	3.707.701	3.439.863	3.166.447	2.892.148	2.616.318	2.339.294	2.061.342	1.922.165	-139.177
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	10.061.443	9.462.497	8.863.654	8.250.471	7.634.182	7.014.698	6.391.906	5.766.669	5.453.539	-313.131
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.321.658	1.110.193	898.727	687.262	475.797	2.827.447	2.188.795	1.708.743	480.584	-1.228.159
Fornecedores de Imobilização de Médio e Longo Prazo	1.321.658	1.110.193	898.727	687.262	475.797	264.332	52.866	0	0	0
FAM - Fundo de Apoio Municipal						2.563.115	2.135.929	1.708.743	480.584	-1.228.159
Dívida de Natureza Não Orçamental	0	0	0	0	0	0	13.112.978	12.034.573	11.457.028	-577.546
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	0	0	0	0	0	0	13.112.978	12.034.573	11.457.028	-577.546
Banco Santander Totta	0	0	0	0	0	0	6.556.489	6.017.287	5.728.514	-288.773
Banco BPI	0	0	0	0	0	0	6.556.489	6.017.287	5.728.514	-288.773
Total da dívida de médio e longo prazo	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	29.716.463	36.755.669	42.661.386	35.545.569	30.957.496	-4.588.074
Taxa de crescimento	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	-20,1%	23,7%	16,1%	-16,7%	-12,9%	

Un: Euros

Projetando a análise na evolução do passivo de médio e longo prazo de natureza orçamental, os dados do Quadro 15 comprovam que desde 2010 e até ao final de 2014 há uma tendência clara de diminuição da dívida de médio e longo prazo, independentemente da finalidade dos empréstimos bancários contraídos, sendo notório que, ano após ano, aumentam os níveis de redução, recaindo o maior peso sobre os empréstimos destinados a finalidades diversas, comportamento que na realidade remonta a 2002, como revelam as anteriores prestações de contas.

Interrompe-se esta orientação no ano de 2015, face ao aumento de (+) 7.039.206 € da dívida de médio e longo prazo do município, devido à concretização de duas novas operações, a celebração do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, para aquisição dos lotes de terreno números 1 e 4 que integravam o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA), cujo impacto foi em parte atenuado pelas amortizações ocorridas nos demais empréstimos existentes em resultado do cumprimento do serviço de dívida negociado, bem como a obrigatoriedade legal de subscrição do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor total de 2.990.300,97€.

Tais operações assumem especial relevância no contexto municipal, tendo sido determinadas por imposições legais que regem a governação local.

A contratação do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, foi motivada pela necessidade de serem cumpridas as obrigações que para a Autarquia derivam da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, tendo em conta as responsabilidades já constituídas para o Município em resultado dos invocados normativos, atenta a sua participação de 51% no capital social da TECMAIA. Razão por que se entendeu conveniente para a salvaguarda do superior interesse público a aquisição pela Autarquia dos lotes de terreno n.ºs 1 e 4, de modo a evitar a resolução dos contratos de empréstimo existentes naquela sociedade pelo Sindicato Bancário e competente venda pela via judicial, que determinariam uma desvalorização dos imóveis, face à baixa do mercado imobiliário, e

consequentemente uma dissolução compulsiva da própria sociedade com grave prejuízo para o interesse público municipal.

Em relação à subscrição do Fundo de Apoio Municipal impõe-se desde logo anotar que foi uma operação que resultou de uma imposição legal, designadamente da entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM) e determinou a obrigatoriedade de todos os municípios, sem exceção, contribuírem para este fundo.

O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios, consubstanciando assim um ativo em investimentos financeiros, tendo o montante imputável ao Município da Maia “*ab initio*” sido fixado em 2.990.300,97 €.

A realização do capital iniciou-se em 2015 tendo sido definido um prazo de concretização de 7 anos, através de duas prestações anuais, mediante o pagamento anual de 427.186,00 € até 2020, e de 427.184,97 € em 2021, tendo já sido pagos até à presente data 1.281.558 €.

Com a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2018 (que altera entre outros o art.º 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto) foi modificada a subscrição do capital social do FAM, por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos Municípios. Daqui resulta uma redução das prestações anuais a realizar pelo Município da Maia em 2018, 2019 2020 e 2021, respetivamente, em 25%, 50%, 75% e 100%.

Conclui-se, por isso, que a parcela da participação no FAM que se encontra por realizar passou em 2018 de 1.708.743 € (valor registado no fecho de 2017) para 640.779 €, resultando em (-) 1.067.963,97 € do que o montante inicialmente fixado.

Apontadas as razões que justificam o aumento sinalizado em 2015 na dívida de médio e longo prazo, conclui-se que o acréscimo decorrente da obrigatoriedade de realizar este investimento financeiro emergiu de factos supervenientes à regular gestão municipal.

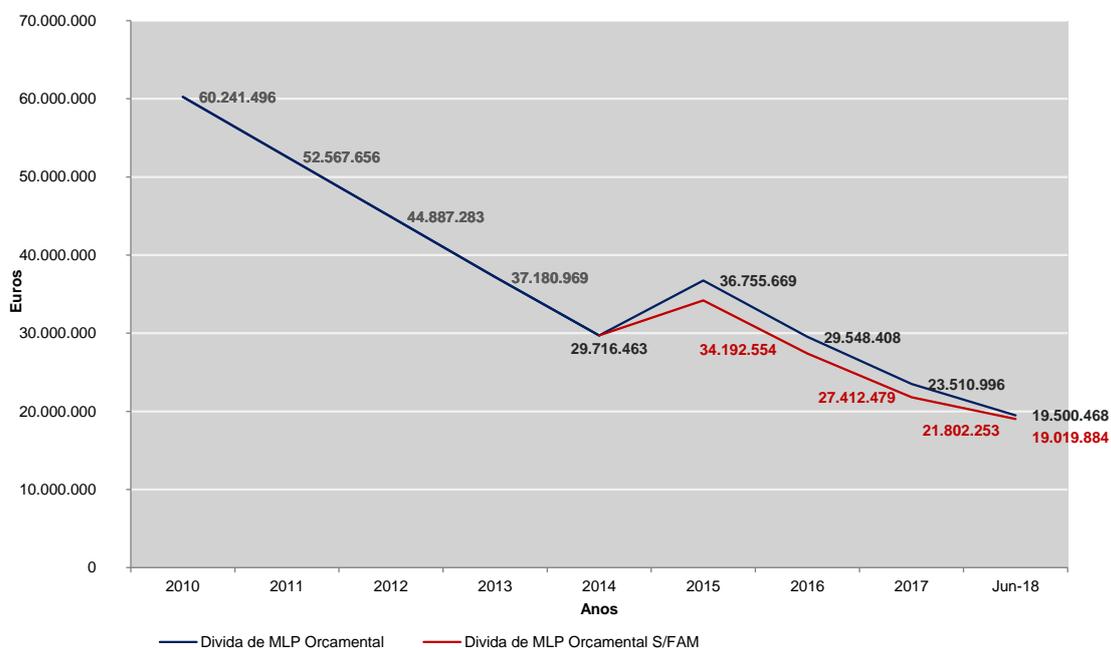
No ano de 2016 recuperam-se os padrões de redução do endividamento de médio e longo prazo de natureza orçamental que persistem na gerência em apreciação.

Mantendo o mesmo critério desde 2015, o Orçamento do Estado para 2018 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

No fim do primeiro semestre de 2018, em perfeito alinhamento com a tendência decrescente assinalada, dá-se continuidade à diminuição da dívida de médio e longo prazo de natureza orçamental, que ao situar-se no valor total de 19.500.468 €, vê-se reduzida em (-) 4.010.528 € face ao final do exercício transato, (-) 17,1%, como se demonstra no gráfico infra.

Importa todavia sinalizar as implicações decorrentes da alteração anteriormente anunciada em relação à dívida de médio e longo prazo associada ao FAM, designadamente a alteração significativa no capital imputável ao Município que o posiciona em menos (-) 1.067.964 € do que o montante inicialmente fixado, o que desde logo justifica uma parte do decréscimo assinalado.

Gráfico 7
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO
(NATUREZA ORÇAMENTAL)



Conclusão similar aplica-se à evolução da dívida imputável à operação de antecipação de rendas – de natureza não orçamental – com o valor total de 11.457.028 €, reduzindo (-) 577.546 €, (-) 4,8% em relação ao final da gerência de 2017.

No cômputo global da diminuição obtida continua a predominar o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos que relevam para fins diversos e concorrem para o limite da dívida, em especial do empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, que originou uma redução de (-) 667.690 € no valor da dívida, logo seguido pela amortização de (-) 511.111 € referente ao empréstimo contratado com o BPI, no montante de 9.200.000 €, para a aquisição de dois lotes de terreno à TECMAIA.

Segue-se o empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), que determinou um corte adicional de (-) 501.821 € decorrente na íntegra da parte imputável ao Estado, uma vez que a parcela correspondente ao financiamento da instituição de crédito Banco Santander Totta do Estado encontra-se saldada desde finais de 2013. Por último, aparece o empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €, a ser responsável por uma descida de (-) 483.382 €.

Em relação aos empréstimos destinados à Habitação Social, o maior volume de amortizações está associado aos empréstimos realizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), cujo valor total ascendeu a (-) 452.308 €, sendo os demais empréstimos denominados de complemento PER, presentemente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de

“Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo” levada a cabo em 2007, estes últimos responsáveis por uma redução de (-) 166.057 €.

As outras dívidas de médio e longo referem-se apenas à contribuição para o Fundo de Apoio Municipal, única parcela da dívida de médio e longo prazo que não concorre para efeitos de apuramento dos limites de endividamento, e que determinou um corte adicional na dívida de médio e longo prazo de (-) 1.228.159 €, circunscrito a despesa de natureza orçamental na parte correspondente a apenas (-) 160.195 €, uma vez que o diferencial de (-) 1.067.964 € resulta do impacto decorrente da alteração significativa no capital em dívida imputável ao Município justificado pelas razões já expostas.

Acomodado o passivo de natureza não orçamental decorrente unicamente da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social celebrada em 2004, no montante de total de 12.586.352 €, a dívida de médio e longo prazo do município à data de 30 de junho de 2018 totaliza 30.957.496 €, o que evidencia um decréscimo de (-) 4.588.074 € em relação ao final do ano transato, mantendo a tendência de redução atrás sinalizada.

Gráfico 8



SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Com o objetivo de avaliar, numa ótica orçamental, o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, nomeadamente os juros e as respetivas amortizações, no total da despesa e receita municipais, inclui-se um quadro ilustrativo da evolução do serviço de dívida municipal no primeiro semestre de 2018 (Quadro 16) face a período homólogo, uma vez que esta avaliação não deve ser descontextualizada da periodicidade semestral com que ocorrem estas obrigações.

Quadro 16

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO				
	jun-18	jun-17	Variação	
			Valor	%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas (1)	2.205.568	2.217.943	-12.375	-0,56%
Amortizações	2.164.004	2.164.004	0	0,00%
Juros	41.563	53.939	-12.376	-22,94%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social (2)	622.999	619.479	3.520	0,57%
Amortizações	618.365	613.432	4.932	0,80%
Juros	4.635	6.047	-1.413	-23,36%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)	160.195	266.459	-106.265	-39,88%
Amortizações	160.195	266.459	-106.265	-39,88%
Juros	0	0	0	-
Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)	2.988.762	3.103.882	-115.120	-3,71%
Amortizações	2.942.564	3.043.896	-101.332	-3,33%
Juros	46.198	59.986	-13.788	-22,99%
Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo	-44,2%	3,9%		
Amortizações	-3,3%	18,0%		
Juros	-23,0%	-69,4%		
Juros / Receita Total Cobrada	0,2%	0,2%		
Juros / Despesa Total Paga	0,2%	0,2%		
Juros / Despesa de Capital Paga	0,7%	0,8%		
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	10,4%	10,9%		
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	11,7%	11,5%		

Un: Euros

Como nota prévia regista-se que os dados constantes no quadro supra não contemplam os juros e amortizações provenientes do empréstimo de médio e longo prazo associado ao processo de antecipação de rendas da habitação social, uma vez que a apreciação promovida neste âmbito tem como objetivo avaliar a despesa realizada em juros e amortizações ao abrigo do orçamento municipal e o seu peso no total da receita cobrada e no total da despesa paga, matéria de natureza exclusivamente orçamental.

Numa análise comparativa em relação a período homólogo, conclui-se que os encargos com o serviço de dívida municipal de natureza orçamental reduzem (-) 115.120 €, (-) 3,71%, devido sobretudo à redução das responsabilidades inerentes às outras dívidas de médio e longo prazo, designadamente no que toca a amortizações, uma vez que no que se refere aos empréstimos os encargos se mantêm em níveis similares aos do primeiro semestre do ano anterior.

Tal comportamento, não obstante a reiterada diminuição do capital em dívida dos empréstimos que foram contratualizados, resulta fundamentalmente do desfecho do processo de aquisição do Pavilhão de S. Pedro Fins que ficou concluído em 2017.

No peso do Serviço de Dívida prevalece o volume das amortizações que ronda os 98% do seu valor global, sendo que o serviço de dívida representa 10,4% do total da receita e cerca de 11,7% da despesa executadas, percentagens próximas às do período homólogo, e que não são, de todo, desprezíveis num

contexto de apertada gestão de disponibilidades, o que justifica uma análise mais pormenorizada da rubrica.

Posto isto, insere-se o Quadro 17 com o detalhe do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo com impacto orçamental no semestre findo, por tipologia de empréstimo, assim como a respetiva previsão desses encargos para o final do exercício de 2018, para além da ilustração gráfica do peso de cada uma das suas componentes.

Quadro 17

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	Realizado 1.º Semestre 2018			Previsto 2.º Semestre 2018		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, de 29.927.873,82 €	667.690	0	667.690	667.690	0	667.690
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 20.000.000,00 €	483.382	0	483.382	483.382	0	483.382
Empréstimo de MLP com o Estado (DGT) - PREDE de 5.018.213,00 €	501.821	213	502.034	501.821	163	501.985
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 9.200.000,00 € - Tecmaia	511.111	41.350	552.461	511.111	37.464	548.575
Assunção da posição contratual do Empréstimo Bancário com a CGD no montante de 3.988.440€, no âmbito do processo de dissolução do FIIF Maia Golfe	0	0	0	0	6.980	6.980
Sub Total	2.164.004	41.563	2.205.568	2.164.004	44.607	2.208.611
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	166.057	0	166.057	168.111	0	168.111
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a C G D - até 7.481.968,46 €	139.177	1.218	140.395	139.256	1.141	140.398
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a C G D - até 21.077.411,44 €	313.131	3.416	316.547	313.319	3.226	316.545
Sub Total	618.365	4.635	622.999	620.686	4.367	625.053
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo						
Fornecedores de Imobilizado de MLP	0	0	0	0	0	0
FAM - Fundo de Apoio Municipal	160.195	-	160.195	160.195	-	160.195
Sub Total	160.195	0	160.195	160.195	0	160.195
TOTAL	2.942.564	46.198	2.988.762	2.944.885	48.974	2.993.859

Un: Euros

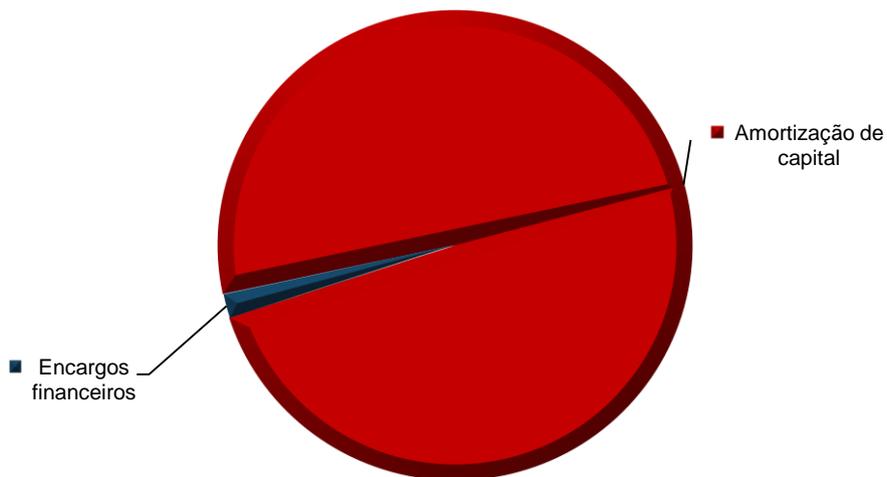
No cômputo global das despesas realizadas com o serviço de dívida municipal sobressaem as relacionadas com empréstimos destinados a finalidades diversas, posicionando-se na primeira linha as do empréstimo bancário celebrado com o Banco Santander Totta, logo seguidas, pelo empréstimo contratualizado com o BPI para a aquisição dos terrenos à TECMAIA, no valor de 9.200.000€ e pelo empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), decorrente na íntegra da parte imputável ao Estado, e, por último, com materialidade similar, os encargos com o empréstimo bancário contratado com o BPI no valor dos 20.000.000 €.

Relativamente aos empréstimos destinados à habitação social, o maior volume do serviço da dívida permanece indexado aos empréstimos contratados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado PER2.

No domínio das Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo, releva-se a existência do encargo anual decorrente da contribuição obrigatória do Município para a realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal, tendo já ocorrido o pagamento da sétima tranche no montante de 160.195 €, prevendo-se o pagamento de outra tranche de igual montante até ao final do corrente ano.

Gráfico 9

PREVISÃO DA COMPOSIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA
2.º SEMESTRE DE 2018



COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

No Quadro 18 sistematizam-se os empréstimos existentes à data de 30 de Junho de 2018 e respetivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua natureza e do seu grau de exigibilidade, com o objetivo de obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo, incluindo a proveniente a operação de cessão de créditos.

Quadro 18

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE		
	jun-18	
	Valor	Peso
EXIGÍVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO	25.033.739	80,86%
Dívida de Natureza Orçamental	14.812.806	47,85%
Empréstimos Bancários de MLP	14.599.213	47,16%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	4.600.000	14,86%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	0	0,00%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	0	0,00%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	4.600.000	14,86%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	0	0,00%
Estado	0	0,00%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	9.999.213	32,30%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	3.528.914	11,40%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	1.643.572	5,31%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	4.826.727	15,59%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	213.593	0,69%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	0	0,00%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	213.593	0,69%
Dívida de Natureza Não Orçamental	10.220.932	33,02%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	10.220.932	33,02%
Banco Santander Totta	5.110.466	16,51%
Banco BPI	5.110.466	16,51%
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	5.923.757	19,14%
Dívida de Natureza Não Orçamental	4.687.662	15,14%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	4.420.671	14,28%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	3.176.937	10,26%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	667.690	2,16%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	483.382	1,56%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - TECMAIA	1.022.222	3,30%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	1.003.643	3,24%
Estado	1.003.643	3,24%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	1.243.734	4,02%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	338.329	1,09%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	278.593	0,90%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	626.812	2,02%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	266.991	0,86%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	0	0,00%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	266.991	0,86%
Dívida de Natureza Não Orçamental	1.236.095	3,99%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	1.236.095	3,99%
Banco Santander Totta	618.048	2,00%
Banco BPI	618.048	2,00%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	30.957.496	100,00%

Un: Euros

Observada a constituição da dívida de médio e longo prazo conclui-se que cerca de 36% do seu valor resulta de empréstimos destinados à construção de habitação social que foram contratualizados ao abrigo

do Programa Especial de Realojamento, na sua grande maioria abrangidos por uma linha de crédito bonificado para um período de 25 anos.

Este tipo de empréstimos beneficia de uma bonificação do Estado correspondente a 75% da taxa de juro contratual, que nos primeiros seis meses do ano garantiu um proveito financeiro de 13.387 €.

Para finalizar, apresenta-se o Quadro 19, prospetivo da composição da dívida no final do exercício de 2018.

Quadro 19

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
31-12-2018		
	Valor	Peso
Dívida de Natureza Orçamental	20.544.024	65%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	20.223.634	64%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	9.601.373	31%
Empréstimo Bancário de ML.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	0	0%
Empréstimo Bancário de ML.P com BPI no montante de 20.000.000	0	0%
Empréstimo Bancário de ML.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	501.821	2%
Estado	501.821	2%
Empréstimo Bancário de ML.P com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	5.111.111	16%
Assunção da posição contratual do Empréstimo Bancário com a CGD no montante de 3.988.440€, no âmbito do processo de dissolução do FIF Maia Golfe	3.988.440	13%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	10.622.262	34%
Empréstimo Bancário de ML. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	3.699.133	12%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a CG D - no montante de 7.481.968,46€	1.782.909	6%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CG D - até 21.007.737,65	5.140.220	16%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	320.390	1%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	320.390	1%
Dívida de Natureza Não Orçamental	10.857.471	35%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	10.857.471	35%
Banco Santander Totta	5.428.736	17%
Banco BPI	5.428.736	17%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	31.401.495	100%

Un: Euros

DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais e credores por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos anos se retrata no Quadro 20.

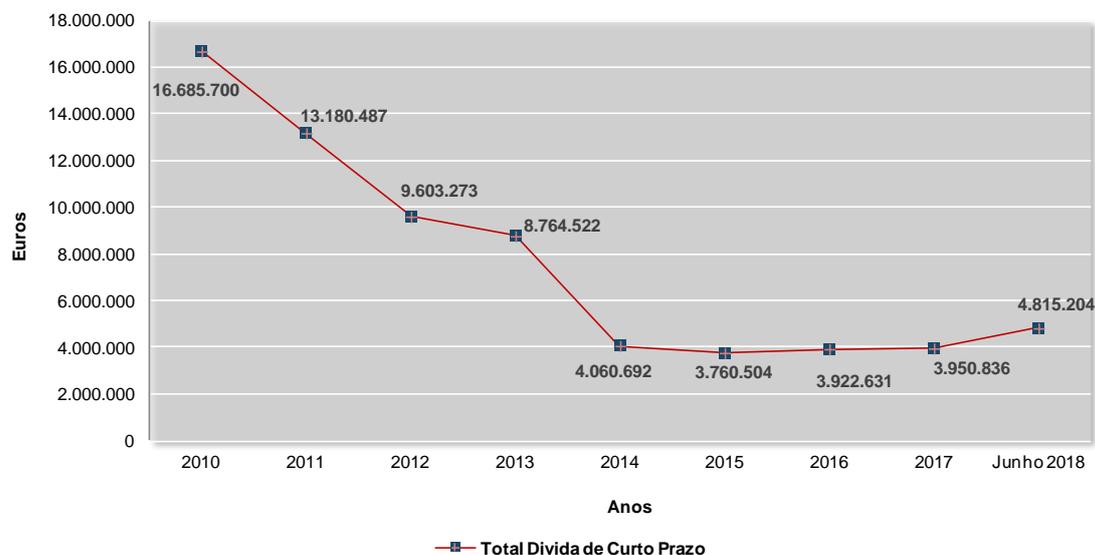
Quadro 20

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO										Variação		
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Junho 2018		Jun18/2017	Jun18/2010
	Peso											
Fornecedores c/c	2.500.544	1.257.001	420.347	507.238	610.903	372.752	614.798	482.497	760.427	15,8%	277.929	-1.740.117
Fornecedores imobilizado	9.469.913	6.567.481	673.670	4.857.836	53.481	16.196	27.101	134.742	639.073	13,3%	504.331	-8.830.840
Outros credores	4.715.244	5.356.005	8.509.256	3.399.448	3.396.308	3.371.556	3.280.732	3.333.597	3.415.704	70,9%	82.107	-1.299.539
Total da Dívida de Curto Prazo	16.685.700	13.180.487	9.603.273	8.764.522	4.060.692	3.760.504	3.922.631	3.950.836	4.815.204	100,0%	864.368	-11.870.496
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-53,7%	-7,4%	4,3%	0,7%	21,9%			-71,1%
Fornecedores c/c	39,9%	-49,7%	-66,6%	20,7%	20,4%	-39,0%	64,9%	-21,5%	57,6%			-69,6%
Fornecedores imobilizado	-8,9%	-30,6%	-89,7%	621,1%	-98,9%	-69,7%	67,3%	397,2%	374,3%			-93,3%
Outros credores	-13,3%	13,6%	58,9%	-60,0%	-0,1%	-0,7%	-2,7%	1,6%	2,5%			-27,6%

Un: Euros

Gráfico 10

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO



A evolução da dívida de curto prazo no período compreendido entre 2010 e 2018 demonstra uma trajetória descendente, ao comportar uma redução na ordem dos (-) 12 milhões de euros (de 16.685.700 € para 4.815.204 €), isto é, cerca de (-) 71%, pese embora o acréscimo verificado nestes primeiros seis meses do ano em relação aos dados apurados no final da gerência de 2017, comportamento usual nesta componente da dívida municipal durante o primeiro semestre de cada ano, uma vez que os seus valores espelham o normal e regular registo de faturação no final do mês de junho, parte da qual se encontra em fase de receção e conferência.

Isolando as dívidas de “Outros Credores” que estão a ser dirimidas em sede judicial, a dívida de curto prazo à data de 30 de junho de 2018 somaria 1.643.923 €, valor cuja ordem de grandeza reflete a cadência mensal de faturação do município, permitindo assim a concretização de pagamentos dentro do prazo médio atualmente estabelecido, de apenas 5 dias.

Circunscrevendo a análise ao comportamento desta rubrica no semestre verifica-se que a dívida de curto prazo ao totalizar 4.815.204 € anuncia (+) 864.368 € que na gerência anterior, devido à influência dos seus três agregados: Fornecedores – conta corrente e de imobilizado – que aumentam (+) 277.929 € e (+) 504.331 €, respetivamente, e dívida a “Outros Credores”, que dita um acréscimo de (+) 82.107 €.

Tais importâncias, à exceção dos que estão pendentes de resolução forense, reportam-se a faturação emitida em datas próximas do final do mês de junho, encontrando-se uma grande parte em receção e conferência e, por maioria de razão, não vencida, pelo que a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, estando o seu valor indexado ao ritmo mensal de faturação do Município da Maia, permitindo a concretização de pagamentos dentro do prazo médio acima referido.

Avaliados os dados no final de agosto os níveis de faturação por pagar já evidenciam uma redução na dívida de curto prazo, que ao totalizar 3.831.528 € aponta para (-) 983.676 € em relação ao final do ano de 2017.

O agregado de “Outros Credores” no valor total de 3.415.704 € assume-se como a componente da dívida de curto prazo mais relevante na gerência de 2018, com um peso na ordem dos 70%. Sobre esta questão reiteram-se as considerações produzidas em anteriores relatos quanto à sua componente mais influente, a dos “Credores de Transferências das Autarquias”, designadamente, que o seu maior valor respeita a uma dívida de 3.171.281 €, de participações à LIPOR para investimento, a qual está a ser dirimida em sede de compromisso arbitral com a invocação que também são devidas taxas de construção ao município na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação.

Sobre a redução dos pagamentos em atraso, a Lei do Orçamento de Estado para 2018 mantém em idênticas condições, a obrigação de, até ao final do ano, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzirem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2016, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto.

O Município posiciona-se fora das entidades com pagamentos em atraso desde maio de 2012, assim permanecendo neste exercício, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações.

Também em relação ao prazo médio de pagamento do município, que à data de 30 de junho de 2018 é de apenas 5 dias, demonstra-se que continua em níveis francamente satisfatórios.

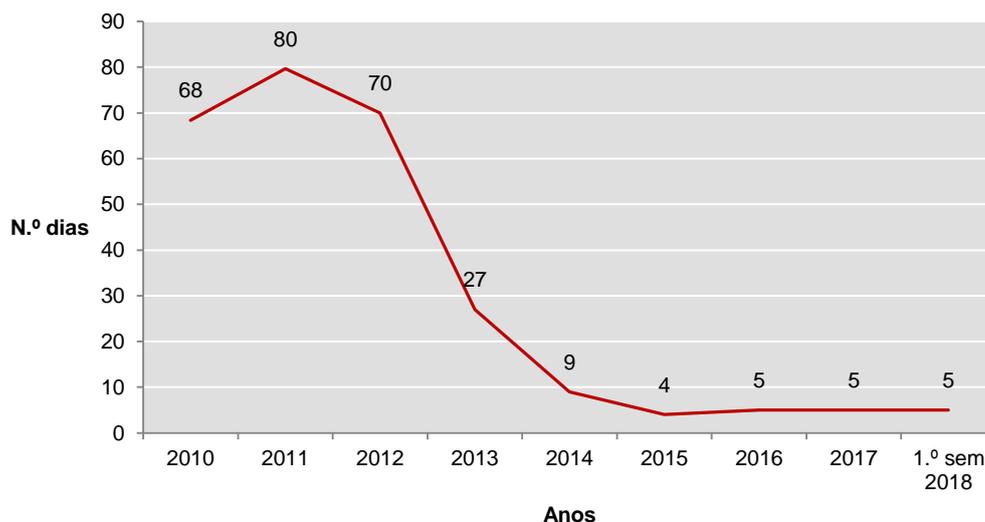
Quadro 21

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	1.º sem 2018
$PMP = \frac{\sum_{i=1}^i DF}{\sum_{i=1}^i A} \times 365$	68	80	70	27	9	4	5	5	5

(*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de MLP

Gráfico 11

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO



ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU

No capítulo que se ocupa o regime financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), em matéria de endividamento autárquico, releva-se um conjunto de medidas conducentes ao controlo do endividamento municipal, que justificam que se faça uma breve nota ao seu enquadramento.

Este diploma legal veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.

A dívida total de operações orçamentais é o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no referido artigo 52.º, bem como para aferição dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (vide art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (vide art.º 61.º).

Com este conceito do limite da dívida, passa-se a considerar que a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal –, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido. Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento.

Assiste-se ainda ao alargamento das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, na medida em que para efeitos do apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, anteriormente referido, passa a ter-se em consideração, como seria desejável, os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e associativas municipais, as empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, as cooperativas e fundações e, por fim, as entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do município.

Ou seja, este regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira. No que diz respeito ao saneamento financeiro, entende-se que o município deve contrair empréstimos para a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros. No entanto, estes pedidos de empréstimos têm um prazo máximo de 14 anos e devem ser instruídos com um estudo fundamentado da situação financeira e um plano de saneamento financeiro, elaborados pela câmara municipal e propostos à assembleia municipal, que vigore no período de empréstimo.

Quanto ao mecanismo da recuperação financeira, este é obrigatório sempre que o município se encontre em rutura financeira, isto é, sempre que o limite da dívida referido seja superior a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

Para estes casos foi criado um Fundo de Apoio Municipal que tem por objeto prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem nos casos supra referidos. As fontes de financiamento deste fundo, regulamentado em diploma próprio, incluem obrigatoriamente a participação do Estado e de todos os municípios.

As sucessivas Leis do Orçamento do Estado têm vindo a introduzir algumas alterações neste âmbito.

O diploma que aprovou o Orçamento do Estado para 2018, contempla para o exercício de 2018 as seguintes alterações a saber:

- No artigo 86.º determina que o limite previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, pode ser excecionalmente ultrapassado pela contração de empréstimo para pagamento a concessionários decorrente de decisão judicial ou arbitral ou de resgate de contrato de concessão, nos termos previstos no articulado dos referidos artigos.
- No artigo 93.º refere que a contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prerrogativa que se mantém desde a LOE para 2015.
- No artigo 102.º dispõe que, sempre que, por acordo com a administração central, uma autarquia local assuma a realização de despesa referente à contrapartida nacional de projetos cofinanciados por fundos europeus e certificada pela autoridade de gestão, a mesma não releva para o cumprimento das obrigações legais estabelecidas quanto ao limite da dívida total previsto no RFALEI.
- No artigo 106.º estabelece que a percentagem a que se refere a alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, pode ser alargada até 60 % por efeito, exclusivamente, da aquisição de bens objeto de contrato de locação com opção de compra, desde que o encargo mensal do empréstimo seja de valor inferior ao encargo mensal resultante do contrato de locação vigente, mediante parecer conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais.
- No artigo 107.º prescreve que a percentagem a que se refere a alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, pode ser alargada até 30 % por efeito, exclusivamente, de empréstimos para financiamento de operações de reabilitação urbana. Para efeitos do número anterior, consideram –se operações de reabilitação urbana as previstas nas alíneas h), i) e j) do artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual.
- No artigo 109.º preceitua que o valor da dívida contraída, independentemente da sua natureza, destinada exclusivamente à recuperação de áreas, equipamentos e outras infraestruturas afetadas pelos incêndios de grandes dimensões ocorridos nos dias 17 a 24 de junho e 15 e 16 de outubro de 2017, pelos municípios abrangidos pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.os 101 -B/2017, de 12 de julho, e 148/2017, de 2 de outubro, não é considerado para efeitos

do apuramento dos limites referidos no n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

Por fim, no seu artigo 302.º introduz uma alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, designadamente no que se refere ao apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1 do seu artigo 52.º, determinado que não é de considerar o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio ao investimento inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Acrescenta ainda que, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

De igual modo adita um n.º 6 ao artigo 51.º preconizando que aos empréstimos celebrados no âmbito dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, não são aplicáveis os números 4 e 5.

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL

Quadro 22

Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos			
	2015	2016	2017
Município (+)	58.707.375	65.424.408	64.614.800
Receitas correntes líquida cobrada aos SMAS (-)	-481.571	-486.209	-515.227
SMAS (+)	15.618.189	16.368.313	17.250.721
Receitas correntes líquida cobrada ao Município (-)	-481.515	-486.357	-515.161
Total da Receita Cobrada Líquida	73.362.477	80.820.155	80.835.133
Média dos últimos três anos		78.339.255	
Limite da Dívida Total <=		117.508.883	

Un:Euros

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), e de acordo com a norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais, o limite acima identificado foi calculado com base nas receitas discriminadas. Deste modo, o limite da dívida total para cada município em 2018, é apurado nos seguintes moldes:

« 1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. ».

Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida do Município cobrada no ano, foi somada a receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados da Maia, deduzida da receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados ao Município e da receita corrente líquida cobrada pelo Município aos Serviços Municipalizados, em cada um dos anos.

O limite identificado é o limite global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os municípios cujo valor da dívida total em cada exercício seja inferior ao valor aqui apurado, a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, isto é:

«b) (...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.».

ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS

Nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - estas entidades relevam sempre.
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento.

Estas entidades relevam sempre, designadamente as associações de municípios de direito privado, contrariamente ao que se verificava na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, para efeitos da contribuição para o endividamento líquido e endividamento de médio e longo prazo;

- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei.

Neste caso tais entidades apenas relevam em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas.

-
- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, as quais relevam sempre;
 - As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. Estas entidades relevam sempre que se verificar a existência de controlo ou presunção do mesmo.

Particularmente relevante para a análise em apreço é assinalar que os dois Fundos de Investimento Imobiliários 100% detidos (FII Maia Golfe e FII Maia Imo), relevam desde 2014 para efeitos de apuramento do endividamento municipal, contrariamente ao que acontecia até 2013, apesar de estarem refletidos no Balanço Municipal, ao justo valor, desde a data da sua constituição.

A contribuição de cada uma das entidades para a dívida do município – grupo municipal – corresponde ao seu valor da dívida apurada multiplicado pelas respetivas percentagens de capital detido pelo Município.

No Quadro 23 sistematiza-se a informação sobre as entidades participadas pelo Município e respetivas parcelas detidas.

Quadro 23

ENTIDADES PARTICIPADAS	
1.º semestre 2018	
Identificação	% Participação
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados	
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100,00%
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais	
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	10,55%
Área Metropolitana Porto	5,58%
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,947%
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,67%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,393%
Maialnova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia (2)	25,00%
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	4,58%
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	16,67%
Entidades Regionais	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	1,16%
Empresas Locais e Participadas	
Empresas Locais	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	100,00%
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	100,00%
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.M.	100,00%
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (2)	51,00%
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	4,85%
Empresas Participadas	
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	0,22%
Águas do Norte, S.A. (1)	1,24%
Aguas do Douro e Paiva, S.A. (1)	2,71%
Metro do Porto, S.A. (1)	0,001%
Cooperativas e Fundações	
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia (2)	13,33%
Fundação do Conservatório de Música	100,00%
Fundação do Desporto	4,093%
Fundação da Juventude	1,42%
Fundação Serralves	0,3783%
Entidades de outras natureza	
FEI Maialmo	100,00%
FEI Maialgoife (2)	100,00%

(1) Setor Empresarial do Estado

(2) Entidade que se encontra em liquidação

Das entidades participadas pelo Município acima referidas, à exceção das empresas abrangidas pelo Setor Empresarial do Estado, Águas do Norte, S.A., Águas do Douro e Paiva, S.A., Metro do Porto, S.A, e a Turismo Porto Norte, E.R, todas as demais são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal - no final do primeiro semestre de 2018.

Todavia apenas relevam para efeitos dos respetivos limites as entidades que não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, uma vez articulada com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Utilizando a dita regra do equilíbrio anual, da apreciação das contas semestrais das entidades que reportaram a informação solicitada, conclui-se que violam esta regra as entidades adiante mencionadas no Quadro 24.

Ressalva-se contudo que dada a ausência de reporte de informação à data de fecho de contas, apesar dos reiterados pedidos formulados pelo Município, não foi possível avaliar o contributo atualizado das seguintes entidades: Net, Fundação Serralves, Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia, Maianova, e Associação Parque Ciência e Tecnologia do Porto, utilizando-se para este efeito os últimos dados conhecidos. A pouca materialidade de tais participações do município, e por inerência dos respetivos efeitos no endividamento municipal, determina que não se encontra prejudicada a fiabilidade da informação financeira produzida neste âmbito.

A este respeito, dá-se nota ainda do facto de não ter sido reportada, em tempo oportuno, a posição financeira de duas empresas participadas em que o município tem influência dominante, designadamente Tecmaia e Espaço Municipal reportada ao fecho do semestre em apreço.

Por este motivo, o apuramento da Dívida do Grupo Municipal, na esfera da sua prestação de contas individual, não considera quaisquer efeitos relacionados com alterações do primeiro semestre de 2018 que venham a materializar-se considerando que o apuramento foi efetuado com base nos dados de fecho de contas de 2017, destas duas entidades.

Quadro 24

ENTIDADES QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
EMPRESAS LOCAIS E PARTICIPADAS	
Identificação	%
Empresas locais:	
Tecmaia	51,00%
Municipia	4,85%

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL

Como nota preambular uma breve menção à alteração do registo contabilístico da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004 – reconduzido para o domínio dos empréstimos bancários de médio e longo prazo a partir do exercício de 2016 –, na sequência do acolhimento da recomendação do Tribunal de Contas, facto amplamente divulgado no Relatório de Gestão do transato ano.

Permanece assim uma alteração substancial ao conteúdo da dívida total de operações orçamentais do município, em relação à utilizada até ao final da gerência de 2015, o que fragiliza qualquer análise comparativa que se pretenda coerente.

Atendendo ao exposto, no apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – para além de estarem incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das generalidade das operações não orçamentais, que mais não são do que cobranças e/ou retenções de valores que se efetuam a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do município, está contemplada a operação de antecipação de rendas de habitação social contabilizada como empréstimo de médio e longo prazo, apesar de não se tratar de dívida de natureza orçamental do município “*strictu sensu*.”

Quadro 25

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO MUNICÍPIO	
1.º Semestre 2018	
Identificação	Contribuição
Município (1)	35.321.316
Divida bruta sem contrato de antecipação de rendas	23.864.288
Contrato de antecipação de rendas (cessão de créditos)	11.457.028
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)	17.942.908
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	17.942.908
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)	5.626.471
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	5.526.155
Área Metropolitana Porto	9.035
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	78.205
AdePorto - Agência de Energia do Porto	4.145
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses (***)	
Maialnova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia (*)	748
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento (**)	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	7.399
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	784
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)	1.667.889
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	0
Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	29.639
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (*)	1638.251
Cooperativas e Fundações (5)	192.618
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia (*)	3.088
Fundação do Conservatório de Música	144.758
Fundação do Desporto	7.750
Fundação da Juventude	31.772
Fundação Serralves	5.251
Entidades de outra natureza (6)	14.465.114
FEI Maiaimo	5.460.189
FEI Maiagolfe (*)	9.004.924
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO (7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	75.216.316
LIMITE LEGAL (8)	117.508.883
MARGEM ABSOLUTA (9) = (7) - (8)	-42.292.567
MARGEM UTILIZÁVEL (alínea b) n.º 3 art.º 52 LFL (10) = - (9) * 20%	7.709.277
MARGEM DISPONÍVEL PARA UTILIZAR (11) = (7) si +(10)-(7) Trim	11.455.460

Un: Euros

notas:

(*) Entidade em processo de dissolução e liquidação

(**) Entidade sem início de atividade

(***) a partir de 2018 a DGAL passou a excluir esta entidade do apuramento da dívida

Observados os resultados constantes no Quadro 25 conclui-se que nos primeiros seis meses do ano em curso a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – é de 75.216.316 €, o que posiciona o município abaixo do limite legalmente imposto em (-) 42.292.567 € e evidencia um decréscimo do endividamento em relação ao final da gerência de 2017 na ordem dos (-) 3,7 milhões de euros, (-) 4,7%.

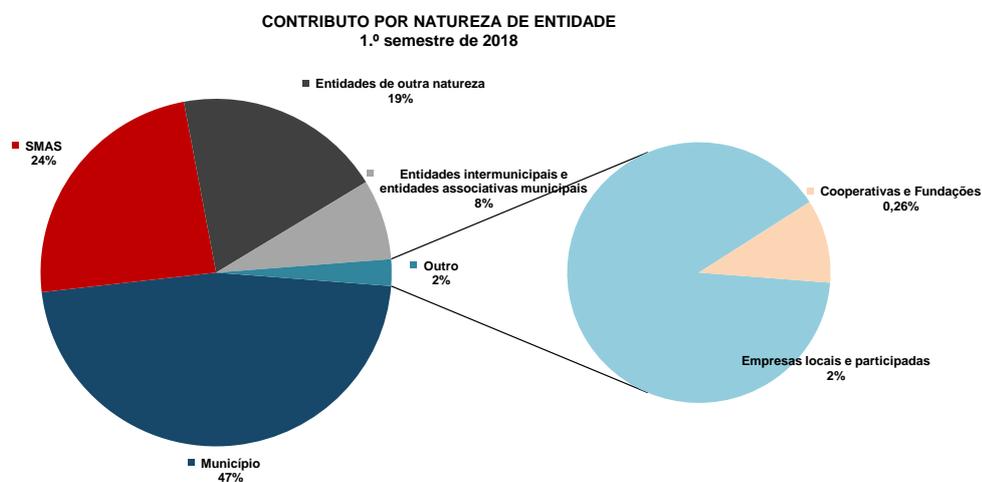
A diminuição da dívida total do grupo municipal em relação ao fim do ano transato é justificada sobretudo pelo contributo do total da dívida do município “per si”, que diminui (-) 2.503.711 €.

Surtem também a contribuir positivamente para a redução do endividamento do grupo, apesar da menor materialidade, a Lipor com (-) 790.853 €, os Fundos de Investimento Imobiliário com (-) 385.690 €, os SMAS com (-) 121.087 € e a Fundação de Desporto com (-) 5.995 €.

Em contraciclo com esta dinâmica destaca-se a contribuição da Município e da Fundação de Conservatório com respetivamente (+) 29.639 € e (+) 14.517 €, quando comparada com o final da gerência do ano anterior.

As demais entidades participadas aumentam ligeiramente os seus níveis de dívida, não assumindo materialidade no cômputo global da variação obtida.

Gráfico 12



Introduz-se o Quadro 26 demonstrativo da dívida total de operações orçamentais diferenciada em função do seu grau de exigibilidade, para uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento do município numa lógica de grupo municipal,

Quadro 26

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
1.º Semestre de 2018				
Identificação	%	Dívidas a terceiros de MLP	Dívidas a terceiros de CP	Contribuição
	(a)	(b)	(c)	(d) = (b)+(c)
Município (1)	100%	30.209.920	5.111.395	35.321.316
Serviços Municipalizados e Intermunicipalizados (2)		17.606.956	335.951	17.942.908
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%	17.606.956	335.951	17.942.908
Entidades Intermunicipais e entidades associativas municipais (3)		4.669.293	956.394	5.626.471
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	10,55%	4.631.734	894.421	5.526.655
Área Metropolitana Porto	5,58%	0	9.035	9.035,12
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,947%	37.559	40.646	78.205,12
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,67%	0	4.145	4.144,75
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses (***)	0,393%	0	0	0,00
Maialnova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia (*)	25,000%	0	748	747,99
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento (**)		0	0	0,00
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	4,58%	0	7.399	7.399,16
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	16,67%	0	784	783,89
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)		0	1.638.251	1.667.889
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	4,85%	0	29.639	29.639
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (*)	51,00%	0	1.638.251	1.638.251
Cooperativas e Fundações (5)		55.459	131.909	192.618
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia	13,33%	0	3.088	3.088
Fundação do Conservatório de Música	100%	36.090	108.668	144.758
Fundação do Desporto	4,093%	0	7.750	7.750
Fundação da Juventude	14,2%	19.370	12.402	31.772
Fundação Serralves	0,3783%	0	5.251	5.251
Entidades de outra natureza (6)		14.334.610	130.504	14.465.114
FEII Maiaimo	100%	5.457.729	2.460	5.460.189
FEII Maiagolfe	100%	8.876.880	128.044	9.004.924
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO GRUPO MUNICIPAL		66.876.239	8.304.404	75.216.316
(7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)				

Un: Euros

notas:

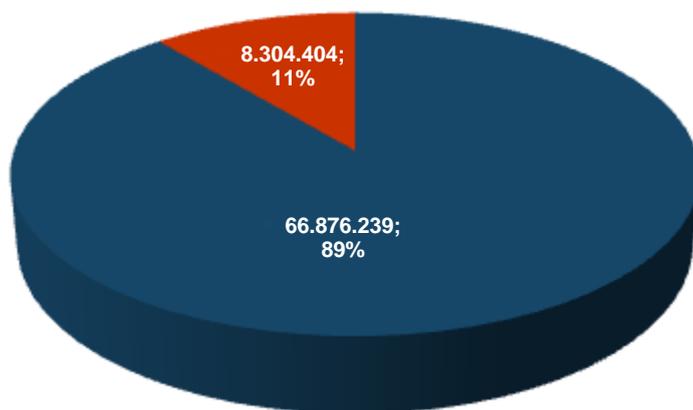
(*) Entidade em processo de dissolução e liquidação

(**) Entidade sem início de atividade

(***) a partir de 2018 a DGAL passou a excluir esta entidade do apuramento da dívida

Gráfico 13

**PESO DA DÍVIDA POR GRAU DE EXIGIBILIDADE
1.º semestre de 2018**

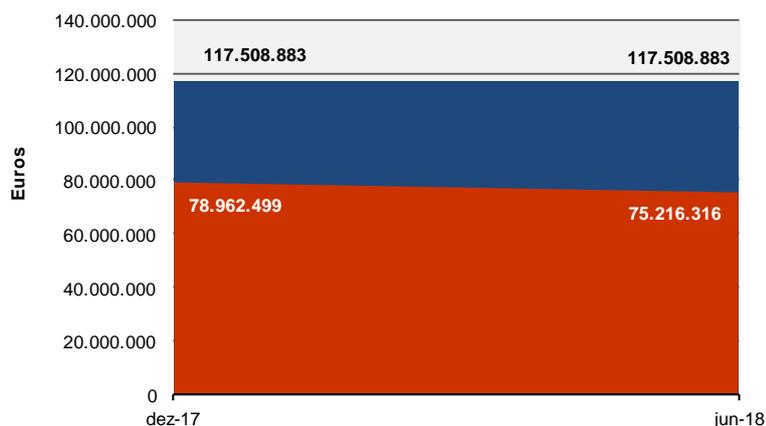


■ Dívidas a terceiros de MLP ■ Dívidas a terceiros de CP

Nos gráficos subsequentes ilustram-se, não só o posicionamento da dívida total do município – grupo municipal – face ao limite legal imposto, mas também o contributo de cada uma das entidades participadas.

Gráfico 14

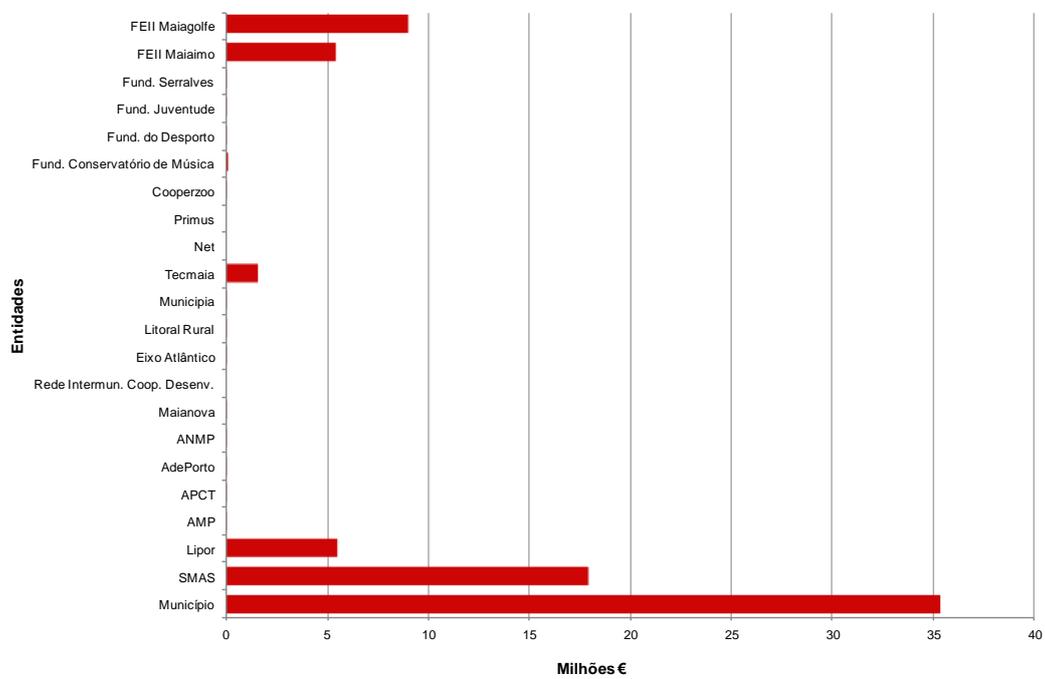
**DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL
Posicionamento face aos limites legais
1.º semestre de 2018**



■ Limites Dívida Total ■ Dívida Total

Gráfico 15

DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL Contribuição das entidades 1.º semestre de 2018



2018



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

O capítulo que agora se inicia versa sobre a situação económica e financeira do Município da Maia, reportada a 30 de junho de 2018, orientando-se em particular para a apreciação da evolução económico-financeira, nomeadamente a que nos é dada a conhecer pelas variações ocorridas no balanço, entre os saldos observados nas contas finais de 2017 e os verificados ao fecho do primeiro semestre do exercício subsequente – a que reporta o presente relatório.

Numa análise dos resultados gerados e suas componentes, detalhadamente evidenciadas na Demonstração dos Resultados, bem assim como de custos e proveitos individualmente considerados, a comparação é feita tomando por referência o período homólogo – isto é, as contas apresentadas no fecho semestral reportado a 30 de junho de 2017.

Os princípios contabilísticos subjacentes aos valores apurados agora apresentados são absolutamente os mesmos que subjazem os relatórios e contas anuais – o propósito de tornar menos denso o dossiê de prestação de contas apresentado no relato semestral é atingido, em nosso entender, diminuindo o nível de detalhe, complexidade e extensão do relato comparativamente com aquele que tem sido habitual nos reportes de fecho de exercício, sem contudo prejudicar o rigor e qualidade da informação nele veiculada.

2018



maia
CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO

O Balanço é, do conjunto das partes que compõem o relatório e contas, o elemento que melhor permite aferir acerca do equilíbrio económico e financeiro de uma entidade – concluir acerca da sua solidez e, em relação direta com esta, da sua capacidade para absorver o impacto de mudanças adversas no contexto económico envolvente, nem sempre passíveis de ser antecipadas ou tão pouco controladas. Este mapa é, por excelência, o que melhor evidencia a composição atual do património/ ativo (desdobrada em quatro componentes básicas: imobilizado, existências, dívidas de terceiros e disponibilidades), dando simultaneamente uma perspetiva imediata da suficiência dos capitais próprios da entidade para financiar a sua atividade e, por inerência, da sua exposição aos capitais alheios (passivo).

O balanço fornece ainda informação objetiva, quantificada e suscetível de comparação acerca da posição patrimonial do Município reportada, no caso em apreço, ao primeiro semestre de 2018, com manifesta importância para os diversos terceiros com que se relaciona – os Municípios, em primeira linha, a que se juntam fornecedores, funcionários, instituições financeiras e entidades fiscalizadoras diversas.

Confrontadas estas duas perspetivas, é possível apurar a riqueza líquida acumulada pela entidade até ao momento do reporte e, paralelamente, projetar o futuro próximo no que respeita à sua capacidade de manter a atividade esperada, de modo sustentável e equilibrado, bem como de honrar os compromissos e obrigações assumidas perante terceiros.

Apresenta-se de seguida o balanço municipal à data de 30 de junho de 2018, bem como o comparativo reportado ao fecho de exercício anterior (2017).

Quadro 27

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético							
Descrição	junho 18		dezembro 17		Variação		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Activo Líquido	414.366.758	100,00%	415.782.629	100,00%	-1.415.871	-0,34%	
Imobilizado	383.716.251	92,60%	391.125.850	94,07%	-7.409.599	-1,89%	
Circulante							
Existências	634.215	0,15%	638.031	0,15%	-3.816	-0,60%	
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	1522.754	0,37%	1460.532	0,35%	62.222	4,26%	
Disponibilidades	23.069.324	5,57%	19.731.583	4,75%	3.337.741	16,92%	
Acréscimos e Diferimentos	5.424.214	1,31%	2.826.633	0,68%	2.597.581	91,90%	
Passivo	99.825.209	100,00%	103.355.436	100,00%	-3.530.228	-3,42%	
Provisões para riscos e encargos	6.625.092	6,64%	6.804.066	6,58%	-178.973	-2,63%	
Dívidas a Terceiros							
Médio e Longo Prazo	25.033.739	25,08%	28.374.244	27,45%	-3.340.506	-11,77%	
Curto Prazo	15.088.158	15,11%	15.395.264	14,90%	-307.106	-1,99%	
Acréscimos e Diferimentos	53.078.220	53,17%	52.781.862	51,07%	296.357	0,56%	
Fundos Próprios	314.541.549	100,00%	312.427.192	100,00%	2.114.357	0,68%	
Património	306.865.243	97,56%	306.823.657	98,21%	41.587	0,01%	
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-10.958.527	-3,48%	-10.768.285	-3,45%	-190.242	1,77%	
Reservas	20.189.680	6,42%	20.070.885	6,42%	118.795	0,59%	
Resultados Transitados	-3.699.034	-1,18%	-9.385.901	-3,00%	5.686.867	-60,59%	
Resultado Líquido do Exercício	2.144.187	0,68%	5.686.836	1,82%	-3.542.649	-62,30%	

Un.: Euros

Numa primeira apreciação é possível concluir-se desde logo que o Ativo Líquido Total alcançou a 30 de junho de 2018, 414.366.758 € - obtido a partir de um Ativo bruto quantificado em 699.150.579 €. Este membro do Balanço apresenta, face ao reporte anterior (fim de 2017), uma variação líquida de (-) 1.415.871 €, correspondente a (-) 0,34%, em consequência direta do comportamento observado no Imobilizado que, ainda assim, é na sua maior parte compensado por variações de sinal contrário observadas quer nas Disponibilidades, quer nos Acréscimos e Diferimentos de natureza ativa.

No outro membro do Balanço, diminui com grande expressão (e em linha com o que sucedeu em 2017) o Passivo, (-) 3.530.228 € (em grande parte devido à diminuição ocorrida nas Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo constituídas), reforçando-se os Fundos Próprios em (+) 2.114.357 €, que incorporam já os resultados líquidos positivos do período, no montante de (+) 2.144.187 €.

Como habitualmente, procede-se de seguida a uma apreciação individualizada e mais detalhada das principais rubricas de cada uma das partes que compõem o balanço.

ATIVO

IMOBILIZADO

À semelhança do que tem sido observado nos últimos exercícios, verifica-se que de entre as diversas componentes que perfazem o Ativo Líquido, o Imobilizado permanece preponderante – representando 92,6% do ativo líquido total, correspondente ao montante líquido de 383.716.251 €.

Desdobrando-se o Ativo Imobilizado nas diversas parcelas que o compõem, sobressai, desde logo, a manutenção da hierarquia de contribuições para o valor total, com as Imobilizações Corpóreas a responder por mais de 74% do montante total. Somado o contributo dessa rubrica com o da de Bens de Domínio Público, respondem conjuntamente por mais de 95% do Imobilizado líquido total. Todas as parcelas observam variações negativas no decurso do semestre em apreciação, mantendo-se no entanto a ordem de grandeza dos contributos de cada uma para os montantes totais - permanecendo as Imobilizações Incorpóreas e os Investimentos Financeiros com um contributo inferior a 5% do total da rubrica apurado no fecho semestral.

Quadro 28

ATIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO - Variação 2018/ 2017						
Rubricas	junho 18	%	dezembro 17	%	Variação %	Variação Absoluta
	Bens de Domínio Público	82.173.200	21,42%	85.686.054	21,91%	-4,10%
Imobilizações Incorpóreas	1.082.669	0,28%	1.106.117	0,28%	-2,12%	-23.447
Imobilizações Corpóreas	284.181.817	74,06%	286.280.975	73,19%	-0,73%	-2.099.158
Investimentos Financeiros	16.278.565	4,24%	18.052.704	4,62%	-9,83%	-1.774.139
TOTAL	383.716.251		391.125.850		-1,89%	-7.409.599

Un.: Euros

Procurando ilustrar de modo porventura mais elucidativo o que atrás foi escrito, apresentam-se de seguida sob a forma gráfica a estrutura e evolução do Ativo Líquido Imobilizado no decurso do primeiro semestre de 2018.

Gráfico 16

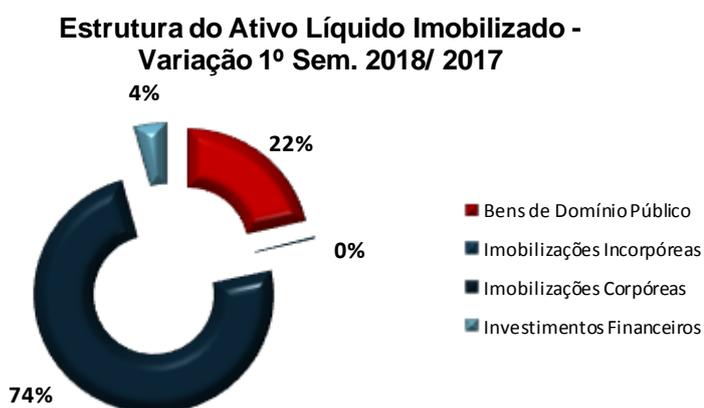
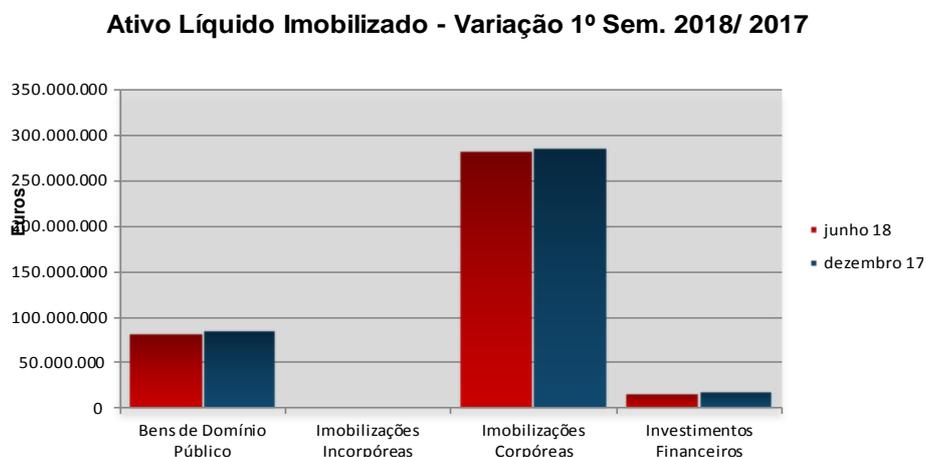


Gráfico 17



Observando-se uma variação harmoniosa de todas as componentes, constata-se que o maior contributo em valor absoluto para a variação total advém dos Bens de Domínio Público, que diminuem (-) 3.512.854 €, seguidos das Imobilizações Corpóreas, com (-) 2.099.158 €, e dos Investimentos Financeiros, com (-) 1.774.139. Em linha com as anteriores mas com menor materialidade, reduz ainda o valor das Imobilizações Incorpóreas, (-) 23.447 €. Em termos relativos, não será demais frisar que as diminuições são, em regra, inferiores a 5% - exceção apenas para os Investimentos Financeiros, cuja quebra registada corresponde a (-) 9,83 % do valor calculado a 31 de dezembro de 2017.

Comparativamente com o final do ano transato, constata-se que as variações ocorridas nas duas rubricas com maior materialidade (Bens de Domínio Público e Imobilizações Corpóreas) registam movimentação idêntica à então observada, apenas se acentuando os montantes reduzidos, em valor absoluto. Prosseguindo o nosso Relatório sobre as variações ao nível dos Bens de Domínio Público, esta rubrica tem observado nas últimas prestações de contas um comportamento regular e absolutamente previsível: as amortizações contabilizadas para os bens pré-existentes (4.727.299 €) excedem os montantes correspondentes às entradas de novos bens (no valor de 1.214.444 €). Contribui para este efeito sobretudo a rubrica de Outras Construções e Infraestruturas (em que se inclui Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares, onde são contemplados os custos suportados com recuperação e beneficiação de arruamentos e viadutos do Município). Tratando-se de uma diminuição de valor expressivo, (-) 3.512.854 €, em termos relativos contudo representa uma redução de apenas (-) 4,1%.

Ao nível do Imobilizado Corpóreo, componente com a segunda variação materialmente mais relevante do conjunto que compõe o Imobilizado, a diminuição observada depende grandemente das flutuações do item de Edifícios e Outras Construções, onde se registam saldos com maior expressão e onde se verificou efeito idêntico ao ocorrido nos Bens de Domínio Público: globalmente, os aumentos / entradas de novos bens deduzidas de saídas (por 754.966 €) foram substancialmente inferiores às diminuições de valor registadas nomeadamente por via das amortizações (no montante de 3.498,404 €).

A redução observada no Imobilizado Corpóreo é ainda assim inferior a 1% dos valores observados no fecho de 2017.

Prosseguindo a análise ao Ativo Imobilizado de acordo com o ranking definido pela materialidade das variações constatadas entre os dois períodos em apreciação, apresentam-se de seguida os Investimentos Financeiros, que registam uma diminuição de (-) 1.774.139 €, alcançando no fecho do primeiro semestre de 2018 o montante de 16.278.565 € líquidos de provisões.

Fica, esta variação, a dever-se em grande parte à alteração legislativa introduzida pelo Orçamento do Estado para 2018 (que altera, entre outros, o artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto), e de que já se havia dado nota prospetiva no Relatório de Gestão às contas de 2017, que modificou por esta via a subscrição do capital social do Fundo de Apoio Municipal, reduzindo os montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos Municípios. Daqui resulta uma redução das prestações anuais a realizar pelo Município da Maia entre 2018 e 2021, respetivamente em 25%, 50%, 75% e 100%. Recalculado o valor da participação do Município no FAM a 1 de janeiro de 2018, esta passa a cifrar-se em 1.922.337 €, diminuindo por força de lei (-) 1.067.964 €.

Com contributo ainda relevante, dá-se nota da variação ocorrida em Outras Aplicações Financeiras de (-) 573.143 €, correspondente à atualização da posição financeira do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo.

Desvaloriza também, no período considerado, o valor contabilístico da participação na empresa Espaço Municipal, (-) 189.496 €, refletindo a atualização possível do valor desta participação a 31 de dezembro de 2017 – conforme se deu nota no Relatório de Gestão às contas de 2017, esta participada não efetuou o encerramento das contas em tempo útil, pelo que foi tomado por referência, para valoração dessa participação, o montante refletido nas últimas contas anuais aprovadas, reportadas a 31/12/2016. O

mesmo sucede no presente reporte semestral, em que de novo se revela impossível atualizar este valor a 30 de junho de 2018, como seria desejável.

A participação com maior representatividade no cômputo global continua a ser a Espaço Municipal – em 30 junho de 2018 avaliada pelo Método da Equivalência Patrimonial em 6.914.719 €, observando uma desvalorização de (-) 2,67 % que na realidade traduz a evolução dos seus Capitais Próprios em 2017, pelas razões que atrás se expuseram.

Segue-se a participação na Maiambiente, que totaliza (+) 3.101.267 €, correspondendo a 19% dos Investimentos Financeiros brutos realizados pelo Município, e logo depois, atenta a ordem de grandeza do investimento realizado, o FAM (1.922.337 €), alheio à vontade do Município (imposto pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal). Ainda uma referência à participação no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo e na Águas do Norte, ponderando cada um 8% na totalidade dos Investimentos quantificados.

Os restantes investimentos realizados, a que não se refere nestes parágrafos (Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, Águas de Douro e Paiva, Município, Maiainova, Fundação da Juventude e Fundação do Desporto, para citar apenas aquelas que representam investimentos iguais ou superiores a 1%), têm representatividade conjunta inferior a 10% donde o impacto das variações observadas nos mesmos acaba por ser globalmente negligenciável.

Para melhor ilustrar a posição dos investimentos nas empresas cujo capital social é detido em mais de 50% pelo Município, apresenta-se de seguida um quadro com a quantificação dessas participações, medidas pelo Método da Equivalência Patrimonial - isto é, pela porção do valor dos Capitais Próprios que é detida pelo Município, sempre que estes são positivos.

Quadro 29

INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
	% Detida	Custo de Aquisição	Capital Proprio Ajustado		Variação	
			junho 18	2017	Investimentos Financeiros	Provisões
Partes de capital						
EMEM - Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia	100%	124.699	395.414	348.240	47.174	
Fundação Conservatório de Música da Maia	100%	22.938	-109.680	-138.278		-28.597
Maiambiente - Empresa Municipal de Ambiente	100%	1.496.394	3.101.267	3.087.802	13.465	-
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Património	100%	12.811.338	6.914.719	7.104.215	-189.496	-
MACMAI	100%	149.639	0	0	0	-
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51%	2.799.390	-2.073.860	-2.073.144		716
		17.404.398	8.227.860	8.328.836	-128.857	-27.882

Un.: Euros

Como tem sido prática habitual nos relatórios de gestão mais recentes, é dedicada um espaço especificamente à análise da performance dos Fundos de Investimento Imobiliário, sendo apresentados no Quadro 29 os elementos financeiros que estiveram na origem dos movimentos contabilísticos efetuados.

Quadro 30

INVESTIMENTOS FINANCEIROS - Fundos de Investimento Imobiliário (MEP)						
	% Detida	Custo de Aquisição	Capital Próprio Ajustado		Variação	
			junho 18	2017	Investimentos Financeiros	Provisões
Outras Aplicações Financeiras						
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6.000.000	1.325.499	1.898.642	-573.143	-
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA GOLFE"	100%	5.500.000	-796.831	-1.094.648	-	-297.817
		11.500.000	528.668	803.994	-573.143	-297.817

Un.: Euros

Como já foi referido em anteriores relatórios de gestão, desde 2014 que estes permanecem valorizados ao custo, líquido de amortizações e de provisões associadas, por alteração da política contabilística ocorrida então – imposta pela entrada em vigor do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

No primeiro semestre de 2018, a manutenção deste critério levou a que fossem efetuados ajustamentos nos Investimentos Financeiros associados aos Fundos apenas no sentido de os atualizar pelo seu valor, redundando contabilisticamente numa desvalorização deste ativo, em (-) 573.143 €, quantificando-o assim à data de reporte em 1.325.499 € - no caso em concreto, correspondente apenas ao Maia Imo, por ser o único dos dois Fundos de Investimento Imobiliário detidos pelo Município com Capitais Próprios positivos.

Paralelamente, foram parcialmente revertidas as provisões constituídas em exercícios anteriores para fazer face à performance e desempenho positivo do Fundo de Investimento Imobiliário MAIA GOLFE, cujos Capitais Próprios se têm cifrado negativos desde 2016.

No quadro seguinte, são apresentados detalhadamente os elementos financeiros que estiveram na origem dos movimentos contabilísticos efetuados.

Por último (na análise detalhada do Imobilizado), figuram as Imobilizações Incorpóreas cuja diminuição, embora reforçando a tendência das restantes rubricas já apreciadas, acaba por não ter impacto significativo ao nível da globalidade do Ativo – (-) 23.447 €, correspondentes a um decréscimo de (-) 2,12% face ao registado em 31 de dezembro de 2017. No fecho do semestre subsequente esta rubrica continua a ter um peso muito diminuto no cômputo global do Ativo Imobilizado, 0,28%.

CIRCULANTE

O Ativo Circulante totaliza, no final do semestre em apreço, 25.226.293 €, que correspondem a 6,09% do total do ativo líquido total.

Numa apreciação individualizada de cada uma das três parcelas que o compõem (existências, dívidas de terceiros de curto prazo e disponibilidades), verifica-se que a parcela das disponibilidades continua a ser a mais representativa - absorvendo cerca de 91,45% do seu total-, seguindo-se as dívidas de terceiros de curto prazo (com 6,04%) e, residualmente, as existências (com 2,51%). Posto isto, rapidamente se verifica que permanece inalterada a estrutura observada a 31 de dezembro de 2017.

As componentes com maior pendor no cômputo global do ativo circulante registam no período variações positivas: as Disponibilidades (+) 3.337.741 €, (+) 16,92% e as Dívidas de Terceiros – Curto Prazo (+)

62.222 € (4,26%). Em sentido contrário, diminuem residualmente as Existências, (-) 3.816 € (o equivalente a (-) 0,60%%).

Atenta a importância desta rubrica, insere-se uma apreciação detalhada das Dívidas de Terceiros, como se expõe no Quadro 31.

Quadro 31

DÍVIDAS DE TERCEIROS								Variação Jun2018 / 2017
	junho 18			dezembro 17				
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido		
Empréstimos Concedidos	66.424	0	66.424	68.089	0	68.089	-2,45%	
Clientes/ Contribuintes/ Utentes c/c (incluindo de cobrança duvidosa)	5.713.916	5.231.362	482.554	5.753.613	5.291.530	462.082	4,43%	
Estado	0	0	0	0	0	0	-	
Outros Devedores (incluindo de cobrança duvidosa)	3.128.108	2.154.331	973.777	2.762.738	1.832.377	930.361	4,67%	
TOTAL	8.908.447	7.385.693	1.522.754	8.584.439	7.123.907	1.460.532	4,26%	

Da observação do quadro supra são detetáveis variações de sinal positivo na maior parte das rubricas, destacando-se pela dissemelhança apenas a rubrica de Empréstimos Concedidos. Na globalidade, as dívidas de terceiros aumentam entre os dois períodos em comparação (+) 62.222 €.

Em detalhe, aumentam em valor absoluto as rubricas de Clientes/ Contribuintes/ Utentes – Conta Corrente, (+) 20.472 € e Outros Devedores, (+) 43.416 €, totalizando no momento de reporte respetivamente 482.554 € e 973.777 €. Em sentido contrário e com menor materialidade, a rubrica de Empréstimos Concedidos diminui de valor (-) 1.665 €, exatamente o mesmo montante do semestre homólogo.

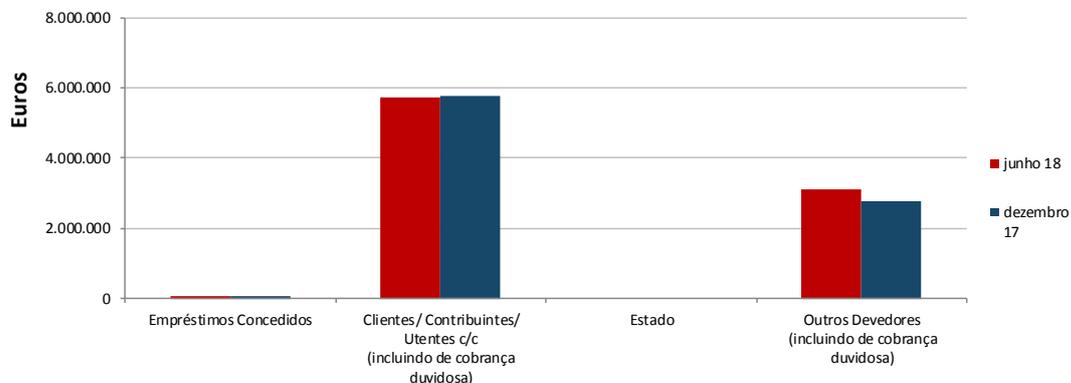
De entre as diversas rubricas individualmente consideradas, a que mantém maior expressão em termos líquidos continua a ser Clientes, Contribuintes e Utentes – C/c, cujo saldo tem origem (à semelhança do que sucedia em exercícios anteriores) na cobrança de receita associada à emissão de alvarás de licenciamento e de loteamento e respetivas taxas municipais de urbanização. Em termos relativos, as variações observadas não excedem os 4,67 %, não justificam por essa razão grandes considerandos adicionais.

Relativamente aos empréstimos concedidos, reitera-se a informação veiculada em relatórios anteriores no sentido de dar nota que os montantes transitados de anos anteriores correspondem a empréstimos concedidos no âmbito do programa FINICIA, correspondendo os montantes abatidos a esse saldo no decurso do semestre ao seu reembolso parcial.

Ilustrando melhor as variações ocorridas nas Dívidas de Terceiros, no decorrer do primeiro semestre de 2018, sugere-se a leitura da representação gráfica que se insere.

Gráfico 18

Dívidas de Terceiros - Ativo Bruto



Dá-se por encerrada a apreciação do Ativo Circulante com uma nota apenas às disponibilidades, cujo montante a 30 de junho de 2018 ascendeu a 23.069.324 €, dos quais 42.399 € referem-se a valores em Caixa, correspondendo os restantes 23.026.925 € a valores depositados em Instituições Financeiras.

O aumento verificado em Disponibilidades, observado com carácter relativamente sistemático nos exercícios mais recentes e visível concretamente no volume de depósitos bancários, advém do resultado da atividade (regularmente positivo), acompanhado de uma dinâmica de tesouraria geradora de fluxos de caixa que persistem, à semelhança do que sucedeu nos últimos exercícios, excedentários.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, em particular nesta fase do relato no ativo do balanço, das rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, com cuja apreciação se prossegue.

Quadro 32

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	
Acréscimos de Proveitos	5.321.346
Juros a Receber	12.803
Impostos e Taxas	4.047.825
Transferências /Subsídios Correntes	676.622
Instalações Desportivas	14.012
Mercados e Feiras	0
Outros Acréscimos de Proveitos	570.083
Custos Diferidos	102.868
Prémios de Seguros	94.117
Rendas Antecipadas	0
Outros Custos Diferidos	8.751
TOTAL	5.424.214

Un.: Euros

Os custos e proveitos de natureza ativa totalizam, no primeiro semestre de 2018, 5.424.214 €, correspondendo o montante de 5.321.346 € a Acréscimos de Proveitos e 102.868 € a Custos Diferidos.

Nos Acréscimos de Proveitos mantem-se destacada a rubrica de Impostos e Taxas, que responde *de per sí* por uma proporção de ordem de grandeza idêntica à dos exercícios anteriores (76%), diferenciando-se o I.M.T. - Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis, com 1.602.710 €, o I.M.I. - Imposto Municipal s/Imóveis, com 1.505.124 €, o I.U.C. - Imposto Único de Circulação, com 353.320 € e, por último, a Derrama, com 23.301 €.

Prosseguindo a apreciação das rubricas que compõem os Acréscimos e Diferimentos Ativos, de acordo com o seu contributo (em valor absoluto do saldo) para o valor apurado final, apresenta-se a rubrica de Transferências /Subsídios Correntes, observando na data a que reporta este relato um saldo de 676.622 € resultantes do reconhecimento da receita a arrecadar no âmbito do Fornecimento de Refeições Escolares, 269.885 €, das Atividades de Enriquecimento Curricular, 188.900 €, no Programa de Expansão Pré-Escolar, 168.184 €, e Outros, 49.653 €.

Com expressão materialmente relevante surgem ainda os Outros Acréscimos de Proveitos, cujo valor de 570.083 € está relacionado na sua maior parte (95% mais precisamente, correspondentes a 541.938 €) com o reconhecimento do proveito inerente aos débitos processados aos encarregados de educação correspondentes ao fornecimento de refeições escolares, CAF e SAF de Março a Junho de 2018.

PASSIVO

Com tem sido habitual em relatos anteriores, é dedicado neste Relatório de Gestão um espaço próprio a uma apreciação mais pormenorizada da dívida do Município da Maia, em razão da sua importância; aí, convenientemente se explicam as variações mais expressivas (e os factos que estiveram na sua origem). É, contudo, incontornável numa apreciação do Balanço e particularmente do segundo membro do mesmo, tecer os considerandos que se perspetivam minimamente necessários à compreensão sumária dos passivos assumidos, numa perspetiva patrimonial.

Sem perder de vista a informação veiculada em capítulo específico dedicado à análise da dívida do Município, capítulo esse que versa apenas sobre as operações de natureza orçamental, justifica-se neste ponto uma análise do passivo numa ótica global, que atenda a acolha simultaneamente ambas as naturezas de operações: orçamentais e não orçamentais.

Em 30 de junho de 2018, o Passivo do Município da Maia totalizou 99.825.209 €, apresentando uma diminuição de (-) 3.530.228 € face ao observado no final de 2017. Para essa redução contribuíram, com grande relevância, a redução da Dívida a Terceiros exigível no Médio e Longo Prazo e, com impacto bastante menor, a redução observada nas Provisões para riscos e encargos. Em sentido contrário, esbatendo parte deste efeito, sucedem aumentos na Dívidas a Terceiros exigível no Curto Prazo e nos Acréscimos e Diferimentos passivos, que mais não conseguem do que diminuir a amplitude da diminuição do Passivo que de outro modo teria sido conseguida.

Seguindo precisamente pela ordem por que se apresentam no Balanço, procede-se à apreciação da evolução das Provisões para Riscos e Encargos que apresentam uma variação negativa no período, (-) 178.973 €, devida principalmente à dinâmica dos Capitais Próprios das empresas e fundos participados pelo Município, cujos Passivos excedem o valor dos Ativos (e em que o impacto nas Provisões para Outros Riscos e Encargos é diretamente indexado à participação), cuja variação no período se cifra negativa em (-) 325.698 €, indiciando uma melhoria de posição desses Capitais Próprios e inerentemente a reversão de parte das provisões constituídas para fazer face ao risco da participação. Em sentido contrário, é reforçada a provisão constituída para reflexo do risco de perdas associado a Processos Judiciais em Curso, (+) 146.725 €.

Verifica-se que contribui para este facto a dinâmica própria das entidades em que o Município detém participações: os Fundos de Investimento Imobiliário (já oportunamente abordados em quadro próprio inserido na análise do Ativo Imobilizado, em momento anterior deste relatório), bem assim como a Fundação Conservatório de Música da Maia apresentam Capitais Próprios melhorados face ao último reporte (e ainda que permanecendo negativos), conduzindo assim à diminuição da Provisão constituída para fazer face ao risco associado a essas participações. As reversões contabilizadas por esta razão quantificam-se em (-) 297.817 € (MAIA GOLFE) e (-) 28.597 € (Conservatório).

A este respeito, dá-se nota ainda do facto de não ter sido reportada, em tempo oportuno, a posição financeira das participadas Tecmaia e Espaço Municipal reportada ao fecho do semestre em apreço, não tendo havido, por essa razão, a produção dos efeitos contabilísticos que esta importaria ao próprio Município, na esfera da sua prestação de contas individual.

Por outro lado, permanece perspetivada para breve o início da produção de efeitos financeiros decorrentes da celebração da escritura de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (cujo visto prévio do tribunal de contas foi obtido já em 05/01/2018).

Prossegue-se na apreciação ao Passivo, orientando este relatório para a oscilação das Dívidas a Terceiros, que na globalidade, diminuem (-) 3.647.612 €. Decorre, esta evolução, da redução das Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo que se encontravam registadas contabilisticamente no fecho de 2017, que diminuíram, numa lógica de continuidade designadamente quanto à amortização dos empréstimos transitados do exercício anterior, o seu montante em (-) 3.340.506 €.

Destaca-se todavia a alteração sinalizada em relação à dívida de médio e longo prazo associada ao FAM, designadamente a alteração significativa no capital imputável ao Município que o posiciona em menos (-) 1.067.964 € do que o montante inicialmente fixado, o que desde logo justifica uma parte do decréscimo assinalado.

Esta diminuição, ainda que juntamente com a descida da Dívida a Terceiros exigível no curto prazo, (-) 307.106 €, acaba por ser determinante na evolução de todo o Passivo.

Quanto ao incremento sinalizado na rubrica de Dívidas a Terceiros – Curto Prazo, resulta de aumentos constatáveis ao nível dos Fornecedores de Imobilizado conta-corrente, (+) 373.822 €, Fornecedores – faturas em receção e conferência, (+) 214.742 €, Estado e outros entes públicos, (+) 184.572 €, e das rendas exigíveis no curto prazo relacionadas com o contrato de cessão de créditos celebrado com a Espaço Municipal, (+) 58.993 €. Em sentido contrário mas com menor impacto, diminuem as amortizações de Empréstimos de MLP exigíveis no curto prazo, (-) 1.146.366 €, bem assim como a rubrica de Credores de Administrações Públicas – FAM, (-) 160.195 €.

Mantém-se como maior componente o montante destinado a Amortizações exigíveis no curto prazo de Empréstimos obtidos de Médio e Longo Prazo, 4.420.671 €, correspondentes a 29% das Dívidas a Terceiros de Curto Prazo, a que se associam os montantes em dívida junto de Outros Credores. Perdendo importância face ao período homólogo, estas duas parcelas respondem conjuntamente por mais de 58% da Dívida Total de Curto Prazo.

Por último, e também crucial para a compreensão da evolução do Passivo (porquanto tem uma representatividade, nos dois momentos de reporte em comparação, nunca inferior a 51% do Passivo total), apresentam-se os Acréscimos e Diferimentos de natureza passiva. No decurso do primeiro semestre de 2018 é constatável uma variação positiva da rubrica no montante de (+) 296.357 €, com origem sobretudo nos Subsídios para Investimentos, cuja variação fica a dever-se ao reconhecimento dos proveitos do Município, contabilizados a par das amortizações dos equipamentos financiados.

Mais adiante neste relatório, em capítulo próprio dedicado aos acréscimos e diferimentos de natureza passiva, proceder-se-á a uma análise mais pormenorizada dos Proveitos e Diferimentos Passivos.

DÍVIDAS A TERCEIROS

Atenta a importância de que se reveste a compreensão clara do conteúdo da rubrica de Dívidas a Terceiros, bem assim como o seu peso na determinação do valor global do Passivo, impõe-se uma apreciação individualizada desta componente do Balanço.

No final do primeiro semestre de 2018, as dívidas em apreço representam 40% do passivo, procurando-se sistematizar de seguida um conjunto de informação considerada relevante a este respeito:

Quadro 33

DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e não Orçamentais			
	junho 18	dezembro 17	Variação
Divida de Médio e Longo Prazo	30.957.496	35.545.569	-12,91%
Divida de Curto Prazo	9.164.401	8.223.939	11,44%
Total	40.121.897	43.769.508	-8,33%

Un: Euros

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a natureza da dívida, independentemente do grau de exigibilidade da mesma.

A componente da dívida assumida cuja natureza é de médio e longo prazo (independentemente do grau e exigibilidade da mesma) alcança, a 30 de junho de 2018, o montante de 30.957.496 € - nas contas finais de 2017 era de 35.545.569 €. Esta parcela representa cerca de 77% do total da dívida a terceiros e ostenta uma variação negativa de (-) 12,91% face ao valor contabilizado no período em comparação.

Tal como referido na apresentação genérica das alterações ocorridas no Passivo durante o primeiro semestre de 2018, a Dívida Total a Terceiros apresenta uma diminuição de (-) 3.647.612 €, resultante do facto de o aumento da componente de curto prazo, no valor de (+) 940.462 €, ser substancialmente inferior (em valor absoluto) à diminuição verificada da componente que, pela sua natureza, é considerada de médio e longo prazo – cuja diminuição se cifra em (-) 4.588.074 € -, incluindo-se nesta última a dívida de médio e longo prazo exigível no curto prazo.

Também neste item se encontra incluída a parcela do Fundo de Apoio Municipal subscrita e que não foi realizada até ao fim do período a que se reporta este relatório – 480.584 €.

O aumento da dívida de curto prazo representa menos de 1% do passivo total reportado a 30 de junho de 2018, razão pela qual não parece razoável levar a cabo uma análise exaustiva deste tópico.

Acrescenta-se uma nota final à análise do Quadro antecedente, para reforçar a informação que já consta a título de nota de rodapé do mesmo, salientando que a informação aqui evidenciada tem em consideração a natureza da dívida, independentemente de quando esta se torna exigível.

Quadro 34

DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO			
Operações Orçamentais	junho 18	dezembro 17	Variação
Curto Prazo			
Fornecedor c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	760.427	482.497	57,60%
Fornecedor imobilizado c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	639.073	134.742	374,29%
Adiantamento por conta de vendas	0	8.164	-
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	29.200	29.200	0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	17.319	3.997	-
Outros Credores	3.398.385	3.329.601	2,07%
Sub-Total	4.844.404	3.988.201	21,47%
Operações Não Orçamentais			
	junho 18	2017	Variação
Curto Prazo			
Clientes e Utentes c/ Cauções	2.089.315	2.049.789	1,93%
Fornecedores de Imobilizado c/ Cauções	902.227	1.026.133	-12,08%
Estado e Outros Entes Públicos	393.728	222.478	76,97%
Outros Credores	934.728	937.339	-0,28%
Sub-Total	4.319.997	4.235.738	1,99%
TOTAL	9.164.401	8.223.939	11,44%

Un:Euros

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a natureza da dívida, independentemente do grau de exigibilidade da mesma.

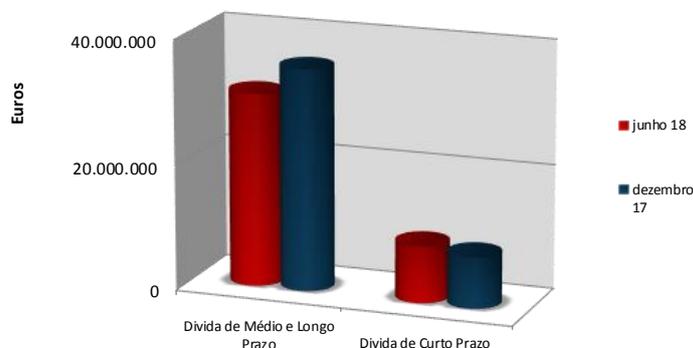
Por comparação com o ano anterior, e no que respeita às operações orçamentais de curto prazo, verifica-se um aumento de (+) 11,44% na dívida constituída.

As operações não orçamentais referem-se a operações de tesouraria e a cauções em dinheiro, caracterizando-se por cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, funcionando como operações de entradas e saídas de fundos, que não se traduzem em custos nem proveitos; apenas são objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial, sem afetar os resultados do período e sendo concretizados à margem do orçamento municipal.

Representa-se de seguida graficamente a variação das dívidas a terceiros, nas suas duas grandes componentes, tendo como referência o transato ano de 2017.

Gráfico 19

Dívidas a terceiros



ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

Nos mesmos termos em que foi referido em momento anterior deste relatório (análise aos Acréscimos e Diferimentos Ativos), do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta que devem ser reconhecidos, do lado do passivo, os Acréscimos de Custos e os Proveitos Diferidos, cuja composição no fim do primeiro semestre de 2018 se pode verificar no Quadro 35 que segue.

Quadro 35

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	
Acréscimos de Custos	4.003.361
Remunerações a Liquidar - ano seguinte	3.234.755
Juros a Liquidar	32.197
Outros Acréscimos de Custos	736.409
Proveitos Diferidos	49.074.859
Rendas:	1431535
Processo de antecipação de rendas	0
Outras rendas	7.637
Direito de Superfície	1423.898
Subsídios para Investimentos	44.687.149
Outros Proveitos Diferidos	2.956.175
TOTAL	53.078.220

Un: Euros

A especialização de custos e de proveitos de natureza passiva perfazem o total de 53.078.220 €, distribuindo-se por Proveitos Diferidos (92%) e Acréscimos de Custos (os restantes 8%).

Do lado dos Proveitos Diferidos predomina o valor contabilizado em Subsídios para Investimentos, que representam aproximadamente 84% do total dos Acréscimos e Diferimentos de natureza passiva: respeitam às comparticipações obtidas no âmbito de projetos cofinanciados, cujo reconhecimento do direito é contabilizado a par dos pedidos de pagamento efetuados, sendo os proveitos correspondentes reconhecidos em paralelo com as amortizações dos equipamentos que são objeto de financiamento.

À semelhança das prestações de contas anteriores, a parcela predominante de Acréscimos de Custos respeita a remunerações a pagar em 2019 a título de férias e subsídio de férias, cujo tratamento contabilístico atendeu às disposições legais em vigor em matéria de despesas com pessoal. Os valores especializados atendem às obrigações a que o Município fica sujeito a 30 de junho de 2018.

Em Outros Acréscimos de Custos foram como habitualmente reconhecidos os custos imputáveis ao primeiro semestre de 2018 referentes ao fornecimento de serviços externos de comunicações, eletricidade, gás, consumo de água e outros, o que totalizou (+) 736.409 €.

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios municipais apresentam em 30 de junho de 2018 um saldo 314.541.550 €, tendo aumentado (+) 2.114.357 €, relativamente ao valor com que encerrou o ano de 2017.

Na origem daquela variação positiva está sobretudo a incorporação dos Resultados Líquidos do semestre no montante de (+) 2.144.187 €.

Uma análise mais pormenorizada dos movimentos ocorridos no decurso do primeiro semestre do exercício de 2018 em cada uma das contas que compõem a classe 5 – Fundos Próprios, é possível a partir do quadro que segue:

Quadro 36

FUNDO PATRIMONIAL				
junho 18				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	306.823.657	41.587	0	306.865.243
511 Património Inicial	243.293.094	41.587	0	243.334.681
5111 Saldo Abertura POCAL	189.891.029	0	0	189.891.029
5112 Correções ao Balanço Inicial	53.402.065	41.587	0	53.443.652
512 Património Adquirido	63.530.562	0	0	63.530.562
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas	-10.768.285	0	190.242	-10.958.527
56 Reservas de Reavaliação	0	0	0	0
57 Reservas	20.070.885	118.795	0	20.189.680
571 Reservas Legais	3.343.714	0	0	3.343.714
575 Subsídios	2.328.234	0	0	2.328.234
576 Doações	5.620.575	118.795	0	5.739.370
577 Reservas decorrentes da transferências ativos	2.123.267	0	0	2.123.267
578 Cedências	3.496.554	0	0	3.496.554
579 Outras	3.158.540	0	0	3.158.540
59 Resultados Transitados	-9.385.901	5.686.867	0	-3.699.034
88 Resultado Líquido do Exercício	5.686.836	0	3.542.649	2.144.187
Totais	312.427.193	5.847.248	3.732.892	314.541.550

Un: Euros

2018



maia
CÂMARA MUNICIPAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados disponibiliza informação que permite concluir acerca da performance da entidade no período analisado: os custos e perdas incorridos com a prossecução da atividade autárquica no exercício em análise (no caso, o primeiro semestre de 2018), a par dos proveitos e ganhos obtidos no âmbito da disponibilização dos bens e serviços públicos gerados. Balanceados custos e proveitos, é também possível conferir se os segundos asseguram total cobertura dos primeiros – como sucede no período em análise –, ou não.

No Quadro 37 apresentam-se os resultados do Município obtidos no primeiro semestre de 2018, comparados com os do período homólogo anterior, analisando-se de seguida os factos mais relevantes que contribuíram para a formação do Resultado Líquido do Exercício apurado.

Quadro 37

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	junho 18	junho 17	Variação
CUSTOS E PERDAS			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	342.690	326.310	5,02%
Fornecimento e Serviços Externos	6.903.286	7.492.856	-7,87%
Custos com Pessoal	10.147.953	9.853.831	2,98%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	2.232.071	1.618.801	37,88%
Amortizações do Exercício	8.560.381	8.158.702	4,92%
Provisões do Exercício	373.435	76.043	391,08%
Outros Custos e Perdas Operacionais	72.095	52.875	36,35%
(A)	28.631.911	27.579.417	3,82%
Custos e Perdas Financeiras	654.340	634.610	3,11%
(C)	29.286.251	28.214.027	3,80%
Custos e Perdas Extraordinárias	1430.636	2.648.671	-45,99%
(E)	30.716.887	30.862.698	-0,47%
Resultado Líquido do Exercício	2.144.187	635.335	237,49%
	32.861.074	31.498.034	4,33%
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e Prestação de Serviços	3.805.963	3.705.219	2,72%
Impostos e Taxas	19.503.390	16.625.191	17,31%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	-
Proveitos Suplementares	34.689	29.426	17,89%
Transferências e Subsídios Obtidos	7.877.923	7.621.955	3,36%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	1570	597	162,83%
(B)	31.223.535	27.982.389	11,58%
Proveitos e Ganhos Financeiros	265.508	316.930	-16,22%
(D)	31.489.043	28.299.319	11,27%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1372.031	3.198.715	-57,11%
(F)	32.861.074	31.498.034	4,33%
RESUMO			
Resultados Operacionais antes de Amortizações e Provisões	11.525.440	8.637.716	-
Resultados Operacionais após Amortizações e Provisões: (B-A)	2.591.624	402.971	-
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-388.832	-317.680	-
Resultados Correntes: (D-C)	2.202.792	85.291	-
Resultados Líquido do Exercício:	2.144.187	635.335	-

Un.:Euros

Da observação da Demonstração de Resultados, é possível conferir desde já que o Resultado Líquido apurado no primeiro semestre do exercício de 2018 é, uma vez mais, positivo no montante de (+) 2.144.187 €. De novo é verificável uma performance em linha com uma trajetória de evidente consolidação de resultados que tem vindo a desenhar-se como tendência dos exercícios mais recentes.

A melhoria dos Resultados Líquidos ocorrida entre os primeiros semestres de 2017 e 2018 (aumentam (+) 1.508.852 €) é consequência direta da melhoria de performance ao nível do resultado operacional, que não só permanece positivo nos dois momentos analisados, como regista um aumento de (+) 543%, cifrando-se no fecho de semestre em (+) 2.591.624 €. O impacto desta evolução no resultado líquido apurado é, contudo, parcialmente esbatido pelas variações de sinal contrário observadas nos resultados das demais naturezas, financeiros e extraordinários, com diminuições respetivamente de (-) 71.152 € e (-) 608.649 €.

Começando pela análise do Resultado Operacional, verifica-se que a sua variação positiva é consequência direta do aumento verificado ao nível de todas as rubricas de proveitos e ganhos operacionais (+) 3.241.146 €), ser superior ao aumento que se verifica também do lado dos custos de idêntica natureza. Em termos relativos, é constatável também que a expressão da variação do lado dos custos (3,82%) é significativamente inferior à dos ganhos (11,58%), cobrindo estes últimos os primeiros numa proporção de 1,09.

Orientando a análise seguidamente para o item cuja evolução mais determina a performance económica do Município, os Proveitos Operacionais, como já se referiu todas as rubricas que o compõem aumentam de valor entre os fechos semestrais de 2017 e 2018. Destaca-se contudo o contributo da rubrica de Impostos e Taxas que, sendo a que mais pondera no conjunto (responde por 89% dos proveitos operacionais) é também a que regista maior variação absoluta (+) 2.878.199 €.

Numa apreciação de maior pormenor, é possível compreender que esta variação fica a dever-se em grande parte ao comportamento observado na maior das parcelas que compõem os Impostos e Taxas, os Impostos Diretos, que observam de per si um aumento de (+) 2.517.509 €, a que corresponde uma variação relativa de (+) 16,16% face ao valor apurado no período homólogo (em 30 de junho de 2018 totaliza 18.091.448 €). O aumento na receita arrecadada por esta via tem origem sobretudo na evolução dos proveitos anormalmente elevados que se verificaram no primeiro semestre de 2018, advindos do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, a que se junta ainda uma redução dos montantes contabilizados a título de Reembolsos e Restituições. A par deste efeito, dá-se nota ainda dos aumentos apurados na Derrama, no Imposto Municipal Sobre Imóveis e no Imposto Único de Circulação, que se quantificam respetivamente em (+) 306.435 €, (+) 115.225 € e (+) 72.353 €.

Os Impostos Indiretos acompanham o mesmo movimento, ainda que observam aumentos de menor materialidade; destacam-se os valores contabilizados a título de Loteamentos e Obras, que alcançam no fecho do semestre o montante de 578.746 €, mais do que duplicando o valor registado no período homólogo.

As restantes rubricas, alinhando pelo mesmo diapasão, contribuem igualmente para a melhoria dos Resultados Operacionais, porém com contribuições substancialmente inferiores às que se apreciaram anteriormente: conjuntamente, respondem por apenas 11% da variação total dos Proveitos Operacionais.

A rubrica de Transferências e Subsídios Obtidos, que totaliza no semestre 7.877.923 €, exibe uma variação de (+) 255.967 € que fica a dever-se sobretudo à evolução das Transferências Obtidas de Administrações Públicas que aumentam (+) 260.295 €, destacando-se a este respeito o aumento da Participação no IRS e a diminuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro – Corrente, (+) 9% e (-) 12% respetivamente, correspondendo estes dois itens aos que mais contribuem para os valores contabilizados nesta rubrica. No mesmo sentido, regista-se ainda o aumento verificado nas Transferências Obtidas do Orçamento de Estado, particularmente nas verbas atribuídas no âmbito do Acordo de Cooperação do Pré-escolar com a DREN e no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimentos de Refeições no 1º Ciclo, cuja variação conjunta ascende a (+) 96.951 €.

Permanecendo com uma representatividade próxima de 11% nos dois períodos em comparação, apresenta-se a rubrica de Vendas e Prestações de Serviços cujos valores contabilizados aumentam (+) 100.744 €, a que corresponde um acréscimo de (+) 2,72% face ao observado no período anterior. A evolução fica a dever-se sobretudo ao comportamento das prestações de serviços e rendas que aumentam respetivamente (+) 51.555 € e (+) 32.445 €. No primeiro caso, o aumento fica a dever-se na sua maior parte ao comportamento observado nos proveitos obtidos com as Senhas de Refeições Escolares, (+) 53.170 €, enquanto no segundo se constata um aumento dos proveitos advindos do contrato de Antecipação de Rendas (celebrado com a Espaço Municipal) e das Rendas de Concessão devidas pela EDP.

Passando à análise detalhada da evolução das rubricas de custos operacionais, verifica-se que, como já se referiu, aumentam também em valor absoluto entre os dois primeiros semestres em comparação (de 2017 e 2018) a generalidade das rubricas, porém não o suficiente para superar a variação ocorrida do lado dos proveitos da mesma natureza.

Permanece inalterada a hierarquia de contribuições para os custos operacionais totais, respondendo os Custos com Pessoal pela maior fatia de encargos suportados no semestre (35%), seguido pelas Amortizações do Exercício (com 30%) e os Fornecimentos e Serviços Externos (24%); as restantes rubricas contribuem com uma ponderação que se aproxima dos 11%, que inclui a rubrica de Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais (responsável por 8 p.p.).

Prosseguindo a nossa análise pela evolução das rubricas de Custos Operacionais apreciadas por ordem decrescente da sua variação observada entre os dois períodos em comparação, apresentam-se em primeiro lugar precisamente as Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, no fecho do semestre estas totalizam 2.232.071 €, (+) 613.269 € do que período homólogo. Este resultado tem origem no comportamento da componente de Subsídios Correntes Concedidos, que aumenta (+) 792.285€. A este respeito, é de referir o facto de se incluir no reporte atual nesta componente (contrariamente ao que sucedia nas contas semestrais de 2017) os montantes atribuídos à Maiambiente, na sequência do contrato de gestão delegada celebrado entre o Município e esta empresa municipal, cujos efeitos se fazem sentir do segundo semestre de 2017 em diante e cujo impacto alcança o montante de 699.840 €.

Observando um aumento também expressivo de (+) 401.680 € apresentam-se de seguida as Amortizações do Exercício que, cifrando-se no semestre em 8.560.381 €, observam um crescimento de

(+) 4,92% face ao período homólogo. Nada mais apraz dizer acerca deste item, observando novamente uma lógica de continuidade e manutenção dos critérios que têm vindo a ser utilizados em exercícios anteriores.

Com variações em termos absolutos de idêntica materialidade, seguem-se as Provisões do Exercício e os Custos com Pessoal, que aumentam respetivamente (+) 297.392 € e (+) 294.121 €. Em termos relativos, todavia, estes crescimentos traduzem taxas de crescimento bastante díspares, porquanto se no caso dos Custos com Pessoal representam (+) 2,98% de aumento face aos valores observados no primeiro semestre do exercício transato, no caso das Provisões a variação ocorrida no período em apreço traduz mais do que a triplicação do valor anteriormente observado. Numa análise detalhada da informação contabilística produzida relacionada com as Provisões constituídas no período, é verificável que as mesmas se relacionam exclusivamente com dívidas de cobranças duvidosas, permanecendo inalteradas as provisões constituídas para fazer face a riscos e encargos.

Dedicando-nos de seguida à apreciação dos Custos com Pessoal, é constatável o aumento dos montantes contabilizados a título de Remunerações do pessoal, (+) 205.091 €, Outros Custos com Pessoal, (+) 40.564 €, Encargos sobre remunerações (+) 37.218 €, Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais (+) 14.640 € e Pensões (+) 2.589 €, aumento esse que não é mais do que ligeiramente esbatido pela redução de encargos assumidos no período a título de Remunerações dos órgãos autárquicos, no montante de (-) 5.981 €. Tal facto não surpreende, atento o facto de ter início no exercício em presença a produção de efeitos do artigo 18.º da Lei do Orçamento de Estado (atualização salarial dos trabalhadores, nos estritos termos em que a lei o prevê), facto que se antecipou na informação veiculada anteriormente, no Relatório de Gestão às contas de 2017 (último parágrafo da Nota anexa 8.2.33.1 - Eventos subsequentes após o termo do exercício).

Por último, ainda alinhadas com a tendência global de aumento das rubricas analisadas anteriormente, apresentam-se os Outros Custos e Perdas Operacionais e o Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, que entre os fechos dos primeiros semestres de 2017 e 2018 aumentam respetivamente (+) 19.220 € e (+) 16.381 €. Tratando-se de rubricas que não oferecem grandes considerandos - ora porque têm a sua evolução indexada ao de outras (no primeiro caso, às Vendas), ora porque são rubricas de natureza residual, a que se junta o facto de deterem uma materialidade relativamente baixa - têm, em ambos os exercícios em apreço, uma ponderação conjunta no cômputo global dos Custos e Perdas Operacionais inferior a 1,5% -, parece-nos por essa razão dispensável uma análise mais exaustiva e aprofundada das razões subjacentes às variações identificadas.

Em contraciclo com as restantes rubricas de Custos e Perdas Operacionais observando uma diminuição comparativamente com o primeiro semestre de 2017, apresentam-se isolados os Fornecimentos e Serviços Externos. Registrando uma variação global que se cifra em (-) 589.570 €, traduz-se a mesma num decréscimo equivalente a (-) 7,87%, para o qual tem influência determinante a evolução dos Fornecimentos e serviços (que reduzem (-) 673.381 €), parcialmente compensados pelo aumento observado na rubrica de Subcontratos, que regista uma variação positiva quantificada em (+) 83.811 €.

Relativamente aos Subcontratos, apraz dizer que a variação observada entre os dois períodos em comparação fica em muito a dever-se aos aumentos registados nas despesas com Manutenção de

espaços verdes / ajardinados e com Fornecimento de refeições escolares, que aumentam respetivamente (+) 48.392 € e (+) 46.614 €.

No que concerne aos Fornecimentos e Serviços, é de novo incontornável um facto já abordado em momento anterior deste relatório: os montantes atribuídos à Maiambiente, na sequência do contrato de gestão delegada celebrado entre o Município e esta empresa municipal (cujos efeitos se fazem sentir do segundo semestre de 2017 em diante, e cujo impacto nos Subsídios Correntes Concedidos alcança o montante de 699.840 €). No primeiro semestre de 2017, os custos contabilizados em Trabalhos Especializados respeitantes a receção de resíduos sólidos urbanos e respetivas taxas de resíduos (incineração) totalizaram 928.928 €. Conclusão inevitável do que acabou de se referir é a constatação de que, isolando-se este efeito, a evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos deixaria de ser a que se verifica para outrossim aumentar de valor entre os dois períodos em comparação, à semelhança das restantes rubricas de Custos e Perdas Operacionais.

Numa análise mais aprofundada das componentes que perfazem os Fornecimentos e Serviços, são determinantes para a diminuição global verificado as variações observadas em Trabalhos Especializados, (-) 976.084 €, Eletricidade, (-) 107.880 €, Honorários, (-) 44.428 €, os Artigos para Oferta, (-) 20.348 €, e os Seguros, (-) 7.603 €. Apresentando variações de sinal inverso e contribuindo para contrariar ligeiramente o efeito obtido deste primeiro conjunto de rubricas, aumentam de valor as parcelas correspondentes a Outros Fornecimentos e Serviços, (+) 121.752 €, Contencioso, Registos e Notariado, (+) 89.516 €, Encargos de Cobrança, (+) 54.470 €, Vigilância e Segurança, (+) 49.736 € e Conservação e Reparação, (+) 34.435 €. Juntam-se-lhes, com menor materialidade, as variações ocorridas nos gastos com Assistência Técnica, (+) 27.910 €, Outro fluídos, (+) 25.737 €, Água, (+) 24.048 €, Publicidade e Propaganda, (+) 18.288 €, Rendas e Alugueres, (+) 16.700 €, Seminários, Exposições e Similares, (+) 14.566 €, Formação Profissional, (+) 5.873 €, e por último, Limpeza e Higiene, (+) 5.713 €.

A propósito da variação ocorrida na Eletricidade, que no semestre totaliza (-) 107.879€, recorda-se que esta tem origem na renegociação de tarifários, decorrida no segundo semestre de 2017.

A rubrica de Encargos de Cobrança, como também já se referiu em relatórios anteriores, tem uma performance indexada ao montante de impostos diretos arrecadados no período (que aumentam significativamente no período, como já se referiu na análise aos proveitos e ganhos operacionais).

As rubricas identificadas justificam uma variação de (-) 667.598 € do total (-) 673.381 €, ocorridos nos Fornecimentos e Serviços. As rubricas que não foram referidas têm um contributo por isso residual, observando quando individualmente consideradas aumentos / diminuições em valor absoluto em todos os casos inferiores a 5.000 € e perfazendo, globalmente, uma diminuição de (-) 5.783 €.

Abordando-se de seguida o Resultado Financeiro, constata-se que este permanece negativo (à semelhança do período homólogo), cifrando-se desta feita em (-) 388.832 €, evidenciando uma deterioração no montante de (-) 71.152 € face ao observado no fecho do primeiro semestre de 2017. Para esta performance contribui quer o comportamento dos proveitos e ganhos financeiros (que diminuem), quer o dos custos e perdas da mesma natureza. (que aumentam entre os dois períodos em comparação).

Do lado dos Proveitos e Ganhos, assinalam-se as reduções verificadas em Juros Obtidos, (-) 50.588 €, e, com ainda maior expressão, nos Ganhos em entidade participadas, (-) 102.933 €, que pese embora

parcialmente compensados pelos Rendimentos com participações de capital (que aumentam (+) 104.193 €) são determinantes para a evolução global dos Proveitos e Ganhos Financeiros.

Do lado dos Custos e Perdas da mesma natureza, verifica-se um aumento assinalável nas Perdas em Entidades Participadas, desta feita no montante de (+) 70.783 € que, embora contrabalançada pela variação nos Juros suportados, (-) 49.166 €, dita o sentido da variação dos custos de cariz financeiro.

Os resultados correntes acabam por cifrar-se ainda assim positivos, aumentando inclusivamente de modo significativo entre os dois momentos em comparação - passam de (+) 85.291 € no fecho semestral de 2017 para (+) 2.202.792 € no reporte a 30 de junho de 2018.

Em conclusão, a variação global dos Proveitos e Ganhos Operacionais, quer em termos de sentido da mesma (positivo), quer em termos da magnitude dos valores apurados, tem um impacto determinante na evolução dos Resultados Operacionais e Correntes, uma vez que permite fazer face ao aumento de custos de ambas as naturezas apreciadas (operacionais e financeiras), a que se junta ainda a diminuição dos Proveitos e Ganhos Financeiros.

Os Resultados Extraordinários são negativos no semestre, contrariamente com o que sucedeu no primeiro semestre de 2017, totalizam no momento de reporte deste relatório (-) 58.605 €.

Constatando-se uma redução dos Custos e Perdas Extraordinários, (-) 1.218.035 €, esta é contudo integralmente absorvida pela redução, de maior montante, que sucede também nos Proveitos e Ganhos da mesma natureza que alcança (-) 1.826.684 €.

Ao nível dos Custos e Perdas, assinalam-se diminuições significativas nas rubricas de Perdas em Imobilizações, (-) 1.655.542 €, a que se juntam diminuições nas Transferências de Capital Concedidas. Registam aumentos assinaláveis, em contrapartida, as rubricas de Aumentos de Amortizações e Provisões e Correções Relativas a Exercícios Anteriores (que representam custo).

Do lado dos Proveitos e Ganhos de natureza similar, diminuem globalmente (-) 1.826.684 €, com origem principalmente na rubrica de Reduções de Amortizações e Provisões (com saldo nulo neste semestre, contrariamente ao que sucedia no primeiro semestre de 2017), a que se juntam ainda as Correções Relativas a Exercícios Anteriores (representativas de proveitos) e os Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários que conhecem no período em apreço registos contabilísticos de montante apreciavelmente inferior ao que se impôs no período comparativo anterior.

O Resultado Líquido, em suma como se referiu no início da análise à Demonstração dos Resultados por Naturezas, consolida-se positivo, contribuindo para tal o facto de os Resultados Operacionais (positivos) conseguirem acomodar os Resultados Financeiros e Extraordinários que, apurando-se negativos ao fecho das contas semestrais de 2018, observam ainda assim uma melhoria de performance digna de registo no período em análise.

Considerando-se suficiente a informação detalhada apresentada neste relatório acerca da demonstração dos resultados do primeiro semestre do exercício económico de 2018, dá-se por concluída a sua apreciação com a ilustração gráfica das variações de custos e de proveitos, tomando sempre como referência o período homólogo do exercício anterior.

Gráfico 20

Varição dos Custos e Perdas do Exercício

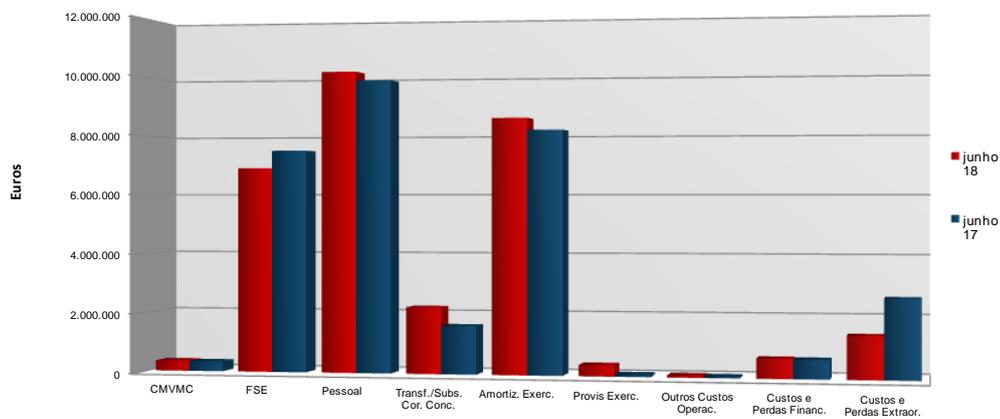
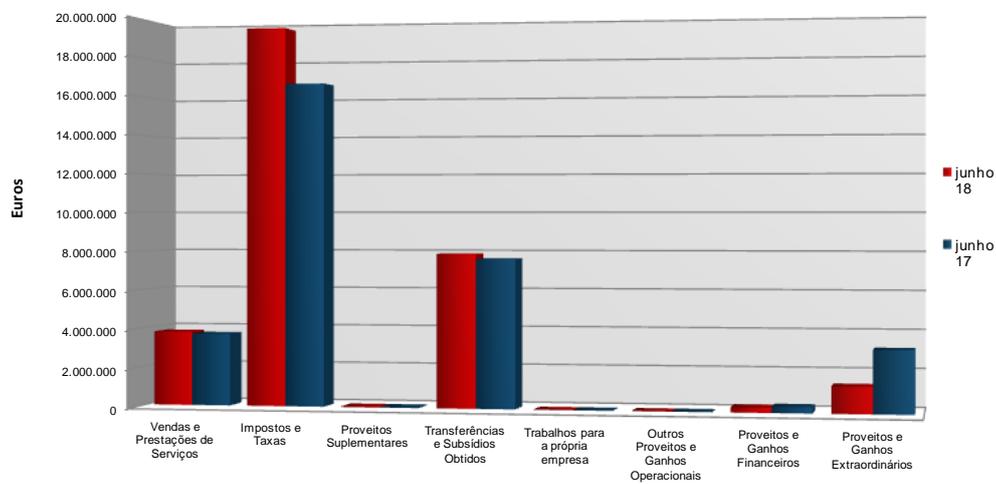


Gráfico 21

Varição dos Proveitos e Ganhos do Exercício



2018



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MUNICÍPIO DA MAIA

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		jun-18			2017
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	21.818.845,68		21.818.845,68	21.639.522,23
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	198.224.914,30	141.114.346,03	57.110.568,27	57.250.752,52
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.333.707,62	191.106,76	1.142.600,86	1.148.979,34
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	2.101.184,78		2.101.184,78	5.646.799,90
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00		0,00	0,00
		223.478.652,38	141.305.452,79	82.173.199,59	85.686.053,99
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	1.799.793,53	1.655.149,74	144.643,79	167.180,29
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	43.320,00	43.320,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.946.664,80	1.762.139,02	184.525,78	191.574,24
443	Imobilizações em curso	753.499,78		753.499,78	747.362,08
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	0,00
		4.543.278,11	3.460.608,76	1.082.669,35	1.106.116,61
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	54.935.654,32		54.935.654,32	54.916.539,62
422	Edifícios e outras construções	322.030.401,41	105.010.820,30	217.019.581,11	220.082.130,36
423	Equipamento básico	13.628.347,97	11.074.798,84	2.553.549,13	1.825.108,14
424	Equipamento de transporte	2.408.891,97	1.991.918,85	416.973,12	455.234,28
425	Ferramentas e utensílios	525.564,12	472.625,14	52.938,98	60.180,23
426	Equipamento administrativo	1.893.794,00	1.813.689,70	80.104,30	88.808,98
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	15.684.216,44	12.258.010,91	3.426.205,53	3.397.353,87
442	Imobilizações em curso	4.946.810,49		4.946.810,49	4.705.619,80
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	750.000,00		750.000,00	750.000,00
		416.803.680,72	132.621.863,74	284.181.816,98	286.280.975,28
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	12.878.080,39	10.000,00	12.868.080,39	13.001.112,09
412	Obrigações e títulos de participação	1.940.876,77	202,91	1.940.673,86	3.008.637,83
414	Investimentos em imóveis	144.311,64		144.311,64	144.311,64
415	Outras aplicações financeiras	1.325.499,14	0,00	1.325.499,14	1.898.642,27
441	Imobilizações em curso	0,00		0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00		0,00	0,00
		16.288.767,94	10.202,91	16.278.565,03	18.052.703,83
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	604.617,77		604.617,77	608.434,22
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00
32	Mercadorias	29.596,79		29.596,79	29.596,79
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00		0,00	0,00
		634.214,56		634.214,56	638.031,01
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	66.423,61		66.423,61	68.088,61
211	Clientes c/c	1.980,00		1.980,00	11.459,00
212	Contribuintes c/c	164.965,45		164.965,45	165.467,90
213	Utentes c/c	194.133,76		194.133,76	22.485,34
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	5.352.836,66	5.231.362,02	121.474,64	262.670,06
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00		0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00		0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00		0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	0,00		0,00	0,00
264	Administração autárquica	0,00		0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	3.128.107,56	2.154.330,59	973.776,97	930.361,08
		8.908.447,04	7.385.692,61	1.522.754,43	1.460.531,99
	Títulos negociáveis				0,00
151	Ações	0,00			0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00			0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00			0,00
159	Outros títulos	0,00			0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00			0,00
					0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	23.026.924,86		23.026.924,86	19.722.251,44
11	Caixa	42.398,87		42.398,87	9.331,12
		23.069.323,73		23.069.323,73	19.731.582,56
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	5.321.346,01		5.321.346,01	2.809.013,33
272	Custos diferidos	102.868,12		102.868,12	17.620,13
		5.424.214,13		5.424.214,13	2.826.633,46
	Total de amortizações		277.387.925,29		
	Total de provisões		7.395.895,52		
	Total do activo	699.150.578,61	284.783.820,81	414.366.757,80	415.782.628,73

MUNICÍPIO DA MAIA

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		jun-18	2017
	Fundos próprios		
51	Património	306.865.243,35	306.823.656,76
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-10.958.526,79	-10.768.284,55
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas		
571	Reservas legais	3.343.713,82	3.343.713,82
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios	2.328.234,12	2.328.234,12
576	Doações	5.739.370,30	5.620.575,30
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	2.123.267,31	2.123.267,31
578	Cedências	3.496.554,26	3.496.554,26
579	Outras	3.158.540,34	3.158.540,34
59	Resultados transitados	-3.699.034,42	-9.385.901,25
88	Resultado líquido em exercício	2.144.186,94	5.686.836,36
		314.541.549,23	312.427.192,47
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	6.625.092,22	6.804.065,50
		6.625.092,22	6.804.065,50
	Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazos (a)		
2312	Empréstimos obtidos de MLP	14.599.213,22	16.235.216,12
2312	Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendas	10.220.932,37	10.857.471,01
2617	Fornecedores de Imobilizado MLP	0,00	0,00
2681	Credores das Administrações Públicas - Fundo Apoio Municipal MLP	213.593,00	1.281.556,97
		25.033.738,59	28.374.244,10
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
2312	Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	4.420.670,90	5.567.037,13
2312	Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendas - Exigíveis a curto prazo	1.236.095,24	1.177.102,26
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	8.164,26
221+223	Fornecedores c/c	63.187,19	0,00
227+228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	697.239,46	482.497,34
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/ cauções	2.089.314,60	2.049.788,50
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	29.200,00	29.200,00
611+2612+2613+261	Fornecedores de imobilizado c/c	1.532.342,41	1.158.520,21
2615	Fornecedores Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	8.957,12	2.354,22
2681	Credores das Administrações Públicas - Fundo de Apoio Municipal	266.991,25	427.186,00
2617	Fornecedores de Imobilizado MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	411.046,78	226.474,39
264	Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros credores	4.333.113,30	4.266.940,05
		15.088.158,25	15.395.264,36
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	4.003.360,70	3.506.945,29
274	Proveitos diferidos	49.074.858,81	49.274.917,01
		53.078.219,51	52.781.862,30
		99.825.208,57	103.355.436,26
	Total dos fundos próprios e do passivo	414.366.757,80	415.782.628,73

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
MUNICÍPIO DA MAIA

Código das Contas	Demonstração de Resultados	Exercícios			
		jun-18		jun-17	
Custos e Perdas					
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
	Mercadorias	862,00			
	Matérias	341828,35	342.690,35	326.309,67	326.309,67
62	Fornecimentos e serviços externos		6.903.285,63		7.492.855,59
64	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	7.901.190,05		7.702.079,94	
643 a 648	Encargos sociais:				
	Pensões	3.883,84		1.294,99	
	Outros	2.242.878,81	10.147.952,70	2.150.456,36	9.853.831,29
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais		2.232.070,93		1618.801,46
66	Amortizações e Ajustamentos do Exercício		8.560.381,27		8.158.701,51
67	Provisões		373.434,93		76.043,02
65	Outros custos e perdas operacionais		72.094,76		52.874,75
	(A)		28.631.910,57		27.579.417,29
68	Custos e Perdas Financeiras		654.340,40		634.609,77
	(C)		29.286.250,97		28.214.027,06
69	Custos e perdas extraordinárias		1430.636,47		2.648.671,40
	(E)		30.716.887,44		30.862.698,46
88	Resultado líquido do exercício		2.144.186,94		635.335,20
			32.861.074,38		31.498.033,66
Proveitos e Ganhos					
71	Vendas :				
	Mercadorias	338,12		472,24	
	Venda de produtos	18.235,09		1.357,32	
	Prestações de Serviços	1618.171,04		1.566.615,73	
	Rendas + Seminários, exposições e similares	2.169.218,82	3.805.963,07	2.136.774,06	3.705.219,35
72	Impostos, taxas, Outros		19.503.389,67		16.625.191,04
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria empresa				
73	Proveitos suplementares		34.689,25		29.425,69
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742+743	Outras		7.877.922,91		7.621.955,45
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		1.569,62		597,20
	(B)		31.223.534,52		27.982.388,73
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		265.508,39		316.929,82
	(D)		31.489.042,91		28.299.318,55
79	Proveitos e ganhos extraordinários		1.372.031,47		3.198.715,11
	(F)		32.861.074,38		31.498.033,66
Resumo:					
Resultados Operacionais:(B)-(A)=			2.591.623,95		402.971,44
Resultados Financeiros:(D-B)-(C-A)=			-388.832,01		-317.679,95
Resultados Correntes:(D)-(C)=			2.202.791,94		85.291,49
Resultado Líquido do Exercício:(F)-(E)=			2.144.186,94		635.335,20

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e Perdas		junho 18		junho 17		Proveitos e Ganhos		junho 18		junho 17	
681	Juros suportados	369.253	418.419	781	Juros obtidos	26.663	77.250				
682	Perdas em entidades participadas	275.326	204.544	782	Ganhos em entidades participadas	85.062	187.995				
683	Amortizações invest. em imóveis	0	0	783	Rendimentos de imóveis	36.195	34.898				
684	Provisões p/ aplicações financ.	0	0	784	Rendimentos participações capital	104.193	0				
685	Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0	0				
687	Perdas na alienação aplic. tesour.	0	0	786	Descontos pronto pagat. obtidos	10	19				
688	Outros custos e perdas financ.	9.761	11.647	787	Ganhos na alienação aplic. tesour	0	0				
Total de Custos Financeiros		654.340	634.610	788	Outros proveitos e ganhos financ.	13.387	16.768				
Resultados Financeiros		-388.832	-317.680	Total de Proveitos Financeiros		265.508	316.930				
Total		265.508	316.930								

Un: Euros

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas		junho 18		junho 17		Proveitos e Ganhos		junho 18		junho 17	
691	Transferências capital concedidas	627.980	872.682	791	Restituição de impostos	0	0				
692	Dívidas incobráveis	0	4.549	792	Recuperação de dívidas	0	0				
693	Perdas em existências	0	0	793	Ganhos em existências	0	0				
694	Perdas em imobilizações	15.048	1.670.590	794	Ganhos em imobilizações	4.058	0				
695	Multas e penalidades	344	659	795	Benefícios de penalidades contr	126.570	90.168				
696	Aumento de amortiza. Provisões	246.725	0	796	Reduções de amortiz.e provisões	0	917.253				
697	Correções relativas exerc. anteriores	524.535	83.835	797	Correções relativas exerc. anteriores	169.955	838.432				
698	Outros custos e perdas extraor.	16.003	16.357	798	Outros proveitos e ganhos extraor.	1.071.449	1.352.862				
Total de Custos Extraordinários		1.430.636	2.648.671	Total de Proveitos Extraordinários		1.372.031	3.198.715				
Resultados Extraordinários		-58.605	550.044								
Total		1.372.031	3.198.715								

Un: Euros

2018



maia
CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO SÍNTESE DA SROC

*an independent member of BKR International
in principal cities worldwide*

Lisboa
Avenida do Brasil, nº 1
1749-008 Lisboa, Portugal
T. 21 752 91 40

Ao
Órgão Deliberativo do
Município da Maia
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho
4474-006 Maia

Maia, 12 de Setembro de 2018

Relatório Síntese de Conclusões Individual – Situação Económica e Financeira a 30-06-2018

Exmos. Senhores,

Nos termos da alínea d) do nº 2 do Artº 77 da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, remetemos a V. Exas. o Relatório Síntese de Conclusões com referência ao período findo em 30-06-2018.

Nos pontos seguintes apresentamos uma síntese das conclusões mais relevantes, tendo em consideração a informação preparada pelo Município para o efeito (valores em milhões – M de €).

Relembramos que os procedimentos de auditoria utilizados na revisão desta informação semestral consistiram essencialmente na execução de Procedimentos Analíticos Substantivos (indagações; comparações; testes/análises de razoabilidade; etc.), os quais não permitem assegurar um nível de confiança idêntico ao proporcionado pelos procedimentos subjacentes à auditoria das contas anuais. No entanto, pese o facto de existir essa limitação, e tendo em conta o conhecimento acumulado do passado relativamente ao Município, os mesmos são desenhados de forma a que eventuais diferenças materialmente relevantes possam ser detetadas.

Os dados Semestrais inerentes às conclusões ora apresentadas são os seguintes: Balanço – 414.366.758 €; Passivo – 99.825.209 €; Fundos Próprios – 314.541.549 €; Resultado Líquido do Exercício – 2.144.187 €; Despesa Paga – 25.559.311 € e Receita Cobrada – 28.812.794 €.

Município da Maia

1 Imobilizações Corpóreas, Incorpóreas, em Curso e Bens de Domínio Público
(30.06.2018 – 367 M €; 31.12.2017 – 373 M €)

Como aspetos mais relevantes nesta área destacamos os seguintes:

- i) O Imobilizado global do Município, incluindo o Incorpóreo e os Investimentos Financeiros, representa, à data de 30-06-2018, cerca de 93% do total do Ativo (em 31-12-2017 representava 94%), dos quais 21% são constituídos por Bens do Domínio Público;
- ii) Neste Semestre foram transferidos de Imobilizado em Curso para firme cerca de 6 M €, permanecendo em curso 8,6 M €;
- iii) O aumento do imobilizado em curso no período ascendeu a 2,9 M €, estando o principal investimento do Semestre, registado nesta rubrica, associado ao reforço e reabilitação das zonas verdes e dos espaços de utilização coletiva e respetiva revalorização paisagística no quarteirão afeto à zona desportiva do centro da Maia – construção do Parque da Maia, cujo valor ascendeu no semestre a cerca de 1 M €; e
- iv) Existência de diversas obras sem evolução nos últimos anos, classificadas como obras em curso, no valor global aproximado de 2,4 M €, o correspondente a cerca de 28% da rubrica de Imobilizado em Curso (em 31-12-2017 o valor ascendia a cerca de 1,2 M €). Neste valor inclui-se um adiantamento efetuado de 750.000 € integrado em processo judicial no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto sob o nº 2264/16.9BEPRT que se encontra em curso. Adicionalmente, caso as obras relacionadas tivessem sido transferidas para imobilizado firme poderiam originar amortizações, com impacto nos resultados, cujo montante à data não conseguimos quantificar com rigor.

2 Investimentos Financeiros
(30.06.2018 – 16,3 M €; 31.12.2017 – 18 M €)

2.1 No final do 1º Semestre/2018, o Município detém 100% de 2 (dois) Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechados (FEIIF). No final de 2014, em resultado da publicação da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais), o Município procedeu à alteração da política contabilística para a contabilização destes FEIIF, passando a refletir todos os Ativos e Passivos como se todas as operações dos Fundos estivessem a ser efetuadas pelo próprio Município, de acordo com as regras do POCAL. À data de 30-06-2018 as Demonstrações Financeiras do Município da Maia evidenciam um valor destes FEIIF que ascende a cerca de 529.000 € (em 31-12-2017 este valor ascendia a 804.000 €). O valor líquido global destes Fundos (VLGF) de acordo com a CMVM ascendia a 3.932.801 € no final do 1º Semestre/2018.

Município da Maia

Em Assembleia Municipal de 30-06-2017 foi deliberado, no âmbito no projeto de reversão de fundos de investimento, encetar o processo com vista à dissolução e liquidação do FEIIF Maia Golfe, por via da cessão da posição contratual com a Caixa Geral de Depósitos, com a contrapartida da integração dos terrenos respetivos no próprio Município, com efeitos a partir do visto do Tribunal de Contas, processo ainda não concluído à data deste relatório. Dado que as demonstrações financeiras apresentam os Ativos e os Passivos dos Fundos Imobiliários como se os mesmos tivessem integrados no próprio património municipal (em POCAL), não se esperam impactos significativos associados a este processo.

2.2 Foram realizados no Semestre 160.195 € referentes ao capital subscrito no Fundo de Apoio Municipal aprovado e regulamentado pela Lei nº 53/2014, de 25 de Agosto. O valor subscrito neste Fundo ascende a 2.990.301 € tendo-se alterado para 1.922.377 € pela Lei do Orçamento de estado para 2018, e o valor realizado até à data totaliza 1.441.753 €, em conformidade com o plano de realização definido para o efeito.

2.3 O Município contabiliza as suas participações financeiras relevantes aplicando o Método da Equivalência Patrimonial (MEP), procedimento com o qual concordamos. A aplicação deste Método teve por base contas semestrais das empresas participadas, ainda não aprovadas à data deste relatório. Adicionalmente, entendemos levar ao V/ conhecimento o seguinte:

- i) Das empresas participadas, realça-se que se encontra reconhecida uma provisão acumulada para Investimentos Financeiros na TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. (em liquidação), no montante aproximado de 2.074.000 €, considerando os Capitais Próprios negativos da participada, bem como o ajustamento associado à mais-valia não realizada pela alienação de património efetuada em 2015 por esta participada ao Município da Maia. Os dados considerados respeitam a 31-12-2017, dado não existirem contas disponibilizadas até à data relativas ao 1º Semestre de 2018.

Relativamente a esta participada, auditada por outros colegas, fomos informados (em 10-08-2018) pelos mesmos que as contas do Exercício de 2017 ainda se encontram por aprovar pela AG de acionistas, não tendo ainda sido objeto de emissão de Parecer sobre as mesmas. Quanto aos dados do 1º Semestre/2018, foi-nos transmitido não ter ainda sido efetuado qualquer trabalho; e

- ii) Quanto à Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M., a aplicação do MEP não teve em consideração os efeitos do 1º Semestre/2018, dado o processo de fecho de contas semestrais não se encontrar disponível à data de emissão deste relatório.

Município da Maia

3 Fundos Próprios
(30.06.2018 – 314,5 M €; 31.12.2017 – 312,4M €)

As variações nos Fundos Próprios entre o final de 2017 e 30-06-2018 devem-se essencialmente à aplicação do Método da Equivalência Patrimonial com impacto negativo nos Capitais Próprios (cerca de 190.000 €), a doações (cerca de 119.000 €), a correções ao Balanço Inicial (cerca de 42.000 €) e ao Resultado Líquido do período. As alterações entre rubricas contemplam adicionalmente a aplicação do Resultado Líquido positivo do período anterior.

4 Fornecedores de Imobilizado e Outros Credores
(30.06.2018 – 6,4 M €; 31.12.2017 – 7,1 M €)

As duas rubricas representam conjuntamente cerca de 15,8% do total do Passivo exigível. A oscilação das mesmas face a 31-12-2017 rondou os 790.000 €.

5 Empréstimos
Médio e Longo Prazo (30.06.2018 – 24,8 M €; 31.12.2017 – 27,1 M €)
Curto Prazo (30.06.2018 – 5,7 M €; 31.12.2017 – 6,7 M €)

É a rubrica do Passivo exigível com maior peso, representando 76% do total do Passivo exigível e 31% do Passivo total.

Na rubrica encontra-se incluída a operação de cessão de créditos das rendas de habitação social, com o tratamento preconizado pelo Tribunal de Contas e aplicada desde o 1º Semestre/2016, como resultado do processo de homologação das contas de gerência de 2004 e 2005, comunicada por aquele Tribunal em 04-08-2016.

Entre 31-12-2017 e 30-06-2018 o Município amortizou um total aproximado de 2,8 M € de capital em dívida, equivalente a cerca de 12,8% da rubrica (expurgado o valor relacionado com a cessão de créditos da habitação social). Da alteração efetuada por recomendação do Tribunal de Contas relativamente ao processo de cessão de créditos, efetuada no período homólogo, resulta a apresentação pelo Município de uma dívida ao BPI e ao Santander TOTTA, no valor global de 11,5 M € (em 31-12-2017 ascendia a 12 M €). Este Passivo, apesar de não implicar qualquer operação orçamental (i.e. apesar de não implicar a saída de fluxos financeiros do Município), passou a contribuir diretamente para o Endividamento do Município, de acordo com o entendimento do Tribunal de Contas.

Município da Maia

6 Provisões para Riscos e Encargos
(30.06.2018 – 6,6 M €; 31.12.2017 – 6,8 M €)

De acordo com a informação disponibilizada pela Divisão dos Assuntos Jurídicos e do Contencioso do Município, o risco associado aos processos existentes à data de 30-06-2018 encontra-se adequadamente mitigado pelo valor provisionado para o efeito, o qual ascende a cerca de 3,6 M € (aproximadamente 147.000 € acima do montante registado em 2017, com impacto nos resultados do 1º Semestre/2018). O montante remanescente (cerca de 3 M €) registado na rubrica de Provisões para Riscos e Encargos está relacionado com a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) aos Investimentos Financeiros.

7 Impostos e Taxas
(30.06.2018 – 19,5 M €; 30.06.2017 – 16,6 M €)

As principais subrubricas que compõem esta rubrica podem ser apresentadas da seguinte forma (valores em € '000):

Descrição	30.06.2018	30.06.2017	Varição
<u>Impostos Diretos:</u>			
• IMI	10.901	10.786	115
• IUC	1.948	1.876	72
• IMT	4.796	2.759	2.037
• Outros discriminados	446	153	293
Subtotal	18.091	15.574	2.518
<u>Impostos Indiretos:</u>			
• Compensação não cedência áreas	312	15	297
• Outras ocupações domínio público	745	727	18
• Outros discriminados	342	419	(77)
Subtotal	1.399	1.161	238
<u>Taxas:</u>			
• TMU	64	143	(79)
• Outros discriminados	102	105	(3)
Subtotal	166	248	(82)
<u>Reembolsos e restituições</u>	(146)	(355)	209
<u>Anulações</u>	(6)	(2)	(4)
Total	19.503	16.625	2.878

Município da Maia

Principais considerações:

- i) O montante relatado no 1º Semestre/2018 ascende a cerca de 19,5 M €, sendo a rubrica de Proveitos mais relevante do Município, representando cerca de 59% do total dos Proveitos do Semestre (no período homólogo ascendeu a cerca de 16,6 M € e representava 53%);
- ii) Ao nível dos “*Impostos Diretos*”, os proveitos associados ao IMT registaram um aumento face ao período homólogo de cerca de 2 M € (ascendendo a 4.796.000 € em 30-06-2018). Os proveitos relacionados com o IMI tiveram um comportamento semelhante ao do período homólogo anterior, apresentando uma variação positiva pouco relevante de 115.000 € (montante a 30-06-2018 de 10,9 M €); e
- iii) Ao nível dos “*Impostos Indiretos*” (ocupação da via pública, loteamento e obras, publicidade, mercados e feiras e outros impostos indiretos), o Município apresentou um aumento aproximado de 238.000 € face ao período homólogo, justificado essencialmente pela arrecadação de valores relacionados com a compensação pela não cedência de áreas (aumento de 297.000 € face ao período homólogo). A rubrica que apresentou uma variação mais negativa dentro dos impostos indiretos está relacionada com a publicidade, cujo valor arrecadado passou de 125.000 € no período comparativo homólogo para 4.000 € em 30-06-2018.

8 Custos com o Pessoal
(30.06.2018 – 10,1 M €; 30.06.2017 – 9,9 M €)

Os custos com pessoal no final do 1º Semestre/2018 representam cerca de 33% do total dos custos do período em análise. Entre períodos homólogos regista-se um aumento de cerca de 294.000 € justificado essencialmente pelo aumento do nº médio de funcionários em cerca de 36 colaboradores (em 30.06.2018 ascendiam a 1.217).

9 Resultados Extraordinários
Proveitos Extraordinários (30.06.2018 – 1,4 M €; 30.06.2017 – 3,2 M €)
Custos Extraordinários (30.06.2018 – 1,4 M €; 30.06.2017 – 2,6 M €)

9.1 Os “*Custos Extraordinários*” representam cerca de 5% do total dos Custos no período sendo a rubrica mais relevante a relacionada com as “*Transferências de Capital Concedidas a Freguesias*” (montante de 43.187 €), “*Instituições Particulares*” (valor de 208.910 €) e “*Transferências para a LIPOR*” (montante de 375.883 €). O valor das transferências de capital, registadas nesta rubrica, ascendeu no semestre a 628.000 €.

Município da Maia

Na subrubrica “*Outros Custos Extraordinários*” encontra-se registado o reforço das provisões para processos judiciais em curso (valor de 246.725 €), assim como outras correções relativas a períodos anteriores (valor de 524.535 €, dos quais 339.769 € são referentes a amortizações retroativas de bens do imobilizado e 112.635 € dizem respeito a transferências de bens registados em imobilizado para custos.

9.2 Os valores mais representativos dos Proveitos Extraordinários (que ascendem a cerca de 1,4 M €) estão maioritariamente relacionados com a imputação periódica dos proveitos relativos a subsídios ao investimento (cerca de 1 M €).

10 Cobertura de Seguros

10.1 Tendo em conta a importância do assunto, e não obstante tratar-se de uma questão já referida por diversas vezes em relatórios anteriores onde são apresentados dados concretos sobre a matéria, dado estarmos em presença da adequada salvaguarda, ou não, do património do Município, entendemos que deveria ser despoletado com a celeridade possível um trabalho exaustivo sobre a matéria que assente, pelo menos, nos seguintes termos:

- i) identificação, no “terreno”, dos bens propriedade do Município a segurar (edifícios; equipamentos; material escritório; etc.) de forma a elaborar uma lista discriminativa da totalidade dos mesmos e posterior conciliação com o Património;
- ii) análise do estado em que os bens se encontram e quantificação do valor estimado de reconstrução¹ (no caso dos edifícios) e de substituição em novo (no caso dos equipamentos e mobiliário); e
- iii) análise e identificação dos principais riscos a que os mesmos se encontram sujeitos (p.e. incêndio; avarias de equipamentos; riscos elétricos; etc).

10.2 Apesar da quantidade assinalável de bens propriedade do Município, do trabalho e consequente afetação de recursos que uma tarefa dessa grandiosidade acarreta e do potencial impacto em termos financeiros que a alteração dos capitais cobertos provocará, não podemos deixar de alertar novamente V. Exas., entre outros aspetos, para o seguinte:

- i) a cobertura de seguros poderá constituir um dos meios mais eficazes de adequada salvaguarda do património de qualquer entidade, implicando naturalmente a ponderação da relação custo-benefício daí resultante;
- ii) embora a “otimização total” da relação cobertura/risco dificilmente será conseguida, nunca será demais referir que as apólices remetem para o segurado a responsabilidade pela determinação do valor dos bens seguros, o que implica um trabalho acrescido e atenção redobrada; e

¹ O qual poderá ser muito diferente do custo de aquisição registado contabilisticamente no Património.

Município da Maia

- iii) apesar do objetivo principal ser diminuir a probabilidade de que possa estar em causa a salvaguarda dos ativos do Município (em caso de insuficiência de capitais cobertos ou de não inclusão da totalidade dos bens), este trabalho pode também conduzir, em sentido inverso, à diminuição de pagamento de prémios desnecessários (se o valor dos bens seguros for superior às coberturas das apólices, ou as apólices contemplarem riscos inexistentes / desnecessários).

Nunca será demais lembrar que, se os encargos com os prémios serão certos e facilmente calculáveis, o risco, constituindo um dos elementos essenciais do contrato de seguro, tem naturalmente e apenas de ser possível, ser futuro e ser incerto.

11 Execução Orçamental (final do 1º Semestre/2018)

Como aspetos mais relevantes destacamos os seguintes:

- a) *“Receitas Correntes”* – o nível de execução ascende a cerca de 43%, com especial destaque para os Impostos Diretos (42%), para os Impostos Indiretos (37%), para Transferências Correntes que apresenta um nível de execução de cerca de 47% e para a Venda de Bens e Serviços com uma execução de 52%;
- b) *“Receitas de Capital”* – o nível de execução ascende a cerca de 15% (executados cerca de 936.000 € para um orçamento anual de 6,5 M €). Para a execução do Semestre contribuíram essencialmente as transferências de capital (cerca de 927.000 €);
- c) *“Despesas Correntes”* – o nível de execução ronda os 38% (no final do 1º Semestre/2017 ascendia a 40%). Nesta execução destaque para a aquisição de bens e serviços, cuja execução ascendeu a cerca de 32% do orçamento anual e para as transferências correntes, cuja execução ascendeu a cerca de 42%; e
- d) *“Despesas de Capital”* – apresentam um nível de execução de 18% (cerca de 6,2 M € face a um orçamento de 34 M €).

12 Endividamento

A Lei 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2014, apresenta uma nova forma de cálculo para o endividamento, face à anterior Lei das Finanças Locais. De acordo com o diploma vigente, a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a dos Serviços Municipalizados, das Entidades Intermunicipais e as Entidades Associativas Municipais, das Empresas Locais e Participadas que se encontrem em desequilíbrio de contas, das Cooperativas e Fundações, todas na proporção da participação, bem como das Entidades de Outra Natureza em que

Município da Maia

haja controlo ou presunção de controlo, não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

À data de 30-06-2018, a dívida total de operações orçamentais do Município (entendido aqui como Grupo Municipal), ascende a 75,2 M €. O limite global estabelecido para a dívida total é de 117,5 M €, existindo uma “folga” de aproximadamente 42 M €. O valor da dívida total incorpora o efeito da alteração da contabilização da cessão de créditos das rendas de habitação social, em resultado da recomendação do Tribunal de Contas.

13 Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento (SMAS da Maia)⁹

O Município possui uns Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento (SMAS), organismo dotado de autonomia administrativa e financeira, cujos documentos contabilísticos evidenciam, no final do 1º Semestre/2018, um Ativo no montante de 69.346.855 €, Fundos Próprios de 35.283.139 €, incluindo um Resultado Líquido do exercício de 375.896 €, e um Passivo de 34.063.717 €, incluindo neste último Proveitos Diferidos no montante de 12.902.780 €.

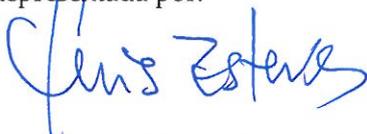
No final do 1º Semestre/2017 os dados referentes aos SMAS da Maia eram os seguintes: Ativo: 68.886.754 €; Fundos Próprios: 33.876.492 €; Resultado Líquido do Período: 857.161 €; e Passivo: 35.010.262 €.

Neste 1º Semestre/2018, o grau de execução orçamental da receita dos SMAS atingiu 48 % (8.682.740 € num orçamento anual de 18.099.000 €) e a despesa paga ascendeu a 8.310.089 € (representando 36,1 % do valor do orçamento anual). Estes Serviços não se encontram evidenciados contabilisticamente nas contas semestrais do Município.

Agradecemos a disponibilidade e colaboração prestada pelos Serviços do Município e Órgão Executivo, e apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC

2018



maia
CÂMARA MUNICIPAL